

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**APRENDIZAGEM SOBRE APRENDIZAGEM NO ÂMBITO DAS ONGs  
AGROECOLÓGICAS:  
O caso do CETAP**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Carla Patrícia Noronha Dornelles**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2016**



**APRENDIZAGEM SOBRE APRENDIZAGEM NO ÂMBITO DAS ONGs  
AGROECOLÓGICAS:  
O caso do CETAP**

**por**

**Carla Patrícia Noronha Dornelles**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de  
**Mestre em Extensão Rural**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Vivien Diesel**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dornelles, Carla Patrícia Noronha  
APRENDIZAGEM SOBRE APRENDIZAGEM NO ÂMBITO DAS ONGs  
AGROECOLÓGICAS: O caso do CETAP / Carla Patrícia Noronha  
Dornelles.- 2016.  
157 p.; 30 cm

Orientadora: Vivien Diesel  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. agroecologia 2. agricultura alternativa 3. CETAP  
4. ONGs I. Diesel, Vivien II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Rurais  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**


A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**APRENDIZAGEM SOBRE APRENDIZAGEM NO ÂMBITO DAS ONGs  
AGROECOLÓGICAS:  
O caso do CETAP**

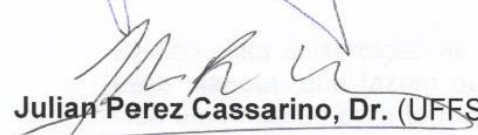
elaborada por  
**Carla Patrícia Noronha Dornelles**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Mestre em Extensão Rural**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

  
**Vivien Diesel, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

  
**José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)**

  
**Julian Perez Cassarino, Dr. (UFFS)**

**Santa Maria, 23 de agosto de 2016.**



## DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação as pessoas espalhadas por esse planeta, que fazem do seu trabalho e da sua vida uma missão para tornar esse mundo mais justo, mais igualitário e mais inclusivo! Minha gratidão pelo exemplo!





## AGRADECIMENTOS

Se é bem verdade o que diz o ditado (que eu não sei de quem é a autoria), de que cada pessoa que passa pelas nossas vidas, leva um pouco de nós, e deixa um pouco de si (e eu realmente acredito nisso), esse agradecimento acaba sendo para cada uma dessas pessoas que passaram ou que permanecem. E, por isso mesmo, a missão é quase ou mais complexa do que redigir essa dissertação.

Então a você, quem quer que seja, que esteve comigo, muito ou pouco, apenas para um abraço, ou para uma lição, ou que me trouxe muitos momentos, sejam eles bons ou ruins, meu muito obrigada! Acredito veementemente, que somos a soma de tudo o que vivemos no dia a dia, e que momentos difíceis também são uma forma de aprendizagem, então, dito isso: gratidão!

Sentada em um banco de rodoviária, há exatos 27 dias da minha defesa, voltando para casa para receber apoio de minha família, me dou conta de o quanto sempre voltei para vocês depois de correr mundo em busca da minha missão de vida. Com quase 35 anos, ainda não sei ao certo qual é ela (pasmem!), mas tenho certeza de que sempre posso voltar, e isso é tudo o que eu preciso para ser capaz de continuar procurando e, um dia, encontrando! Obrigada a todos vocês! Obrigada porque, quando eu me sinto errada, perdida, deslocada, vocês me lembram que, de alguma forma, eu dei certo! Daia, Gica, obrigada pela força, mesmo que de longe... Deisoca, obrigada por compartilhar angústias comigo, sempre com humor! E obrigada pelos muitos “bom dia, tia Pata!” gravados por esses presentes que são o Samuca e o Lipe! Mãe, obrigada pelos recados nas horas mais inesperadas e pela calma presença. Vó, como é bom ter alguém tão “cuca fresca” perto de mim, e tomara que siga por anos! Tia Mônica, obrigada pelo poço de coerência e congruência de toda a minha vida! Tua sensatez me ensina todos os dias! Tia Tati, precisariam muitas páginas para descrever o que uma pessoa que abre mão de si mesma para cuidar de quatro pequenas criaturas, passa a representar na vida dessas “pesoinhas”: eu não seria quem sou se tu não fosses quem tu és.

Tio Ricardo, Sandra: gratidão por estarem comigo me ensinando leveza, carinho e que eu posso contar com vocês sempre!

Tia Leci e tio Gentil: obrigada pelo acolhimento, pelas conversas, pelo sono sem hora para acordar, até que eu me sentisse pronta para enfrentar o mundo de cabeça erguida!

Tio Cuco, tia Nare, tio Fileto, tia Rose, Katy, Quim, Kako, Betina, Diego, Dani, Jussieli, Bruna, Laurinha, Alex, Fábio, Lê, Carol, Keko, e toda essa nova geração que vocês estão colocando nessa família: que grande sorte a minha, fazer parte desse time (ainda que sendo meio diferente...).

Estou aqui, sentada à espera do meu regresso para casa, depois de ter chegado ao limite do meu cansaço, e, sem saber como pedir ajuda, fui acudida e socorrida por pessoas que têm sido minha família nos últimos meses. Eu sempre pensei que a riqueza da vida não deveria se medir pela quantidade de dinheiro ou bens que a gente acumula, mas pela quantidade de corações que a gente cativa. Se for isso mesmo, eu sou uma das pessoas mais ricas desse mundo, mesmo que agora minha carteira conte com muito pouco dinheiro!

A fortuna de ter pessoas que te amam como você é, que entendem que tu precisas de ajuda mesmo quando tu és incapaz de dizer isso, que entendem que teu jeito agressivo é medo e insegurança e te abraçam, te procuram mesmo depois de um dia cansativo apenas para te dizer: “estou aqui e não vou a lugar nenhum!”, é algo incalculável. Por isso, Liz, Edinei, Virgínia, João, Seu Wilmo, Dona Dirce, Tina, Rapha, Marcão: gratidão!

Minha querida “Loucomotiva”, eu jamais deixarei de ser vocês! Bertazzo, Grazi, Marion, Adry, Ica, Ritinha, Ewerton, Carise, Neli, Emerson, Andressa, Rômulo, gratidão é pouco! Nelci, obrigada pelo carinho, abraço, pijama e pela Julieta!

Cris, gratidão pelo carinho e por essas duas joias chamadas Vitória e Débora! É muito bom saber que eu posso contar contigo! E como tu me ensinou a respeito de justiça, de imparcialidade, carinho, amor... Não existem muitas pessoas como tu, e que bom saber que eu posso te chamar de AMIGA!

E aos demais amigos do Instituto Você, tudo o que eu disse acima, se estende a cada um de vocês, sejam de Pelotas ou de Santa Maria, ou mesmo de qualquer lugar onde esse trabalho ressignifica vidas! Bento Augusto, obrigada por tornar isso real!

Como disse a Viven, em algum momento “tudo acontece na pós graduação!” e é verdade! Por isso, não posso deixar de agradecer a pessoa que esteve comigo desde que eu comecei a trilhar esse caminho, em 2001, e foi fundamental em um

momento em que, às portas de minha defesa, me vi em uma “sinuca de bico”: Emerson, que dizer desse irmão que tu és para mim? Eu só agradeço, todos os dias, por tu estar aqui, por ter te conhecido e conhecido esse teu coração que não tem limites quando se trata de ajudar os outros!

Felipe, broto, mano véio, obrigada por me lembrar que “vai deixar o quê para trás? Tu não tem nada aí!” e, com isso, me lembrar que meu mundo não tem fronteiras que não aquelas criadas por eu mesma!

Alvir, Lídia, gratidão eterna pelo apoio, amizade e claro, pelas muiiitas risadas em incontáveis quilômetros de estrada! Lauro, obrigada pelas prosas! Pita: obrigada, sempre, eternamente, por abrir essa porta para mim!

Alyda, obrigada por deixar eu te abraçar quando tu precisou! Tua gratidão pelo que eu fiz é a mesma que eu tenho por tu me deixar fazer!

Bel, Taís (e Talia), Greice (e Maria Flor lindona), vocês me deram algumas das melhores lembranças que eu tenho desses dois anos!

Gratidão à turma do mestrado, coisa bem boa é ter conhecido vocês! Lauro, meu amigo, obrigada pelas conversas, pelas risadas e pelo carreteiro! Obrigada aos professores do programa e ao pessoal que foi se agregando nesses dois anos. Camelo, receber, no meio do tiroteio, uma oferta de ajuda é um afago na alma! Tu me ajudou tanto naquele dia, que eu nem tenho como te explicar! Clayton, Gisele, Vicente, Tati: vocês me fazer voltar a acreditar (e vocês sabem do que estou falando)! Lolanda: gratidão por tuuuuudo!

Renita, Rosa, Iarema: “quando tudo está perdido, sempre existe uma luz!” eu tenho três! Obrigada por acreditarem em mim!

Franciele, Janaína, minhas queridas duprekas: vou guardar para sempre no coração cada momento que passamos juntas! Vocês são maravilhosas!

Obrigada ao pessoal do Centro Ecológico, que me acolhe a partir de agora: está sendo muiiito bacana fazer parte dessa família! Que seja longa e feliz a nossa história!

Professora Vivien: gratidão pelas lições, pelo incentivo, por ser capaz de achar o meio termo dentro da minha “rebeldia literária” para que conseguíssemos chegar nesse produto.

Obrigada à energia, ser superior ou quem quer que seja que ajuda esse universo a funcionar da forma como funciona! Cada dia eu me sinto mais segura e entregue ao fluxo que é a vida e manifesto gratidão por cada lição, cada história,

cada lágrima e cada sorriso, entendendo que o processo é esse mesmo, e, como diz a canção: “o caminho às vezes é triste, mas só pra lembrar que a tristeza existe! E quando lhe faltar a paciência, invente um novo passo, mas não deixe desatar o laço!”

Obrigada, enfim, a quem torceu, participou, ajudou, opinou. Obrigada também a quem me tirou de casa para “dar um tempo”.

Obrigada por cada abraço, por cada risada, cada mate, cada café... por cada um desses momentos que eu certamente vou levar no coração! Eu colecionei tantos momentos incríveis, que me tornaram uma pessoa melhor, mais completa e mais cheia de vida, que esse mestrado acaba valendo não apenas pela oportunidade de fazê-lo, mas porque, depois de toda a tempestade, resta uma certeza: valeu à pena, não apenas pelo produto mas, principalmente, pelas pessoas!

## RESUMO

### APRENDIZAGEM SOBRE APRENDIZAGEM NO ÂMBITO DAS ONGs AGROECOLÓGICAS: O caso do CETAP

AUTORA: Carla Patrícia Noronha Dornelles

ORIENTADOR: Vivien Diesel

No final da década de 1970 e durante toda a década de 1980 se reorganizam os movimentos populares, trazendo à tona a necessidade de se repensar o modelo agrícola e apresentar soluções para a crise da agricultura industrial. Neste contexto nasceu o movimento da agricultura alternativa que, na década de 1990 assumiu a Agroecologia como referencial para sua atuação. Assim, se colocou para esse movimento o desafio de construir uma nova agricultura (mais sustentável), o que requeria a geração de novos referentes. A presente pesquisa procurou compreender os condicionantes e a dinâmica dos processos de geração de referentes no âmbito das ONGs agroecológicas. Especificamente, abrangeu: Identificar e analisar a importância concedida pelas ONGs agroecológicas à geração de referentes; Caracterizar a natureza dos referentes gerados pelas ONGs agroecológicas; e Descrever os condicionantes e a dinâmica do processo de geração de referentes pelas ONGs agroecológicas a partir de um estudo de caso. Para atender esses propósitos foi realizada revisão bibliográfica visando a caracterização do contexto para compreensão da importância da geração de referências frente a missão institucional das ONGs agroecológicas, análise sistemática de artigos publicados nas revistas *Agroecologia y Desarrollo* e *Agriculturas com vistas* a identificação da natureza dos referentes gerados e estudo de caso do CETAP (RS) para descrever os condicionantes e a dinâmica do processo de geração de referentes. A pesquisa propõe a necessidade de interpretar a construção de referentes como processo que se dá no movimento, e que está em permanente movimento – fruto de aprendizagem.

**Palavras-chave:** agroecologia, agricultura alternativa, CETAP, ONGs.



## ABSTRACT

### LEARNING ABOUT LEARNING WITHIN AGROECOLOGICAL ONGs: THE CETAP CASE

AUTHOR: Carla Patrícia Noronha Dornelles  
ADVISOR: Vivien Diesel

In the late 1970s and throughout the 1980s the popular movements reorganize themselves bringing to the fore the need to rethink the agricultural model and present solutions to the crisis of industrial agriculture. In this context arises the movement of alternative agriculture that, in the 1990s, takes Agroecology as a benchmark for its acting. So, it put for this movement the challenge of building a new agriculture (more sustainable), which required the creation of new references. This research seeks to understand the determinants and dynamics of references generation processes within agroecological NGOs. Specifically, it covers: Identify and analyze the importance attached by agroecological NGOs to referrals generation; Characterize the nature of the references constructed by agroecological NGOs; and describe the conditions and the dynamics of referrals generation process by agroecological NGOs from a case study. To meet these purposes was carried out a literature review aimed to characterize the historical context and understand the institutional mission of agroecological NGOs and the importance of the generating references on it, systematic review of articles published in *Agroecology y Desarrollo* and *Agriculturas* magazines with a view to identifying the nature of the generated references and case study of CETAP (RS) to describe the conditions and the dynamic of the generation of references. The research suggests the need to interpret the references generation as a social and dynamic learning process that occurs in the agroecological network.

**Keywords:** Agroecology, alternative agriculture, CETAP, NGO.





## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Capas ilustrativas Revista Agroecología y Desarrollo .....	62
Figura 2 –	Capas ilustrativas Revista Agriculturas .....	70
Figura 3 –	Modelo de linha do tempo para atuação CETAP .....	88
Figura 4 –	Linha do tempo da atuação do CETAP no período 1998 – 2000 ..	90
Figura 5 –	Linha do tempo da atuação do CETAP no período 2001 – 2003 ..	95
Figura 6 –	Linha do tempo da atuação do CETAP no período 2004 – 2006 ..	100
Figura 7 –	Linha do tempo da atuação do CETAP no período 2007 – 2009..	103
Figura 8 –	Linha do tempo da atuação do CETAP no período 2010 – 2012 ..	105
Figura 9 –	Linha do tempo da atuação do CETAP no período 2013 – 2016 ..	107
Figura 10 –	Esquema representativo sobre as relações do CETAP com parceiros .....	110
Figura 11-	Evolução do tema dos sistemas agroflorestais na história do CETAP .....	117
Figura 12 –	Núcleos operacionais Programa ATES/ RS .....	125
Figura 13 –	Modelo de Despoldadeira de frutas .....	130
Figura 14 –	Rótulos de picolés de frutas nativas .....	134
Figura 15 –	Ciclo da aprendizagem de técnicos em projetos de desenvolvimento rural .....	145
Figura 16 –	Ciclo evolutivo da aprendizagem de organizações em projetos de desenvolvimento rural .....	146
Figura 17 –	Ciclo não linear da aprendizagem de organizações em projetos de desenvolvimento rural .....	147



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Espécies de Butiá no RS e suas características .....	123
------------	--	-----



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Ocorrência de categorias ano a ano revista <i>Agroecología y Desarrollo</i> .....	65
Tabela 2 -	Ocorrência de categorias ano a ano revista <i>Agriculturas</i> .....	71



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Categorías analizadas Revista Agroecología y Desarrollo (CLADES) .....	67
Gráfico 2 –	Categorías analizadas Revista Agriculturas .....	72





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AEASP	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANAMA	Associação Nascente Maquiné
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CICDA	Centre International de Coopération pour le développement agricole
CLADES	Centro Latino Americano de Desarrollo Sustentable
CONSERVABio	Programa de Conservação e uso dos recursos florestais não madeiráveis da floresta com araucária
COONALTER	Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FASE	Fundação de Atendimento Sócio Educativo
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
GATS	Grupo de Agroecologia Terra Sul
GT	Grupo de Trabalho
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAELA	Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NO	Núcleo operacional
ONG	Organização Não Governamental
PANC	Planta Alimentícia Não Convencional
PDA	Programa Projetos Demonstrativos
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Sistemas Agroflorestais
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SESAMPE	Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa
TA	Tecnologias Apropriadas

UERGS  
UFSM  
UFRGS

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal de Santa Maria  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## LISTA DE ANEXOS

Anexo A –	LISTA DE DOCUMENTOS EXPLORADOS PARA A PESQUISA, NO ARQUIVO HISTÓRICO DO CETAP .....	156
Anexo B -	ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	157



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>31</b>
<b>2</b>	<b>DA CRÍTICA À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA AGRICULTURA AOS DESAFIOS DA GERAÇÃO DE REFERENTES ALTERNATIVOS</b> .....	<b>37</b>
2.1	MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E SEUS LIMITES .....	37
2.2	OS ATORES E ALTERNATIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS CRISES DO MODELO DE AGRICULTURA .....	40
2.3	EM BUSCA DE UMA ATUAÇÃO “RADICAL” .....	42
2.4	DA CRÍTICA À AGENDA .....	47
2.5	A GERAÇÃO DE REFERENTES NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DA AGRICULTURA ALTERNATIVA .....	49
<b>3</b>	<b>GERAÇÃO DE REFERENTES: PARA ONDE ESTAMOS INDO? PARA ONDE NOS LEVA A MARÉ? O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DAS CORRENTEZAS</b> .....	<b>53</b>
3.1	A ORIGEM E DIVERSIDADE DOS MOVIMENTOS EM PROL DA AGRICULTURA ALTERNATIVA .....	53
3.2	A OPÇÃO PELA AGROECOLOGIA COMO PONTO DE PARTIDA: ONDE ISSO NOS LEVA? .....	56
<b>3.2.1</b>	<b>CLADES enquanto tradução e fonte de movimento</b> .....	<b>59</b>
3.2.1.1	<i>Agroecologia y Desarrollo enquanto reflexo das orientações do movimento</i> .....	61
<b>3.2.2</b>	<b>A Revista Agriculturas como tradução e fonte de movimento</b> .....	<b>68</b>
3.2.2.1	<i>Agriculturas enquanto reflexo das orientações do movimento</i> .....	69
3.3	A AGENDA E A NATUREZA DOS REFERENTES NA DEFINIÇÃO DO SENTIDO DE “ALTERNATIVO” .....	73
<b>4</b>	<b>ASSUMINDO POSIÇÕES: O CASO DO CETAP</b> .....	<b>77</b>
4.1	O CETAP ENQUANTO ONG .....	78
<b>4.1.1</b>	<b>Da dinâmica de planejamento à determinação da agenda</b> .....	<b>81</b>
4.2	A GERAÇÃO DE REFERENTES NA ATUAÇÃO DO CETAP: CASO DA TEMÁTICA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS.....	86
<b>4.2.1</b>	<b>Critérios e procedimentos adotados na descrição da atuação do CETAP</b> .....	<b>87</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Agenda do CETAP no período 1998 - 2000</b> .....	<b>89</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Agenda do CETAP no período 2001 – 2003</b> .....	<b>95</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Agenda do CETAP no período 2004 – 2006</b> .....	<b>100</b>
<b>4.2.5</b>	<b>Agenda do CETAP no período 2007 – 2009</b> .....	<b>103</b>
<b>4.2.6</b>	<b>Agenda do CETAP no período 2010 – 2012</b> .....	<b>104</b>
<b>4.2.7</b>	<b>Agenda do CETAP no período 2013 – 2016</b> .....	<b>107</b>
4.3	A GERAÇÃO DE REFERENTES NA ATUAÇÃO DO CETAP.....	108
<b>5</b>	<b>DAS AGROFLORESTAS AO PICOLE DE BUTIA</b> .....	<b>115</b>
5.1	DO TEMA AMPLO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS AO PICOLE DE BUTIA .....	115
<b>5.5.1</b>	<b>Quando a despoldadeira encontra o Butiá</b> .....	<b>115</b>
<b>5.5.2</b>	<b>Despoldadeira X Butiá: estabelecimento de uma relação</b> .....	<b>119</b>
5.2	INICIALMENTE, O BUTIÁ .....	122
5.3	QUANDO O CETAP ENCONTRA O BUTIÁ .....	124
5.4	O BUTIA COMO UMA OPORTUNIDADE .....	126
5.5	DA OPORTUNIDADE AO PRODUTO .....	129

5.5.1	Quando a despoldadeira encontra o Butiá .....	129
5.5.2	Despoldadeira X Butiá: estabelecimento de uma relação .....	130
5.5.3	Despoldar butiá para que? Inovando e brincando no CETAP .....	131
5.6	AVANÇANDO, DA COMERCIALIZAÇÃO EM DIREÇÃO A POLITIZAÇÃO DO CONSUMO .....	132
5.7	DO PRODUTO AO NEGÓCIO .....	135
5.8	ANTEVENDO O PROXIMO PASSO.....	135
5.9	FAZENDO UM CAMINHO E COLHENDO FRUTOS .....	138
6	<b>RENOVAÇÃO DE PERSPECTIVAS SOBRE A GERAÇÃO DE REFERENTES..</b> .....	143
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	151
8	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	153
	<b>ANEXOS</b> .....	156

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é parte de um esforço para construir uma linha de diálogo entre a visão acadêmica (experenciada durante os anos de graduação e pós-graduação) e a visão técnica (experimentada durante anos de trabalho junto à grupos de agricultores ligados ao movimento agroecológico). A oportunidade de atuar nesses dois universos trouxe uma série inquietações que foram se redefinido ao longo de um processo de reflexão até chegar à definição do objeto de estudo desta dissertação.

Vinda de um contexto onde se aliava a vida no mundo urbano com a convivência com famílias residentes no meio rural, já sabia, intuitivamente, que os agricultores familiares enfrentavam muitos desafios. O que não compreendia, na época, é que os desafios possuíam raízes muito profundas, e não se limitavam à falta de recursos - mesmo que estes fossem um componente importante - dada as dificuldades de acesso a recursos de todas as ordens que via sofrerem pessoas próximas. A graduação foi, precisamente, o momento de entender a complexidade dos processos que contribuem na explicação da situação vivenciada pelos agricultores familiares. Aos poucos percebi que as explicações complexas requeriam abordagens multidimensionais. Entendi que uma boa explicação de determinada situação social requer, ainda, que se considerem as interações dos determinantes em nível macro-meso e micro e se conceda especial atenção à intencionalidade dos agentes implicados. Assim, conclui que o entendimento de cada situação exigiria um esforço teórico e contato direto com as pessoas que estão diretamente envolvidas nesta realidade.

O ingresso no Grupo de Agroecologia Terra Sul (GATS), junto a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foi essencial para a aproximação com a perspectiva agroecológica. A participação nesse grupo se deu simultaneamente à formação enquanto engenheira florestal, e permitiu interação com pessoas que, assim como eu, vivenciavam a transição agroecológica no dia a dia. A participação no GATS e também em projetos de extensão de outras entidades (como Projeto Esperança/ COOESPERANÇA da Cáritas Diocesana de Santa Maria, RS) possibilitou um novo tipo de reflexão ao requerer que a realidade fosse analisada sob a perspectiva do técnico comprometido com processos de transição agroecológica e sensível às questões sociais. A partir dessa experiência surgiram, também, questionamentos

acerca da forma como se estabelecem as relações entre técnicos e agricultores. Num primeiro momento, ficou evidente a distância entre um modelo ideal - que preconizava a “via de mão dupla” (com interação do conhecimento científico/conhecimento tradicional, técnico/agricultor na curva de aprendizagem e construção participativa de projetos de desenvolvimento rural) - e a diversidade de formas como essa relação ocorria no campo, fruto de condicionantes diversos, na época desconhecidos.

De todo modo, a participação em projetos de extensão reforçou o interesse pelo conhecimento da perspectiva do agricultor e a disposição à investigar as alternativas metodológicas que propiciassem o diálogo. A riqueza de elementos que percebia brotar todos os dias nas experiências dos - e com - agricultores, os conhecimentos desvelados em cada conversa, por mais banal que fosse, a forma simples como entendiam e vivenciavam elementos que, na universidade, eram vistos de forma complexa, me encantava a ponto de que, cada vez mais, eu queria entender e me inserir nesse universo. Ao ajudar na organização de um Seminário de Agroecologia<sup>1</sup>, em 2006, me deparei com o tema que me fez colocar sob nova perspectiva tudo o que eu vinha aprendendo e vivenciando: “*A complexidade do simples*”. Um expositor colocou a questão: “O que é o simples?” Argumentou, então, que uma folha de erva-mate (imagem símbolo do referido seminário) parece simples à observação do expectador, mas pode encerrar em si grande grau de complexidade, pois a complexidade percebida vai depender diretamente da experiência e compreensão de cada observador. Ilustrou dizendo que, para um botânico, certamente os processos físicos e químicos envolvidos saltarão aos olhos; o historiador poderá ver ali toda uma rede de elementos ligados as culturas indígenas e *gauches* - até os elementos de tradição atuais do estado do Rio Grande do Sul-; o economista verá as possibilidades de mercado, o potencial de geração de renda de um produto com bom valor agregado; e o agricultor verá a companhia para as manhãs frias, antes de encarar as lidas diárias e a possibilidade de agregação de renda com um produto a mais na unidade produtiva. Assim, no seminário destacou-se que uma simples folha pode encerrar em si todo um universo. E foi justamente essa compreensão - de que um mesmo elemento, visto sob diferentes perspectivas, possuía diferentes significados, e que era justamente essa possibilidade que tornava

---

<sup>1</sup> Seminário realizado pelo Grupo de Agroecologia Terra Sul



o simples tão complexo e, por isso mesmo, tão importante - que me fez passar a questionar a forma como os atores aprendem, entendem e desvelam diferentes faces de um mesmo objeto. A partir dessa reflexão, o olhar sobre o que eu experimentava mudou. Passei a entender que, ao estar na universidade e, ao mesmo tempo, ter a oportunidade de conviver com aqueles que estavam à campo, eu tinha a possibilidade de acessar diferentes significações atribuídas a um mesmo objeto e que isso enriquecia enormemente meu grau de compreensão da realidade. Passei também a me questionar o valor dado a consideração de diferentes perspectivas em variados contextos e ao longo da história, mais especialmente na história recente de construção de alternativas para a modernização conservadora, na construção de alternativas para a agricultura familiar.

Sendo assim, lancei-me profissionalmente, após formada, na busca por uma forma de atuação que ajudasse no fortalecimento do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional, enriquecido pela contraposição de diferentes perspectivas. O primeiro impacto foi perceber que, mesmo entre agricultores e técnicos atuantes na transição agroecológica, a promoção da contraposição de perspectivas nem sempre é bem vinda: são as experiências pessoais que determinam como cada um compreende a “folha de erva mate” do seu dia a dia, e dialogar e aprender com quem as vê sob outra perspectiva é algo difícil. Outras vezes não se dispõe da necessária convicção sobre a necessidade ou oportunidade da contraposição de perspectivas e diálogo. Ainda, dificuldades de refletir sobre as metodologias utilizadas na atuação do técnico dificultavam a identificação de caminhos alternativos para facilitar o diálogo nos termos idealizados. Entretanto, observei também que a ciência, quando dialoga com os conhecimentos tradicionais, enriquece a si mesma e, ao mesmo tempo, qualifica-os. Isso reforçou a convicção (que já possuía), de que todo o ser encerra em si um tipo de conhecimento que é válido e importante, mesmo que não tenha sido gerado respeitando rigorismo metodológico e teórico. Aos poucos se revelou a relação entre o método de atuação e valores a promover, como auto-estima, empoderamento dos agricultores e técnicos, democratização e possibilidade de retomada da “agri-cultura”.

Nesse momento de reafirmação da importância do diálogo e contraposição de perspectivas, com a disposição à contribuir para sua afirmação ingressei no mestrado (Extensão Rural da UFSM). A disposição inicial era de avaliar alternativas metodológicas que vinham sendo utilizadas por organizações para construção

participativa de sistemas agroflorestais – visando identificar caminhos que facilitassem o diálogo. Durante o curso foram problematizadas as concepções de participação, evidenciando-se a complexidade desse processo e as dificuldades para materialização dos ideais mais radicais nas condições de trabalho das organizações não-governamentais (ONGs) relacionadas ao movimento agroecológico.

Tal problematização levou a questionar que tipo de participação estava sendo preconizada pelos teóricos que refletem sobre a transição agroecológica. Esse esforço mostrou-se infrutífero: são poucas as obras que refletem sobre a questão metodológica na transição agroecológica, algumas obras são muito abstratas, algumas muito genéricas e outras excessivamente específicas, de modo que havia dificuldade de estabelecer relação com experiências de atuação das ONGs. Neste momento, a disposição em conhecer as metodologias preconizadas pelos ativistas do movimento agroecológico (publicadas em revistas orientadas para este público) conduziu a uma nova possibilidade de abordagem da questão.

A partir desse momento começou a ficar evidente que a problematização até então efetuada tratava das relações e dos desafios metodológicos implicados nas relações técnico-agricultor (como parte da relação de assessoramento técnico). O que se anunciava como nova possibilidade para a pesquisa era considerar como o desafio se colocava para as organizações (majoritariamente ONGs) e para o movimento agroecológico (como parte do movimento maior da agricultura alternativa) comprometido – como tal – com a construção de alternativas (que aqui será chamadas de referentes) - distintas das ofertadas pelos agentes hegemônicos – com vistas a possibilitar e indicar caminhos para a sustentabilidade na agricultura. Tal desafio foi percebido, inicialmente, como um desafio de construção de referentes tecnológicos alternativos. Com a sequência da reflexão percebemos que o conceito de referentes tecnológicos se mostrava muito limitado, havendo de adotar o conceito mais amplo de referentes.

O que se apresenta nesta dissertação são os aprendizados nessa trajetória de investigação sobre como as ONGs agroecológicas participam do processo de construção de referentes para transição de um modelo de agricultura industrial para outro, alternativo, mais sustentável. Nessa trajetória, após uma abordagem geral da construção de referentes no âmbito do movimento, partiu-se para o estudo de caso de uma organização, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) que

é uma ONG atuante no estado do Rio Grande do Sul (RS), e, nesta, focou-se no aprendizado em torno a uma temática específica: referentes sobre sistemas agroflorestais. A escolha desta temática deveu-se à experiência e atuação profissional previa na área, pelo reconhecimento de sua importância nos processos de transição agroecológica -e para a ONG estudada- e pela possibilidade de acesso à informações e informantes qualificados. O desenvolvimento da pesquisa evidenciou a necessidade de realizar um recorte temático adicional dentro do tema dos sistemas agroflorestais com vistas a tomar como objeto um referente específico - o que levou à seleção e o estudo do caso do “Picolé de Butiá” - em virtude da disponibilidade de informações para a análise pretendida.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral:

Compreender os condicionantes e a dinâmica dos processos de geração de referentes no âmbito das ONGs agroecológicas.

Os objetivos específicos são:

- Identificar e analisar a importância concedida pelas ONGs agroecológicas à geração de referentes;
- Caracterizar a natureza dos referentes gerados pelas ONGs agroecológicas;
- Identificar e descrever os condicionantes e a dinâmica do processo de geração de referentes pelas ONGs agroecológicas a partir de um estudo de caso (CETAP) em uma determinada temática (sistemas agroflorestais).

A abordagem da importância concedida pelas ONGs agroecológicas à geração de referentes parte da contextualização histórica de seu surgimento e atuação no contexto brasileiro, com ênfase ao resgate das reflexões realizadas em torno à sua missão institucional. Posteriormente examina-se como esta questão se coloca no caso estudado.

A abordagem da natureza dos referentes gerados parte de levantamento em revistas selecionadas como significativas para as ONGs agroecológicas. Trata-se das revistas *Agroecologia y Desarrollo* e “Agriculturas”. Posteriormente examina-se como esta questão se coloca no caso estudado.

A abordagem dos condicionantes e a dinâmica do processo de geração de referentes pelas ONGs agroecológicas toma por base um estudo de caso (CETAP) em uma determinada temática (sistemas agroflorestais), mas assume caráter integrador, resgatando elementos dos diferentes capítulos da dissertação. No intuito de reunir elementos para o estudo de caso, recorreremos ao acervo documental do

CETAP para analisar os relatórios das reuniões de equipe realizadas regularmente, bem como documentos de reflexão e sistematização. Foram mais de 250 documentos analisados no total, embora nem todos sejam referenciados nos anexos. Para preencher lacunas que a análise de documentos não desvelou, realizamos ainda, entrevistas com técnicos da entidade envolvidos com a temática.<sup>2</sup>

A dissertação esta estruturada em cinco capítulos além da introdução onde, em sequencia, o primeiro apresenta a contextualização histórica do surgimento das ONGs agroecológicas e sua trajetória, no segundo capítulo problematiza-se a natureza dos referentes gerados a partir de levantamento realizado em revistas, o capítulo seguinte apresenta uma caracterização geral da temática da geração de referentes no âmbito do CETAP e o seguinte focaliza a geração de referentes no CETAP na temática específica de sistemas agroflorestais. O ultimo capítulo visa resgatar principais resultados da pesquisa tendo em vista os objetivos propostos.

---

<sup>2</sup> Os detalhes das metodologias são descritas nos capítulos específicos onde se aplicam.

## **2 DA CRÍTICA À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA AGRICULTURA AOS DESAFIOS DA GERAÇÃO DE REFERENTES ALTERNATIVOS**

A importância concedida à questão da geração de referentes alternativos está relacionada, num primeiro momento, à forma como as organizações interpretam sua “razão de ser”. A “razão de ser” de uma dada organização, por sua vez, refere-se frequentemente à sua posição frente ao contexto no qual se situa. Tomando por base estes supostos, no presente capítulo procurou-se caracterizar genericamente o contexto histórico de surgimento das ONGs que vieram a identificar-se com a Agroecologia aproximando-se, sobretudo, à forma como definem sua missão frente a esse contexto. Tal esforço remete, inicialmente, à modernização conservadora na agricultura brasileira, às críticas à ela dirigidas e à natureza da agenda e estratégias alternativas visualizadas. Neste contexto pode, então, ser problematizada a importância concedida à geração de referentes.

### **2.1 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E SEUS LIMITES**

No Brasil, a agricultura foi estruturada como produção voltada para o abastecimento de mercados externos e a heterogeneidade de sua estrutura deve ser interpretada nesse contexto. Os sistemas de produção que vieram a ser estabelecidos no decorrer do tempo foram desenhados visando suportar o abastecimento do mercado externo (com suas demandas) e não visando adaptar-se aos ecossistemas locais e à cultura das pessoas que os gestionavam. Isso gerou sistemas de produção com lavouras de grandes extensões, baseadas no monocultivo e na busca do rendimento máximo. A agricultura familiar nesse contexto ficou relegada à segundo plano dentro das estratégias de desenvolvimento do país porque, basicamente, operava apenas como apoio às atividades dos sistemas de produção dominantes.

O dinamismo de crescimento da agricultura brasileira orientada à exportação foi baseado, por muito tempo, na incorporação de novas áreas com a exploração máxima dos recursos naturais (e decorrente avanço sobre fronteiras agrícolas). A partir de meados da década de 1960 o Estado passou a enfatizar políticas de modernização da agricultura que visavam a intensificação da mesma, pela adoção

do “modelo de agricultura industrial”. Esse modelo foi baseado em utilização de insumos e mecanização, com produção em escala e de forma padronizada.

É importante salientar que essa transição para o “modelo de agricultura industrial” não implicou, apenas, mudança na base técnica de produção na agricultura. Implicou, outrossim, o estabelecimento de uma nova ordem social, que concedeu destaque à ciência e aos cientistas, bem como desqualificou – ideologicamente- os conhecimentos dos agricultores. Assim, a modernização da agricultura veio acompanhada de um significativo investimento na criação e custeio de instituições de pesquisa agropecuária, sendo pautada pelo governo no final da década de 1960 com políticas indutoras e instrumentos de regulação social (ANA, 2007). Isso significa dizer que o sistema de ensino e as entidades de pesquisa se expandiram e se modificaram de forma a atender as demandas da modernização da agricultura, legitimando as técnicas e instrumentos da agricultura industrial. O difusionismo foi prontamente incorporado pelas instituições de extensão rural e suas técnicas prontamente divulgadas nas instituições de ensino no Brasil.

No Brasil, este modelo avançou rapidamente, colocando, em pouco tempo, uma parcela considerável dos agricultores orientados à exportação dentro de seus padrões de produção e consolidou-se, assim, como o modelo hegemônico. Muitos dos agricultores familiares também adaptaram sua produção ao “pacote tecnológico da modernização”, o que descaracterizou, quase que completamente, as suas práticas agrícolas tradicionais. Poucas décadas depois o modelo de agricultura industrial - implantado com a modernização conservadora - começou a mostrar seus limites.

Para entender os limites é necessário considerar que o pacote tecnológico preconizado implicava a industrialização de todo o processo produtivo, inserindo a mecanização da produção, uso indiscriminado de insumos químicos, manipulação genética das sementes e raças. A adoção de todo esse aparato justificava-se politicamente pelo intuito de obter máxima produção, ampliar as fronteiras agrícolas e conferir qualidade à produção, através da especialização produtiva (monocultura). Todos esses elementos acabaram sendo alvo de críticas, isso porque cada elemento citado gerou, no decorrer do tempo, consequências indesejáveis, que foram se acumulando (EHLERS, 1999). O uso indiscriminado de insumos de origem industrial e maquinários, por exemplo, favoreceu a exaustão dos solos e também impactos ambientais dos mais diversos, que acabaram comprometendo o

ecossistema local. Por sua vez, solos exauridos e desequilíbrios ambientais geraram impactos diretos na produção, o que pode ser considerado ruim tanto na esfera econômica quanto na social pois, sem condições de se auto sustentar com as atividades agrícolas, o agricultor familiar acaba por abandonar o meio rural. Como expõe Cotrim (2013, p.24):

Em síntese, o processo de modernização da agricultura gerou dependência tecnológica, propiciou significativa redução da autonomia dos agricultores, e originou uma dinâmica de dependência cultural. Ocorreu uma significativa homogeneização das agriculturas mundiais gerando uma dependência de reduzido número de cultivos. Também ocorreram efeitos deletérios nas relações sociais dentro das comunidades rurais, o conhecimento, seja ele das técnicas agrícolas, ou das formas de gestão e relação comunitária, começou a ser buscado nos espaços externos da comunidade.

A expansão desenfreada da agricultura de exportação pressionou para o avanço sobre as fronteiras agrícolas, com exploração indiscriminada dos recursos naturais, o que levou à rápida exaustão de solos e desequilíbrios no manejo da água, gerando a necessidade de maior uso de insumos, numa reação em cadeia que só gerou mais dependência aos pacotes tecnológicos, encarecendo ainda mais a produção.<sup>3</sup> Neste contexto, além das denúncias referentes à temática ambiental, entraram em debate, também, o *performance* econômico e efeitos sociais do modelo, dada a acentuação da pobreza no campo (através do aumento das desigualdades) e da saída das famílias do meio rural. Ainda, tornou-se evidente que a aplicação de mais tecnologia não resolveu outra crise: a de distribuição de alimentos. Portanto, a modernização também não resolveu questões de ordem política, como a problemática da fome (uma de suas principais justificativas político-ideológicas).

Assim, o País adentrou na década de 1980 enfrentando diversas problemáticas na agricultura (agravadas especialmente em um quadro de crise econômica mundial e da militarização na política brasileira). Para os críticos a inter-relação entre as diferentes problemáticas se tornou cada vez mais evidente, afirmando-se a convicção de que não seria recomendável continuar adotando uma

---

<sup>3</sup> Em paralelo a isso, o uso intensivo de insumos químicos e maquinários, foi exaurindo os solos, gerando um novo ciclo de uso de insumos químicos e práticas agrícolas para solução dos problemas gerados pelas práticas agrícolas anteriores. Nesse mesmo mote, a produção não solucionou os problemas aos quais se propunha, como a fome, e a erradicação da pobreza no campo, sendo necessário o uso cada vez mais intensivo de cada espaço disponível para a agricultura.

visão reducionista e fragmentada da agricultura: é preciso entendê-la em sua complexidade e amplitude, percebendo que cada local é um universo por si só<sup>4</sup>.

Dentre os segmentos sociais afetados, a situação revelou-se especialmente crítica para os agricultores familiares. Muitos dos que modernizaram total ou parcialmente (aderiram ao modelo de agricultura industrial) ficaram endividados e aqueles que ficaram à margem da modernização enfrentaram dificuldades diversas o que os levou a optar, muitas vezes, pelo abandono da atividade agrícola e do meio rural. A preocupação com as alternativas para os agricultores familiares está na base da mobilização do movimento em prol da agricultura alternativa, do qual se originaram muitas das atuais ONGs agroecológicas.

## 2.2 OS ATORES E ALTERNATIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS CRISES DO MODELO DE AGRICULTURA

No Brasil o período compreendido entre o início da década de 1960 até meados de 1980 foi marcado pela ditadura militar e repressão aos movimentos populares (PADULA et al., 2013). Tal aspecto deve ser considerado para que se possa entender porque, mesmo com as crises do modelo da agricultura industrial, não havia uma grande expressividade nos movimentos de contraposição a ela.

Entretanto, no final da década de 1970, e durante toda a década de 1980, os movimentos populares se reorganizaram e, no decurso da luta pela redemocratização, vários segmentos ligados a agricultura já se davam conta da crise na agricultura familiar e sua importância, bem como da necessidade de se pensar em alternativas que viabilizassem a permanência das famílias na sua atividade, trazendo à tona a necessidade de se repensar o modelo agrícola e apresentar soluções para a crise mais imediata. Neste contexto, os agentes populares relacionados ao rural engajaram-se em lutas por melhores condições de vida e trabalho para os agricultores familiares, por políticas públicas eficazes, por condições de comercialização justas, pelo desenvolvimento de técnicas de produção menos nocivas ao ambiente, entre outras. Assim, várias frentes de luta e bandeiras foram estabelecidas, numa tentativa de se articular as ações de curto e longo prazo

---

<sup>4</sup> É óbvio constatar que os impactos sociais e ambientais citados, trouxeram consigo também uma crise econômica que gerou uma perda massiva da qualidade de vida da população, tanto do campo quanto da cidade.



que eram necessárias para resolver a crise que a agricultura familiar atravessava (PADULA et al., 2013).

Emergiram nesse processo diversos agentes reivindicatórios – que lutavam por direitos e por soberania, dos agricultores e da agricultura no país – e propositivos – que estava particularmente comprometido com a busca por alternativas ao processo de modernização conservadora. Buscavam identificar alternativas que, muito além de resolver a crise econômica imediata, fossem capazes de dar conta das demais crises instauradas – assegurando avanços rumo a modelos de desenvolvimento sustentáveis. O movimento em prol da agricultura alternativa identificou-se com essa perspectiva. Segundo Padula et al. (2013), a ideia das agriculturas alternativas, no Brasil, partiu dos próprios profissionais da Agronomia, com destaque para os estudantes. Muitos grupos foram criados com o intuito de levar o debate para os centros de ensino, mas também para os demais meios onde esses profissionais atuavam. O I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) foi realizado em Curitiba (Paraná) em 1981, organizado pela federação de estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Grupo de Agricultura Alternativa da AEASP, e outras entidades relacionadas.

Alavancado por organizações não governamentais, entidades, movimentos sociais, sindicatos, grupos, associações e outros, o movimento da agricultura alternativa ganhou forma e espaço especialmente na década de 1980, apresentando-se como um espaço para discussão de alternativas ao modelo vigente, de modo inovador e na contramão da modernização conservadora (ALMEIDA, 2000). O principal comprometimento dessas entidades, era com a garantia de identificação de caminhos que viabilizassem a manutenção e reprodução dos agricultores familiares (ou camponeses) na atividade agrícola através da concepção e experimentação de um novo modelo de agricultura, mais sustentável.

No imediato, nossa preocupação é de levar a agricultura alternativa para o pequeno agricultor, porque esse é que é o nosso aliado, esse é que está lutando com a gente. Está lutando para a transformação da sociedade, para a liquidação do latifúndio, que é um dos instrumentos de opressão neste país. A prioridade do esforço da agricultura alternativa imediatamente é fortalecer a luta dos pequenos produtores, para que eles consigam se manter na terra e consigam lutar pela reforma agrária, pela distribuição das terras do latifúndio. É nesse sentido que vejo essa questão de grande e pequena propriedade. Não é um problema técnico, é um problema que tecnicamente pode ser usado por grandes produtores também, é um problema de prioridade política de onde é que nós estamos lutando. (WEID apud LUZZI, 2007. p 32)

Com isso, o movimento da agricultura alternativa se colocou como uma frente de resistência à modernização identificada com o modelo de agricultura industrial dentro no campo (aqui entendido como o espaço rural) e em favor de grupos sociais específicos: os pequenos agricultores. Na luta, vai tomando forma a constituição de modelos de agricultura capazes de ir na contramão da modernização conservadora não apenas pelo viés da conservação dos recursos naturais, mas com atenção, também, aos aspectos socioculturais envolvidos nas comunidades - buscando a inclusão dos agricultores nos espaços de debates e construção de propostas alternativas.

### 2.3 EM BUSCA DE UMA ATUAÇÃO “RADICAL”?

A preocupação com os aspectos ambientais na agricultura não surgiu, de modo pioneiro, no Brasil. Em outros países, movimentos sociais de contestação ao modelo de agricultura industrial priorizavam a problemática ambiental. Tal atitude pode ser compreendida se considerar-se o papel das denúncias públicas (como a apresentada por Rachel Carson<sup>5</sup>) que, por meio de publicações, focalizaram as consequências indesejadas do uso de insumos industriais na agricultura, como agrotóxicos e adubos químicos. Estas denúncias encontraram eco no Brasil e em outras partes do mundo, pois alguns dos impactos ambientais negativos assinalados se mostravam de forma contundente, embora outros impactos negativos do modelo de agricultura industrial só pudessem ser percebidos mediante exame atento (PADULA et al, 2013; EHLERS 1999).

As denúncias do movimento ecológico internacional acabaram questionando a tese de que o conhecimento científico seria capaz de achar uma solução para todo e qualquer problema que o modelo apresentasse. Para aqueles que denunciavam, as pesquisas estavam mostrando que a ciência – com sua dificuldade de realizar uma abordagem holística ou sistêmica - não era capaz de propor alternativas com as características desejadas. Portanto, a ideia de que a modernização conservadora desencadearia um desenvolvimento capaz de superar seus próprios entraves - através da permanente aplicação de tecnologias mais avançadas - caía por terra.

---

<sup>5</sup>Em seu livro “Primavera Silenciosa”, de 1962.

Tomando por base a experiência brasileira com a modernização conservadora chamou-se atenção para o fato de que esta se baseou do conhecimento científico. Avaliou-se que a modernização trouxe um conjunto de dinâmicas e conceitos que romperam com o processo de construção do conhecimento tradicional, e com as práticas pautadas no conhecimento tradicional (conectadas com aspectos sociais, culturais e ecossistêmicos locais), conforme aponta Cotrim (2013). Além da perda do conhecimento tradicional, acumulado através das gerações, a modernização implicou um afastar-se de si mesmo dos agricultores, o que também trouxe consequências para a forma como esses se relacionavam entre si. A massiva saída de pessoas do campo fez com que as comunidades se esvaziassem, o que desconfigurou quase que completamente as tradicionais práticas comunitárias, reuniões festivas onde esses atores se encontravam para trocar informações, repartir conhecimentos e celebrar.

Assim, com o advento da crise do modelo de modernização, foi necessário repensar a questão do conhecimento, de forma a desenvolver métodos para dar conta de reverter ou, ao menos, mitigar os efeitos da crise. A ciência convencional passou a ser colocada em questão ao ser vista como excessivamente “reducionista”.<sup>6</sup> Para os críticos os princípios do método científico, quando aplicados na interpretação da realidade, levavam a perder de vista a complexidade dos sistemas reais e a interligação entre ações e suas consequências multidimensionais. Numa perspectiva mais geral, ficou evidente que a força da ideologia e das práticas da modernização surgiu de suas raízes muito profundas na cultura ocidental, tema bem explorado por Franco (1995).

Os críticos perceberam que a introdução das práticas da agricultura industrial fez parte de um movimento de alcance mundial e que se estendeu a todos os segmentos, um movimento de afirmação da ciência como um conhecimento superior, sustentado em métodos, regras e protocolos bem definidos. O discurso sobre a superioridade metodológica garantiu que o conhecimento gerado, segundo seus adeptos, fosse percebido como confiável e legítimo, tanto em suas aplicações na geração de tecnologias, quanto na compreensão do mundo, no descobrimento de “verdades”, das leis de funcionamento de tudo o que nos cerca. Além disso, a legitimidade da ciência sustentou-se em algo de grande relevância: sua suposta

---

<sup>6</sup>A visão científica, que Vivan (1998) aponta como reducionista, dominou praticamente todo o cenário das ciências agrárias.

neutralidade, ou seja, vendeu-se a ideia de que o método científico, por ser rigoroso e controlado, não podia ser manipulado de forma a ter resultados que beneficiassem esse ou aquele interesse. Assim, o conhecimento científico acabou adquirindo um *status* de verdade absoluta, por se apresentar como metodologicamente muito superior em relação ao conhecimento tradicional. Por consequência, no processo de modernização difundiu-se a ideia de que a simples observação de fenômenos e a proximidade com o meio, por si só, não capacitam o agente a desenvolver um conhecimento válido acerca do que observa (FRANCO, 1995; EHLERS, 1999; PADULA et al., 2013). Colocou-se que, para que a observação gere um conhecimento válido, é preciso que um agente com capacidade e condições de desempenhar tarefas de validação científica ateste e valide o conhecimento. Ou seja, na medida em que uma nova forma de gerar conhecimento surgiu e foi considerada superior, as demais passaram a ser desqualificadas (num processo de hierarquização de formas de conhecimento) e de modo que o tipo de conhecimento aplicado em dada atividade foi usado como indicador de atraso ou modernidade, desenvolvimento ou subdesenvolvimento. A aplicação dos supostos de superioridade do conhecimento científico à questão do desenvolvimento rural esteve associada a outros dois pressupostos: o primeiro deles diz respeito a imprescindibilidade da industrialização para o desenvolvimento e o segundo diz respeito a criação de um mito de que o rural, especialmente aquele rural relacionado ao pequeno produtor (especialmente ao camponês), é retrógrado, atrasado e sem perspectivas de futuro. Assim, passou-se a apresentar o agente desse meio, ou seja, o agricultor, como um indivíduo sem conhecimento, sem cultura e sem condições de expressar-se sobre o desenvolvimento do rural.

Para compreender o alcance e as consequências desta concepção que se instalou, é necessário lembrar, segundo Franco (1995), que o desenvolvimento ocorre através de relações definidas por parâmetros do ser, do meio e das ações no tempo. No caso do conhecimento científico, a lógica que predomina nas relações é pautada em hierarquias que colocam um ator como detentor do saber e, portanto, ele é quem tem o poder de tomar as decisões. É como se o conhecimento científico (nos moldes propostos pelo processo de modernização citado), fosse capaz de dar ao seu detentor um certo poder superior que, segundo Franco (1995), esperando-se do representante da ciência uma atitude quase sacerdotal. Isso significa dizer que, na modernização conservadora, aqueles que detêm o conhecimento científico, leia-

se técnicos e cientistas, são quase como messias dentro dos espaços da agricultura, e seu conhecimento não é questionado pelos demais, pelo simples fato de que estes não possuem tal conhecimento e, portanto, estão em posição inferior, independentemente do valor dos conhecimentos que tenham adquirido por observação no decorrer de suas vidas. Com isso, todo o conhecimento que não vem da ciência é desqualificado. Ideologicamente, tal orientação implica na crença de que os agricultores necessitavam ser “salvos” do atraso e estado de selvageria no qual se encontravam. Ao técnico era dada a missão messiânica desse salvamento, através de seu trabalho, e da industrialização da agricultura, em qualquer escala. Isso justificou práticas de intervenção difusionistas, que introduziram “cartilhas” baseadas no conhecimento científico e desconsideraram/desvalorizaram o conhecimento tradicional. É importante perceber que nesta concepção reforçou-se a marginalização dos “pequenos agricultores”, pois se inicialmente eles foram desprovidos de terras e de posses - necessárias para viver com dignidade -, e do direito à participação política - autonomia para decidir acerca da sua vida-, agora se viram também furtados do conhecimento que julgavam possuir. A partir de reflexões desta natureza se tornou evidente - para aqueles agentes comprometidos com a geração de alternativas - que as concepções sobre as formas de conhecimento que sustentaram a modernização da agricultura não eram convergentes com os princípios e valores que buscavam afirmar.

Nestes termos, ficou evidente que a agricultura alternativa - ao se propor a ser mais do que um modelo tecnológico alternativo de cultivo de plantas, ao buscar estabelecer harmonia entre as esferas social, ambiental e econômica – requereu que se repensassem as formas de geração de conhecimento e tecnologias. Nesse contexto, ao reconhecer o potencial holístico e a orientação adaptativa do conhecimento e das tecnologias tradicionais, os agentes apostaram no resgate e revalorização dos recursos que faziam parte da cultura e tradição das comunidades, de modo que estes passaram a ser considerados um importante “ponto de partida” na sua atuação. Tal avaliação se baseava, portanto, numa forma particular de contraposição das características do conhecimento tradicional e científico quando aplicados à agricultura:

O sistema técnico empregado nas agriculturas camponesas implica em trabalho complexo e qualificado, na medida em que é definido pelo próprio agricultor. Já na agricultura industrial, são as técnicas que condicionam os

sistemas de trabalho que, por isso mesmo, tornam-se padronizados e desqualificados. (ANA, 2007, p. 06)

Nesse mesmo sentido, Mazoyer e Roudart (2010) apontam que a prática da agricultura, no decorrer dos séculos, foi marcada pela inserção de pequenas modificações na gestão dos agroecossistemas. Essas modificações, ainda que pequenas, possibilitaram um sistema de ajuste e adaptação das sociedades às dinâmicas ambientais e sociais locais, estabelecendo um diálogo eficiente com o meio no qual estavam inseridas, gerando benefícios para ambas as partes (coevolução). Nesse processo geraram-se conhecimentos específicos acerca de cada contexto e realidade nas quais essas comunidades estavam inseridas, o que permitiu diferenciação de identidades tecnológicas bem específicas e de acordo com os ecossistemas locais. Essas identidades tecnológicas foram construídas com base nas relações entre as pessoas, das pessoas com os meios de produção e com os elementos da paisagem num arranjo que, segundo Cotrim (2013), reflete um acúmulo de saber edificado pelos comunitários. Tal relação pode ser considerada como um processo de coprodução entre o homem e o ecossistema, em todas as esferas da dinâmica social. Assim, compreendeu-se que cada comunidade pode desenvolver seus referentes próprios, tanto para a produção quanto para as questões de relacionamento entre os atores. As tecnologias utilizadas, neste caso, guardam maior correspondência às necessidades locais pois, para fora desses espaços, se destinava somente excedentes de produção.<sup>7</sup>

Visualizou-se, então, a possibilidade de assegurar a sustentabilidade na agricultura pelo resgate do conhecimento e tecnologias tradicionais. Este foi considerado essencial, pois traz os elementos necessários para propor ações capazes de gerar desenvolvimento numa perspectiva mais ampla, de acordo com as especificidades dos locais, mas sem perder de vista a relação destes locais com o contexto sócio-econômico e ambiental no qual se insere. Em decorrência da perspectiva adotada, considerou-se que, para reconectar as práticas produtivas utilizadas na agricultura com os conhecimentos tradicionais seria necessário desconstruir a “ideologia da modernização” e as “intervenções para o desenvolvimento” que se tornaram hegemônicas durante a modernização.

---

<sup>7</sup> Isso não significa, obviamente, que não haviam aqueles que já desenvolviam sua produção visando o abastecimento de mercados em centros urbanos, mas estes não era representativos da agricultura como um todo, por um longo período.

## 2.4 DA CRÍTICA À AGENDA

Na trajetória do movimento da agricultura alternativa no Brasil destaca-se o valor emblemático do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), iniciativa articulada pela Fundação de Atendimento Sócio Educativo (FASE). Esse projeto pode ser considerado emblemático para localizar o surgimento de um conjunto de ONGs que se identificaram com a agricultura alternativa.

O projeto iniciou em 1983 através de parcerias estabelecidas entre entidades de cooperação internacional, indivíduos e organizações que protagonizavam experiências com tecnologias alternativas no Brasil junto a “pequenos agricultores”, com o intuito de disseminar essas experiências posteriormente a um trabalho de sistematização e avaliação destas. Visava-se, de modo geral, verificar a possibilidade de se ter conhecimentos e tecnologias já validados pela experiência dos agricultores, que pudessem servir de referentes para a agricultura alternativa. Para o avanço do trabalho, as ONGs buscaram estabelecer parcerias com outras organizações populares, especialmente, visando, sobretudo, facilitar acesso à experiências já estabelecidas, aproximando-se à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) (conforme analisamos nos relatos dos arquivos do CETAP e relatos de entrevistas).

Entre os objetivos iniciais das ONGs da agricultura alternativa estavam o resgate, sistematização e disseminação de tecnologias alternativas para os “pequenos agricultores” (posteriormente identificados como agricultores familiares). As tecnologias alternativas, por sua vez, poderiam tanto ter sua origem na pesquisa quanto nas práticas agrícolas tradicionais e inovações dos agricultores. A formação de redes de intercâmbio de informações técnicas entre os agentes da agricultura alternativa visava possibilitar o contato entre diversas entidades, organizações, representações dos movimentos sociais e pessoas (especial e preferencialmente com capacidade de articulação política). Com isso, considerou-se que poderia se favorecer um grande fluxo de ideias, gerando-se alternativas construídas por muitas mãos; com possibilidade real de se identificar alternativas viáveis (possíveis- tendo em vista as condições dos agricultores), que poderiam ser amplamente disseminadas (dada a abrangência da rede). Como mencionado anteriormente, muitas das ONGs que existem hoje e que trabalham nessa temática, datam a sua formação daquele período e têm, em sua história, identificação com essa proposta.

Os Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs), por exemplo, foram criados como espaços orientados a integração de conhecimento tradicional e conhecimento científico, através de experimentos capazes de realizar esse intento (LUZZI, 2008). A estratégia adotada previa que a disseminação das alternativas identificadas seria feita através da formação de agentes multiplicadores, que teriam a missão de compartilhar os referentes (conhecimentos e tecnologias alternativas validadas), para os demais pequenos agricultores. A partir destas orientações, registra-se a realização de muitas atividades e intenso trabalho em equipe. No entanto, uma avaliação posterior revelou que os resultados alcançados não atingiram as expectativas, não apenas pela baixa incorporação, por parte dos agricultores, dos referentes gerados mas também porque o processo de disseminação não aconteceu como se esperava: os envolvidos diretamente (agricultores) não disseminavam para os demais os aprendizados, e, ainda, a contribuições da incorporação dos conhecimentos e tecnologias alternativas não se mostrou suficiente para a superação das grandes dificuldades enfrentadas pelas famílias. Tendo em vista que a missão que as ONGs definiam para si apontava para o propósito de viabilização da agricultura familiar, foi necessário repensar as estratégias de atuação.

Avaliou-se, ainda, que as críticas à agricultura industrial ficaram restritas, num primeiro momento, à natureza dos conhecimentos e tecnologias utilizadas, o que dificultou o questionamento dos métodos empregados na disseminação das tecnologias alternativas:

Embora tivessem sido identificadas junto aos agricultores numerosas práticas alternativas, pouco se fez para alcançar o objetivo central do PTA/FASE que era sistematizar e difundir estas experiências para um amplo espectro de usuários potenciais. Os técnicos tenderam a ignorar o conhecimento dos pequenos produtores e passaram a difundir, assim como acontecia com a agricultura química, as tecnologias alternativas. Era o pacote alternativo. (WEID, 1988, apud LUZZI, 2008, p. 15)

Os métodos utilizados pelo PTA/FASE foram praticamente os mesmos utilizados pela agricultura convencional (reuniões, seminários, impressos, cursos de capacitação e visitas de campo). Para Luzzi (2007) os limites<sup>8</sup> e as contradições

---

<sup>8</sup> Segundo aponta Luzzi (2008, p.17) “As próprias lideranças dos movimentos sociais rurais, especialmente o movimento sindical e o movimento sem terra (organizações que o PTA/FASE sempre procurou estreitar relações), apresentavam variadas interpretações desqualificadoras do trabalho com agricultura alternativa, destacando-se: as tecnologias alternativas representavam uma



dessa forma de atuação logo se tornaram evidentes. Assim, percebeu-se que a difusão de tecnologia foi uma prática corrente, utilizada – inclusive - pelos defensores da agricultura alternativa, que procuravam de certa forma convencer os agricultores da superioridade dos referentes alternativos.

Luzzi (2008) destaca que a partir do final da década de 1980 iniciou-se a reestruturação da rede, com uma aproximação à Agroecologia. A PTA/ FASE se rearticulou, desvinculando-se da FASE e se constituiu como Rede PTA. E é nesse momento que ocorreu o processo de reflexão sobre a necessidade de mudança conceitual no projeto, passando-se a integrar a Agroecologia e as metodologias participativas como referências conceituais e metodológicas para o trabalho das entidades associadas ao projeto. Inicialmente o trabalho se reestruturou em torno de três programas locais, voltando-se para estratégias locais de desenvolvimento: o Programa Agreste Paraibano, o Centro Sul do Paraná e o Mirandiba, de Pernambuco (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

No momento seguinte, as ONGs seguiram trajetórias diversas, influenciadas por sua articulação em rede internacional (como será explorado no próximo capítulo).

## 2.5 A GERAÇÃO DE REFERENTES NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DA AGRICULTURA ALTERNATIVA

Buscamos, anteriormente, descrever a forma como a agricultura evoluiu, destacando as mudanças decorrentes da modernização – que, ao introduzir o modelo de agricultura industrial, subverteu as práticas tradicionais de cultivo e criação, invalidou o conhecimento tradicional e contribuiu para a marginalização dos pequenos agricultores. A descrição apontou a ocorrência de uma crise multidimensional do modelo de agricultura industrial na década de 1980, que colocou os pequenos agricultores em condição de grande vulnerabilidade e motivou a mobilização de diversos agentes em sua defesa. Neste contexto se observou a mobilização de agentes (muitos dos quais vieram a constituir as ONGs

---

volta ao passado e os pequenos produtores também tinham o direito de se modernizarem; o trabalho tinha um viés tecnicista e pouco politizado e a luta dos pequenos produtores era uma luta de classe, pela reforma agrária e por direitos trabalhistas; a organização da produção era pela elitização, pois voltava-se para atender à crescente demanda de consumidores urbanos dispostos a pagar mais por estes produtos (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).”

agroecológicas) próximos aos movimentos sociais populares para construção de alternativas ao modelo de agricultura industrial. Ao perceber a dependência que estava se criando em torno ao conhecimento científico e os limites teórico-metodológicos deste para geração de alternativas adequadas às diferentes condições, estes agentes buscaram constituir referentes mais de acordo com seus princípios e valores, com base no conhecimento tradicional, o que requereu enfrentar a ideologia da modernização.

Em termos da agenda, destacamos um aprendizado organizacional das ONGs. Foi possível perceber que havia uma clara preocupação das ONGs com a situação dos pequenos agricultores e que estas priorizaram, inicialmente, a identificação de referentes tecnológicos alternativos. Isso se expressou, principalmente, através da proposta de resgate e sistematização de “tecnologias alternativas”. Houve, portanto, uma clara identificação com esse propósito. A experiência histórica, no entanto, mostrou que esta estratégia não era totalmente eficaz, pois não era capaz de, por seu impacto, assegurar a superação da condição de vulnerabilidade econômica dos pequenos agricultores (agricultores familiares), identificando-se, também, limites na disseminação das alternativas tecnológicas promovidas.

Com isso, em relação ao objetivo específico desta dissertação, percebe-se que a importância concedida à identificação de referentes alternativos na missão institucional depende do *framework* adotado para a leitura da realidade pela ONG e que este é sujeito à permanente revisão e releitura, a partir da experiência acumulada, das oportunidades e restrições da conjuntura. Enquanto num primeiro momento se concedia significativa prioridade à identificação e disseminação de referentes tecnológicos alternativos, quando se adotou um *framework* mais próximo ao sistêmico (visão de sistemas de produção como conjunto de atividades produtivas interrelacionadas) ou de desenvolvimento local, a questão das alternativas tecnológicas perde relevância.

Isso nos leva à um processo de reflexão sobre a importância concedida à geração de referências, a partir da experiência inicial da AS-PTA, percebe-se que as ONGs não podem ser consideradas equivalentes à uma instituição de pesquisa, pois sua missão vai além disso. A ONG não é apenas um local para desenvolver experimentos, uma vez que sua missão relaciona-se a distinguir estratégias capazes de trazer impactos reais em termos de aspectos priorizados na transformação da

realidade. Portanto, elas irão atuar na pesquisa (geração de referentes) quando, e na medida em que, isso for considerado relevante para realizar a sua missão institucional.



### **3 GERAÇÃO DE REFERENTES: PARA ONDE ESTAMOS INDO? PARA ONDE NOS LEVA A MARÉ? O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DAS CORRENTEZAS**

O presente capítulo visa situar os agentes brasileiros em relação ao movimento em prol da agricultura alternativa em âmbito internacional. Para tanto, será realizada breve contextualização sobre o histórico da agricultura alternativa buscando explicitar e caracterizar as vertentes do mesmo que tiveram maior influência na trajetória das ONGs agroecológicas brasileiras. Assim, buscaremos caracterizar o contexto em que se insere o movimento brasileiro, partindo do suposto que o movimento brasileiro é parte de um movimento mais amplo, que também aprende e redefine sua missão, agenda e formas de intervenção. Por fim, procuraremos analisar tanto a importância concedida à geração de referentes quanto problematizar as expectativas do movimento em relação a natureza dos referentes a serem gerados e estratégias adotadas para alcançá-las.

#### **3.1 A ORIGEM E DIVERSIDADE DOS MOVIMENTOS EM PROL DA AGRICULTURA ALTERNATIVA**

Ao se tratar dos movimentos em prol da agricultura alternativa temos que reconhecer que enquanto há unanimidade em torno da necessidade de buscar alternativas ao modelo dominante de agricultura (industrial), pode não haver unanimidade em relação ao que pode ser considerado como verdadeiramente “alternativo”. Para compreensão das controvérsias, cabe lembrar que o movimento se constituiu de diversas vertentes, algumas das quais tiveram maior influência no contexto dos movimentos brasileiros.

Ehlers (1999) denomina os movimentos em prol da agricultura alternativa de “movimentos rebeldes”. Resumidamente, o autor aponta que, paralelamente ao movimento de industrialização da agricultura, ainda na década de 1920 já haviam movimentos rebeldes que se contrapunham ao que, na época, estava sendo mais promovido na agricultura: o uso da adubação química. A partir desta contestação surgiram quatro grupos (vertentes da agricultura alternativa): agricultura biodinâmica, agricultura orgânica (ambas na Europa), agricultura biológica (nos EUA), e a agricultura natural (no Japão). Para fins da dissertação, não apontaremos as

diretrizes de cada grupo. Maiores informações podem ser encontradas em Ehlers (1999).

Cada uma das vertentes dentro do movimento que Ehlers (1999) denominou como “rebelde”, foi se organizando e estruturando no decorrer das décadas seguintes. Desde a década de 1920 até meados da década de 1960, embora se possa mapear, conforme o autor, uma série de avanços nas vertentes alternativas, não se pode considerar que houvesse uma consolidação destas e sua implementação como uma alternativa ao modelo dominante (até porque, majoritariamente, não se pensava que o modelo necessitasse de uma alternativa). No entanto, na década de 1960 se passou a questionar com maior frequência, com base em problemas que foram se apresentando, a base tecnológica do modelo dominante, especialmente no que diz respeito aos aspectos econômicos e ecológicos<sup>9</sup>.

Diante da ameaça de um colapso ambiental, não tardaram a aparecer os modelos de sociedades alternativas à sociedade industrial moderna (EHLERS, 1999, p. 68). O autor aponta dois como os principais: *Blueprint for survival* (Plano para a sobrevivência)<sup>10</sup> e o *Small is beautiful* (O Negócio é ser Pequeno)<sup>11</sup>. No Brasil, Padula et.al (2013) aponta como referências as obras “Manifesto ecológico brasileiro” (1976), de José Lutzenberger, “Pragas, praguicidas e crise ambiental” (1979), de Adilson Paschoal e “O manejo ecológico do solo” (1980) de Ana Primavesi.

A geração de modelos de referência alternativos para conduzir à sustentabilidade na agricultura avançou nos anos 80 com a formulação das propostas de agricultura de baixos insumos externos, agricultura regenerativa e Agroecologia. Ehlers (1999, p.70) esclarece:

---

<sup>9</sup>O processo de industrialização vai se estruturando e demonstrando suas rachaduras. A erosão dos solos, segundo o autor, foi o que motivou mais fortemente os estudos acerca de alternativas para a mecanização, à exemplo do relatório “*Soils and men*”, de 1938 (realizado pelo Departamento de Agricultura dos EUA, como resposta à problemas em Oklahoma), que, por sua vez, motivou diversos estudos sobre a questão do uso dos solos. Os primeiros estudos (dentro de uma perspectiva de pesquisa científica) acerca das consequências negativas desse modelo datam das décadas de 1960 e 1970. Eles tratam basicamente da observação dos efeitos dos resíduos desse modelo (como no caso da obra “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson), e como eles trouxeram impactos para o meio ambiente.

<sup>10</sup> Livro de Edward Goldsmith e Robert Allen, publicado em 1972, chamando a atenção para os problemas ambientais da época.

<sup>11</sup> Livro de E.F. Schumacher, publicado, inicialmente em 1973, tratando de economia moderna, ecologismo e espiritualidade, levantando diversos questionamentos.

Na década de 80, o interesse da opinião pública pelas questões ambientais e a adesão de alguns pesquisadores ao movimento alternativo, principalmente, em função dos efeitos adversos dos métodos convencionais, tiveram alguns desdobramentos importantes no âmbito da ciência e da tecnologia. É o caso, por exemplo, da *agricultura regenerativa* e da *agroecologia*, ambas nos EUA. As características mais marcantes desses desdobramentos são: a busca de fundamentação científica para suas propostas técnicas e, no caso da agroecologia, o firme propósito de valorizar os aspectos socioculturais da produção agrícola.

Assim, cada perspectiva mobilizou uma diversidade de atores com vistas a promover o almejado avanço em direção à sustentabilidade na agricultura. Ehlers (1999), salienta que as vertentes do movimento alternativo internacional (como um todo, mas para efeitos desse texto no que concerne à agricultura), foram introduzidas no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 como um reflexo do movimento à nível mundial, bem como do movimento das ONGs do país para a sua divulgação. Para o caso da América Latina – e especialmente para o objeto de estudo dessa dissertação – merecem destaque a perspectiva de tecnologias apropriadas -que terá acolhida na década de 1980 - e a Agroecologia, que corresponde a orientação atual.

O termo de tecnologias apropriadas foi sistematizado por Schumacher (em *Small is Beautiful*, 1973) e não se referia exclusivamente à agricultura, tratando da questão mais ampla do modelo tecnológico da sociedade, como expresso na citação de Fressoli e Arond (2015, p.1, tradução nossa):

Em essência, os defensores das tecnologias alternativas procuram se situar em uma concepção preocupada com as questões ambientais e socialmente justa, com um conjunto de concepções e princípios operacionais para diversas opções de tecnologia, envolvendo as comunidades locais.

A disseminação da perspectiva das Tecnologias Apropriadas entre ONGs de desenvolvimento rural brasileiras pode estar relacionada a acolhida desta concepção pelas instituições que financiaram o trabalho de ONGs:

Como a noção de tecnologia apropriada ganhou reconhecimento (entre os anos 1970 e início dos anos 1980), instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) estabeleceram departamentos de tecnologias apropriadas. Durante este período, a plethora de programas, projetos e interesses que apoiaram *The World of Appropriate Technology* (como a OCDE referiu em 1982) foram substanciais. (JÉQUIER, 1982) (FRESSOLI; AROUND, 2015, p.1-2, tradução nossa).

Para Luzzi (2008, p.17): “O final da década de 1980 foi [...] um período de mudanças conceituais e metodológicas [...], com a incorporação dos referenciais da agroecologia e das metodologias participativas.” Em relação a Agroecologia, sua disseminação na América Latina está relacionada a colaboração entre entidades do movimento de agricultura alternativa e intelectuais. Segundo Abreu e Bellon (2014, p. 5): “A visão agroecossistêmica emerge na América Latina, no final da década de 80, com a contribuição de M. Altieri, em articulação com ONGs latino americanas.”

A evolução do movimento identificado com a Agroecologia será objeto da análise das próximas seções.

### 3.2 A OPÇÃO PELA AGROECOLOGIA COMO PONTO DE PARTIDA: ONDE ISSO NOS LEVA?

Para efeitos desse trabalho importa, à princípio, perceber que a Agroecologia se constituiu num importante componente de auto identificação para um movimento, que, inicialmente, estava se reconhecendo como de agricultura alternativa, surgido a partir de diversas críticas às implicações sociais, econômicas e ambientais do processo de industrialização da agricultura (PADULA et. al, p. 40), como tratado anteriormente. Conforme Wezel et al. (2009, p.1, tradução nossa)

O termo agroecologia é utilizado, na atualidade, com significados distintos na ciência, e também para identificar movimentos ou práticas agrícolas. Muitas das confusões referentes a agroecologia que ocorrem ao redor do mundo, segundo nossa avaliação, são devidas, em parte, às traduções, mas também pelas diferenças de significados entre e dentro de diferentes culturas.

Sem desconhecer a complexidade conceitual do termo, para nosso trabalho importa, inicialmente, perceber a Agroecologia enquanto ciência alternativa, uma vez que partimos do entendimento que esse é um aspecto que passou a ser valorizado pelos movimentos sociais que a ela recorreram na década de 1990. Ao tratar da



Agroecologia enquanto ciência “alternativa”, Wezel et al. (2009, p. 1) ponderam argumentando que o termo “agroecologia” foi usado pela primeira vez em duas publicações científicas, de Bensin já no final da década de 1920, e mais recentemente em livros de Gliessman e Warner. Para Abreu e Bellon (2014, p.7) a Agroecologia enquanto ciência tem – no seu desenvolvimento – três referências principais:

A origem da matriz conceitual da agroecologia está fortemente vinculada a três instituições universitárias, duas se encontram na Califórnia, EUA e, a última na Andaluzia, Espanha. i) Universidade de Berkeley onde Miguel Altieri ministra cursos; ii) Universidade de Santa Cruz, onde se encontra S. Gliessman. Esse último focaliza a agroecologia, como uma ciência e um conjunto de práticas (GLIESSMAN, 2000, p21).

A opção pela Agroecologia pelos movimentos da agricultura alternativa ocorreu quando a Agroecologia era desenvolvida por um grupo relativamente restrito de pesquisadores, que teve em Miguel Altieri um de seus principais protagonistas e difusores. Conforme expõe Almeida (2000, np)

Sem dúvida, a obra do professor Miguel Altieri foi central neste contexto. Quando foi lançada a primeira edição de *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*, em 1998, pela Editora da UFRGS, essa publicação teve uma enorme aceitação, esgotando-se em pouco tempo. Este livro preencheu um vácuo na produção intelectual sobre o tema e acabou se transformando em obra referencial nos estudos acadêmicos e debates sociais, verdadeiro “manual” de ação e prática agroecológica no Brasil.

Mais do que o acesso a referenciais teóricos específicos, a identificação com a Agroecologia se manifestou no reforço à integração e criação de redes internacionais entre agentes atuantes no âmbito da agricultura alternativa e pesquisadores em Agroecologia, especificamente.

Durante a década de 1980, foram-se criando, com mais ou menos força, iniciativas e experiências agroecológicas em diversos locais da América Latina e Caribe. A maioria das experiências foram realizadas em projetos de desenvolvimento rural através de ONGs e centros de capacitação, trazendo resultados positivos, embora dispersos pelo continente. Pouco a pouco, foi-se constatando a necessidade de se estabelecer pontes entre as diversas experiências, promover intercâmbio de aprendizagens, assim como a promoção da agroecologia dentro de estratégias de desenvolvimento, aspectos esses, que **motivaram a orientação de um trabalho coordenado entre as organizações comprometidas com o tema.** (MAELA, 2016, tradução e grifo nossos)

Um exame retrospectivo aponta que a incorporação dessa ciência e sua potencialização enquanto perspectiva que subsidia a ação para transformação social implicou amplo processo de “ação coordenada” e construção social. Segundo Abreu e Bellon (2014, p. 5-6)

Na década de 90, o cenário é de evolução e redefinição de métodos e conceitos. Assim, o termo da agroecologia foi introduzido na América Latina num quadro de articulação e colaboração entre projetos alternativos. Em 1989, foi criado no Chile o Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável CLADES, ocasião que já tinha sido lançada em inglês, a obra denominada “**Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa**”, de M. Altieri, traduzida no Brasil, em 1989. Mas foi no início da década de 90, durante uma grande reunião organizada pela CLADES, que contou com representantes de mais de 12 ONGs, que a proposição científica da agroecologia foi apresentada por Miguel Altieri. (PETERSEN, 2007).

Conforme o relato, nesse processo destacou-se a instituição do CLADES, que sustentou o avanço inicial da perspectiva agroecológica na América Latina<sup>12</sup>. Compreende-se esta atuação num contexto em que outras entidades (ou redes) foram sendo formadas e assumiram relevância na indicação das perspectivas do movimento, tanto em âmbito internacional, regional (como o Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (MAELA)) ou nacional:

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), surge em 2002 como um espaço de convergência de movimentos, redes e organizações da sociedade civil, reunindo grupos envolvidos em experiências concretas para promover a agroecologia e desenvolvimento sustentável em várias regiões do Brasil. (WEZEL et al., 2009, p.5, tradução nossa)

Algumas destas articulações foram orientadas para avanços em relação a Agroecologia enquanto ciência, como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), criada em 2004 (PADULA et al., 2013).

Do exposto, entendemos que os agentes que participavam do movimento da agricultura alternativa tenderam a desenvolver ações colaborativas e coordenadas, e para tanto articularam-se em redes (movimentos em movimento), com formação de entidades de apoio que atuaram no sentido de convergir a agenda, sistematizar e

---

<sup>12</sup> Cabe assinalar que, em sua página institucional à sigla CLADES corresponde a denominação *Centro Latino Americano de Desarrollo Sostenible* (<http://www.clades.cl>).

promover os aprendizados coletivos. Neste sentido, consideramos que ILEIA<sup>13</sup> e CLADES representam este tipo de organização de apoio e que o exame de suas publicações permite uma aproximação à agenda de produção de referentes do próprio movimento.

Neste trabalho, examinaremos inicialmente a atuação do CLADES (correspondente ao período inicial de avanço da Agroecologia –especificamente o período de 1991 a 1998 – com a revista *Agroecologia y Desarrollo*) e depois de ILEIA (*Agricultures Network*, correspondente ao período atual - especificamente o período de 2004 a 2015 – com a revista *Agriculturas*). Juntas, essas duas publicações nos fornecem pistas sobre os caminhos da agricultura alternativa baseada nos princípios da Agroecologia nas últimas três décadas (agenda) e, especialmente, permitem inferências sobre as expectativas em relação a natureza dos referentes a serem gerados para o avanço do movimento.

### **3.2.1 CLADES enquanto tradução e fonte de movimento**

Segundo dados do site do consórcio<sup>14</sup>, o mesmo foi fundado em 1989 por onze ONGs de oito países da América do Sul, sendo posteriormente integrado por universidades, empresas privadas e organismos públicos. Sobre a origem de CLADES, coloca-se que algumas das ONGs que vieram a compor o Consórcio já mantinham relações de troca de experiências entre si, especialmente com CET, no Chile, que constituiu uma das primeiras ONGs que combinava melhoria tecnológica com organização comunitária. Segundo avaliação expressa, a partir destas experiências iniciais veio o convencimento de que juntar forças e trabalhar coletivamente era uma condição para alcançar os objetivos propostos. Constatava-se que, como a academia estava orientada a agricultura industrial, pesquisadores que trabalhavam com a realidade da agricultura camponesa precisavam de um espaço para compartilhar suas aprendizagens e tecnologias alternativas, bem como para conduzir mais pesquisas - qualificando e expandindo o rol de tecnologias

---

<sup>13</sup> Em sua página, ILEIA (que se localiza em Wageningen) se identifica como secretaria do *Agricultures Network* atuando também em sistematização de experiências e educação agrícola. Posteriormente se apresenta caracterização mais detalhada desta organização.

<sup>14</sup> <http://www.clades.cl/index.htm> Acesso em: 22 de novembro de 2015.

alternativas que poderiam ser ofertadas. Percebendo-se, então, esta necessidade, um novo canal de cooperação foi criado: CLADES. (YURJEVIC, 1997, np)

Como explica Yurjevic (1997), CLADES foi criado com o propósito geral de apoiar o desenvolvimento e disseminação de novas opções tecnológicas para os camponeses<sup>15</sup> e treinar os membros das ONGs nestes métodos (estendendo-se a camponeses e financiadores de ONGs). Assim, pesquisa, treinamento e troca de informação sobre alternativas tecnológicas foram as atribuições centrais para CLADES. Entretanto, dada a demanda, CLADES envolveu-se também com questões relativas a desenvolvimento institucional, abrangendo questões como sistemas de gestão, políticas de recursos humanos e técnicas de avaliação em ONGs. Além disso, foi requisitada a participação de CLADES no assessoramento para formulação e defesa de macropolíticas de desenvolvimento agrícola (rural) devido a sua crescente e reconhecida *expertise* no tema. Assim, CLADES colaborou, também, com agências nacionais e internacionais na América Latina, Ásia e África. (YURJEVIC, 1997, np)

CLADES emergiu, então, em um contexto de crise teórica e prática na intervenção das ONGs para o desenvolvimento da agricultura camponesa (ou dos pequenos agricultores). Dentre suas atividades destacou-se sua atuação na formação de recursos humanos (com oferta de cursos específicos e colaboração com universidades na formação orientada a Agroecologia), pesquisa (seleção e apoio a projetos) e promoção de informação e comunicação. A revista *Agroecología y Desarrollo*, é uma das publicações do CLADES.

Yurjevic (1997) ressalta os limites das estruturas de apoio à formação e pesquisa até então estabelecidas na América Latina em relação ao conhecimento da realidade camponesa, sobretudo em sua diversidade ecológica, sociocultural e produtiva. Nesse contexto priorizou-se a realidade camponesa, pouco abordada, trazendo experiências acumuladas que possibilitassem que o agricultor camponês se tornasse em ator social capaz de ter autonomia econômica e integrar-se de forma crítica na sociedade. Além disso, a revista pretendeu ser um espaço para debater o desafio institucional de desenhar e implementar estratégias de desenvolvimento de

---

<sup>15</sup> O termo camponês aqui é utilizado, segundo nossa interpretação, dentro do descrito por Marques (2008), que entende o campesinato como classe social, imersa em um projeto político, indo além do caráter econômico e se colocando como um modo de vida e uma forma de organização. Esclarecemos, ainda, que o termo é aqui empregado para estar de acordo com o exposto pelas bibliografias consultadas (especialmente as revistas utilizadas para a construção desse capítulo).

base, para a promoção da participação e o manejo ecológico dos sistemas naturais. Seus números baseiam-se na busca de apresentar ao público experiências acumuladas, servindo como mote para a formulação de políticas públicas relacionadas às bandeiras da Agroecologia, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Além de apresentar experiências, a revista também se propôs a ser espaço de debate para a disseminação de estratégias de desenvolvimento, promoção da participação e o manejo ecológico dos recursos naturais, além de trazer elementos para facilitar a compreensão das estratégias de desenvolvimento agroecológico, prestando-se como fonte de informação e troca de conhecimentos. (CLADES, 1991, vol. 1, editorial.)<sup>16</sup>.

### *3.2.1.1 Agroecologia y Desarrollo enquanto reflexo das orientações do movimento*

A revista iniciou a ser publicada num momento histórico de reconhecimento do valor da categoria social do agricultor camponês – num ambiente de debate acadêmico que questiona a tese da sua provável extinção no decurso da modernização e de seu saber. A realidade do campesinato foi traduzida nas capas das revistas. No entanto, é interessante verificar que as imagens das publicações se modificam no decorrer dos anos (as imagens foram colocadas em ordem cronológica), causando diferentes impressões no leitor:

---

<sup>16</sup>Sobre a revista, mais especificamente, esclarecem que ela emerge do contexto de crise teórica e prática na área de desenvolvimento. Frente a esse panorama, a revista surge como um espaço para a promoção de iniciativas de desenvolvimento que sejam alternativas ao quadro de crise instaurado pela agricultura convencional. Assim, sua abrangência permite abarcar experiências exitosas em toda a América Latina.

Figura 01 – Capas ilustrativas revista *Agroecologia y Desarrollo* (CLADES)



Fonte: elaborado pela autora

Percebe-se que o objetivo de desmistificar as temáticas referentes à agricultura camponesa esteve presente, inclusive, nas imagens que retratam cada uma das publicações.<sup>17</sup> Como relata Weid (apud LUZZI, 2008) uma das contribuições importantes da Agroecologia foi o subsídio para a melhor compreensão da complexidade da agricultura camponesa. Luzzi (2008, p.15) com base em colocações de Petersen (2007), expõe:

A formação profissional dos técnicos também era considerada como um fator limitante para o avanço do projeto. Por mais comprometidos politicamente com a problemática da pequena produção e por maior sensibilidade que tivessem com relação à importância da sabedoria popular para o desenvolvimento local, as equipes técnicas haviam recebido uma

<sup>17</sup>Não dispomos, aqui, de um espaço para o debate da questão da imagem como ferramenta para a comunicação, nem este é o objetivo do presente texto. O que podemos observar aqui, é que inicialmente, as fotos retratavam um rural mais austero, sombrio. A imagem é de uma agricultura que, com o tempo, vai se modificando, deixando de mostrar uma agricultura de poucos recursos e passa a mostrar imagens que nos remetem mais ao pensamento de uma agricultura de sucesso e com recursos para seu desenvolvimento, como manifesta-se na última publicação acessada, datada de 2004.

formação acadêmica orientada para a expansão das formas capitalistas de produção no campo. A dificuldade de se desvincular do viés produtivista e o limitado conhecimento das racionalidades técnica, ecológica e econômica da pequena produção praticamente impediam que essas equipes elaborassem leituras complexas das realidades nas quais as famílias de agricultores viviam e produziam.

Para além da questão relativa ao fornecimento de subsídios para reconhecimento da especificidade do agricultor camponês, outras problemáticas e iniciativas foram consideradas relevantes, merecendo destaque nas publicações do CLADES. Para conhecer as problemáticas que despertaram preocupação e a natureza dos referentes almejados, realizamos uma análise de artigos publicados na revista “*Agroecologia y Desarrollo*” no período de 1991 a 1998 (em que a revista teve maior regularidade). Depois deste período foi publicado um número em 2004, o qual não foi considerado para fins da análise. Os artigos publicados nos diferentes números da revista estão disponibilizados no site do CLADES, constituindo essa a fonte acessada ([http://www.clades.cl/publica/publica\\_index.htm](http://www.clades.cl/publica/publica_index.htm)).<sup>18</sup>

Observa-se, inicialmente, que não há regularidade na publicação da revista pois não há publicações todos os anos (em 1993 não se publicou nenhum número da revista), e o número de edições por ano é variável (desde 1 edição por ano até três edições por ano, como verificado em 1992). Esta irregularidade dificulta a realização de comparativos ano a ano, razão pela qual optou-se por uma avaliação geral referente a todo período.

Partindo do suposto que a revista buscava disseminar contribuições importantes para os agentes que estavam – em diferentes países – trabalhando em prol de identificação de alternativas ao modelo de agricultura industrial, traduz a agenda do movimento e natureza dos referentes almejados. Assim, a análise buscou classificar os artigos publicados quanto ao tipo de contribuição que justificava sua publicação. Neste sentido, após uma leitura de reconhecimento do conjunto dos artigos, para fins de análise, os artigos foram classificados nas seguintes categorias:

- Bases e fundamentos em agroecologia: textos que têm como função apresentar a Agroecologia ao leitor (incluindo concepções de desenvolvimento subjacentes),

---

<sup>18</sup> As edições da revista disponibilizam artigos individualmente, observando-se que estão indisponíveis somente de 2 artigos de uma edição específica.

através de exposição de textos de autoridades no assunto versando sobre sua história ou especificidade da abordagem;

- Aportes para a construção do conhecimento agroecológico<sup>19</sup>: textos que não são diretamente vinculados à disciplina de agroecologia (e autores que são referencia), mas que provém de disciplinas afins, que dão suporte para a mesma, enriquecendo o conhecimento técnico acerca de temáticas relevantes e valorizando os múltiplos olhares disciplinares;

- Modelos tradicionais de cultivo e etnoconhecimento: relatos relacionados a descrição de métodos tradicionais de cultivo e práticas ancestrais, que são parte do resgate, revalorização e/ ou ressignificação na perspectiva da Agroecologia;

- Alternativas técnico-produtivas: casos de tecnologias apropriadas para o uso em agricultura ecológica, e em projetos de desenvolvimento sustentável especialmente aquelas validadas por algum agente vinculado ao movimento de agricultura alternativa, seja provinda de validação de prática tradicional, seja fruto de experimentação;

- Aportes estratégicos e metodológicos para intervenção dos agentes do movimento: apresentam referentes que dão subsídios para a intervenção das ONGs abrangendo reflexão sobre estratégias, modelos de intervenção, métodos ou indicadores relevantes para agricultura alternativa e Agroecologia;

- Questões de conjuntura: textos que procuram sensibilizar e apresentar interpretação específica (sob perspectiva da Agroecologia) para temas relevantes na conjuntura de época;

- Relatos de experiências: engloba artigos centralizados na descrição de estudo de caso, com maior ou menos ênfase a explicitação da problemática a qual estão relacionados e aprendizagem;

- Eventos e publicações: relacionado à relatos de eventos e outros tipos de publicações que dizem respeito a uma intencionalidade de dar a conhecer uma informação de interesse ou acontecimento específico;

- Outros: artigos que não se enquadravam nas categorias anteriores.

---

<sup>19</sup> Entendido aqui segundo publicação da ABA (2009), como “processos de produção e disseminação coletiva de novos conhecimentos sobre a gestão dos agroecossistemas que buscam, tanto quanto possível, mobilizar a efetiva participação de profissionais de distintos ramos do saber científico, acadêmico e de agricultores/as além de promover uma maior integração entre as relações de ensino, pesquisa e ATER”.



Os artigos foram analisados em sua totalidade, para que fosse possível entender as orientações nos diferentes momentos históricos analisados. Apresenta-se, inicialmente, uma caracterização geral dos artigos por categoria e ano a ano (Tabela 1)

Tabela 1 – Ocorrência de categorias ano a ano revista *Agroecología y Desarrollo* <sup>20</sup>

	1991 n.1	1992 n.2/3, 4, n.5/6	1994 n.7	1995 n.8/9	1996 n.10	1997 n.11/12	1998 n.13	Total
Bases e fundamentos	2	6	1	2	2	1	1	15
Aportes para a CCA		2		1	1	3		7
Mod. trad (etnoconhecimento)	2			1				3
Alternativas técnico-produtivas	3	8		4	2			17
Aportes metodológicos		6	4	1	2	3	2	18
Questões de conjuntura		2			1		1	4
Relatos de experiências			2		1		8	11
Eventos e publicações	1	1						2
Outros								
Total analisado/ ano	8	25	7	9	9	7	12	77

Fonte: elaborado pela autora

O que se nota é que, logo no início da inserção da Agroecologia no debate das agriculturas alternativas (sem entrar aqui no debate acerca da pertinência daquela como parte do movimento), havia uma maior ênfase na busca de divulgar ao público as bases teóricas dessa perspectiva e apresentação de alternativas técnico-produtivas e metodológicas (para os agentes de intervenção).

Nossa percepção, embora isso não possa ser demonstrado em gráficos e tabelas, é que os textos de apresentação dos referenciais da Agroecologia são de autores que, até o momento, seguem constituindo referência. Destaca-se, também, o resgate e a apresentação de contribuições advindas de outras ciências (para interpretar questões técnicas da dinâmica dos agroecossistemas) que – no entender dos editores, contribuiriam para o manejo sustentado dos recursos naturais e outros objetivos perseguidos.

<sup>20</sup> Nem todos os artigos de determinada edição foram analisados, por diversas razões. Edição de 1991 não foram analisados 3 artigos da seção de agricultura urbana, o mesmo caso de repete na edição 2/3 do ano de 1992, edição 7/8 de 1992, não sendo considerados 2 artigos da edição de 1996, 2 artigos da edição de 1997 e 1 artigo da edição de 1998 pelo mesmo motivo. Não foram analisados, também 2 artigos da edição 4 de 1992 por não estarem disponíveis e dois artigos da edição 7 por não estarem disponíveis em formato digital.

Chama atenção a pouca importância concedida às questões relativas a registros de etnoconhecimento. Esperava-se maior ênfase a esta temática tendo em vista o interesse e a valorização dos sistemas ancestrais de cultivo. Segundo Wezel et al. (2009, p.4, tradução nossa)

Uma influência importante provém da pesquisa em sistemas agrícolas tradicionais em países em desenvolvimento, especialmente na América Latina (por exemplo Gliessman et al , 1981; Altieri 1989a , para mais exemplos, ver Hecht , 1995). Os pesquisadores reconheceram que a gestão tradicional dos agroecossistemas nesses países representa estratégias de produção agrícola em base ecológica, frequentemente ligando produção vegetal e animal, bem como os recursos naturais. Mais tarde, o enfoque científico da agroecologia ganhou influência nas universidades americanas da costa oeste, incorporando entomologia, agronomia e etnobotânica ( Altieri , 1993). Agroecologia amadureceu para olhar mais de perto para os potenciais de construção de conexões biológicas na agricultura.

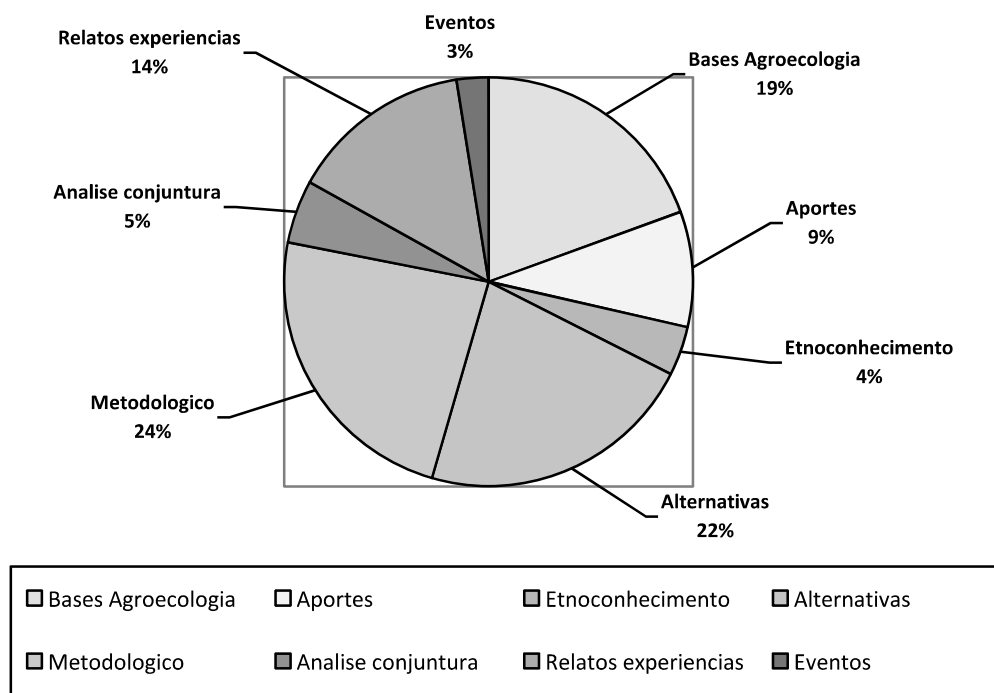
A pequena ênfase na publicação de registros de etnoconhecimento talvez indique uma orientação da revista, em priorizar as demandas de intervenção das ONGs – o que é confirmado pelo destaque dado a discussão do papel das ONGs, estratégias de desenvolvimento e métodos de intervenção.

Compreende-se que o esforço de identificação de alternativas pode aparecer como uma revisão em torno de um tema específico – como o manejo integrado de pragas-, na forma de apresentação de uma tecnologia específica ou de relato de experiência. A importância dada ao esforço de identificação de alternativas pode ser considerada – de certa forma – uma herança do movimento de tecnologias alternativas (do qual o grupo é sucessor), uma derivação da missão institucional de CLADES – que se propõe a disseminação de casos de sucesso – e fruto, também da conjuntura de crise no âmbito da agricultura familiar). Conforme registrado por Wezel (2009, p.4, tradução nossa ):

Uma das origens da agroecologia como prática apresentou-se durante a década de 1980 na América Latina. Foi vista como a base para um *framework* de desenvolvimento agrícola, apoiado por ecologistas, agrônomos e etnobotânicos de trabalho, que trabalhavam especialmente no México e América Central. A agroecologia ajudou os agricultores locais a melhorar suas práticas agrícolas tradicionais, representando uma alternativa trazendo uma alternativa para a agricultura demandadora de altos *inputs* químico-intensiva promovida por corporações internacionais (ver Altieri, 1989a, 1995; Gliessman, 2007). Práticas como a conservação dos recursos naturais, gestão adaptada à fertilidade do solo e conservação da agrobiodiversidade constituíram a base prática para os diferentes movimentos agroecológicos na América Latina (ver exemplo Brasil).

Numa caracterização geral do período enfatiza-se o equilíbrio entre o esforço de propiciar aportes teóricos ( bases e fundamentos da agroecologia + aportes para construção do conhecimento agroecológico + etnoconhecimento) e disseminação de alternativas (técnico-produtivas e metodológicas).

Gráfico 01 – Categorias analisadas revista *Agroecologia y Desarrollo* (CLADES)



Fonte: elaborado pela autora

Em termos gerais, a análise apontou que as revistas pretendem ir além da divulgação de referentes relevantes. Assim, percebe-se uma tendência a entender o mundo em que se desenvolvem as bases e fundamentos da Agroecologia, inserindo o leitor nessa análise, apresentando as bases que colocam a Agroecologia como um caminho válido a ser percorrido e, por fim, mostrando, na prática, como é possível trilhar esse caminho. Nesse sentido, observa-se através da diversidade de artigos publicados tanto a complexidade dos processos de geração de referentes tecnológicos, quanto da construção do movimento social.

### 3.2.2 A Revista Agriculturas como tradução e fonte de movimento

A origem da revista *Agriculturas* remete a AS-PTA e suas relações com ILEA e com ETC Group. ILEA faz parte da rede *Agricultures Network*, atuante desde a década de 1980

Em 1984, o ILEIA começou como uma pequena iniciativa de construir conhecimento sobre agricultura de pequena escala que depende principalmente de recursos locais, como uma alternativa à agricultura da Revolução Verde. ILEIA introduziu o termo LEISA: Low External Input Sustainable Agriculture. A hipótese era de que haveria uma riqueza de conhecimentos no mundo, mantendo-se dispersa e local. ILEIA criou o fórum para compartilhar esse conhecimento e experiências dos agricultores com ele.<sup>21</sup>

Segundo consta no editorial do primeiro número da revista ILEA, datado de 1984 (tradução nossa):

ILEA foi iniciado pela fundação E.T.C. (Educational Training Consultants ) em 1982. Inicialmente concentrou-se principalmente na documentação, mas atualmente mais atenção será dada à divulgação de informações e troca de experiências. [ ... ]

Achamos que pode ser de grande importância facilitar a troca de experiências entre as pessoas ou projetos que estão trabalhando nos mesmos problemas. Já existem vários projetos que estão trabalhando ou planejando trabalhar na agricultura sustentável. Mas uma adequada troca de experiências ainda não existe. Assim muitas "novas invenções" já estão sendo testadas em algum lugar em situações mais ou menos semelhantes: como podemos aprender com as dificuldades que tem sido encontradas [...]?

Para o ILEA, havia uma identificação inicial específica com um tipo de tecnologia: *low input*. No caso de ILEA consta no editorial do primeiro número uma disposição a valorização de experiências relevantes, independentemente de sua origem:

Deve ficar claro que não é necessário que suas experiências, uma vez explicitadas as condições sob as quais elas foram adquiridas, tenham explicação científica.[...] Desta forma, esperamos que ILEIA possa satisfazer a necessidade e interesse para mais informações sobre os métodos de agricultura de baixos insumos e que este boletim possa ser usado por trabalhadores do campo para que se conheçam um ao outro e possam trocar suas valiosas experiências. (ILEA, 1984, p. 3, tradução nossa)

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.agriculturesnetwork.org/about-us/history#sthash.TOEf6v9c.dpuf>> Acesso em 12 junho de 2016. Tradução nossa.

As publicações foram geradas por entidades e grupos ligados à Rede, que “promove e compartilha conhecimentos sobre agricultura familiar agroecológica” (site da revista).

Por 30 anos, a Rede Agriculturas vem documentando e partilhando experiências de agricultura familiar através de uma revista com cobertura mundial, e um crescente número de edições regionais e línguas. Atualmente, estes incluem a edição global ( em Inglês) e edições regionais na América Latina ( Espanhol ), Brasil ( Português ), África Ocidental (francês) e da Índia ( em Inglês). Há quatro edições de cada revista em cada ano, cada uma segue um tema comum e tópico. Elas atingem cerca de 1 milhão de leitores ao redor do mundo .<sup>22</sup>

No Brasil, a partir da década de 2000, passou a circular a Revista Agriculturas, vinculada à AS-PTA. Publicada desde 2004 e ainda em atividade, esta publicação busca dar visibilidade para a Agroecologia e iniciativas realizadas em seu nome, seja por parte das famílias, seja pelas organizações ligadas ao movimento agroecológico. Além disso, busca dialogar com experiências de outros países, especialmente da América Latina. Mais do que demonstrar as ações que vêm sendo desenvolvidas, a revista busca ser um espaço de diálogo entre as práticas e servir de inspiração para a multiplicação de experiências, bem como aportar referências para espaços de formação. A revista, nesse interim, tem como proposta trazer visibilidade para as iniciativas de promoção da Agroecologia. Os artigos são enviados por agentes diretamente ligados aos projetos e práticas apresentados, buscando partilhar conhecimentos e servir como inspiração para outros agentes.

### 3.2.2.1 *Agriculturas enquanto reflexo das orientações do movimento*

Comparativamente à década anterior (visualizada através da *Agroecologia y Desarrollo*) aparecem nas imagens das capas da revista, diversas realidades e uma disposição a tratar a Agroecologia de forma mais abrangente, sob perspectivas diferenciadas e variadas. Os diversos temas (da agenda do movimento) são colocados em destaque também na forma de texto.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <[http://www.agriculturesnetwork.org/magazines#c6=20&b\\_start=0](http://www.agriculturesnetwork.org/magazines#c6=20&b_start=0)> Acesso em 12 de junho de 2016. Tradução nossa.

Figura 02 – Capas ilustrativas da revista Agriculturas



Fonte: elaborado pela autora

Seus temas de abrangência e atuação, chamados de “temas de intervenção”, versam sobre questões da conjuntura importantes na agenda do movimento agroecológico, como: acesso a mercados; agrobiodiversidade; agrofloresta, construção do conhecimento agroecológico; criação animal; financiamento da transição agroecológica; infância e juventude; manejo da água; manejo ecológico dos solos; monitoramento da transição agroecológica; mulheres; relações sociais de gênero e geração e saúde e alimentação, por exemplo.

Para dar conta da caracterização da agenda do movimento (aproximando-se à expectativa em relação aos referentes a serem disseminados) procedeu-se análise das edições da revista *Agriculturas* no período 2004-2015, as quais se encontram disponíveis no site <http://aspta.org.br/revista-agriculturas>. Para fins de padronização da análise foram utilizadas as mesmas categorias aplicadas à análise da revista *Agroecologia y Desarrollo* mas adotaram-se critérios adicionais na seleção de artigos a analisar. Nesse sentido, decidiu-se por não incluir, na análise, os artigos referentes a experiências internacionais publicados nas diferentes edições da revista. Da mesma forma não foram analisadas as contribuições constantes nas seções: editorial, publicações, páginas de interesse e pólen (sempre que as seções se identificassem como tal). Na Tabela foram apresentados os totais por categoria e por ano, discriminando-se uma linha específica para o total de artigos internacionais (que não foram, então, classificados).

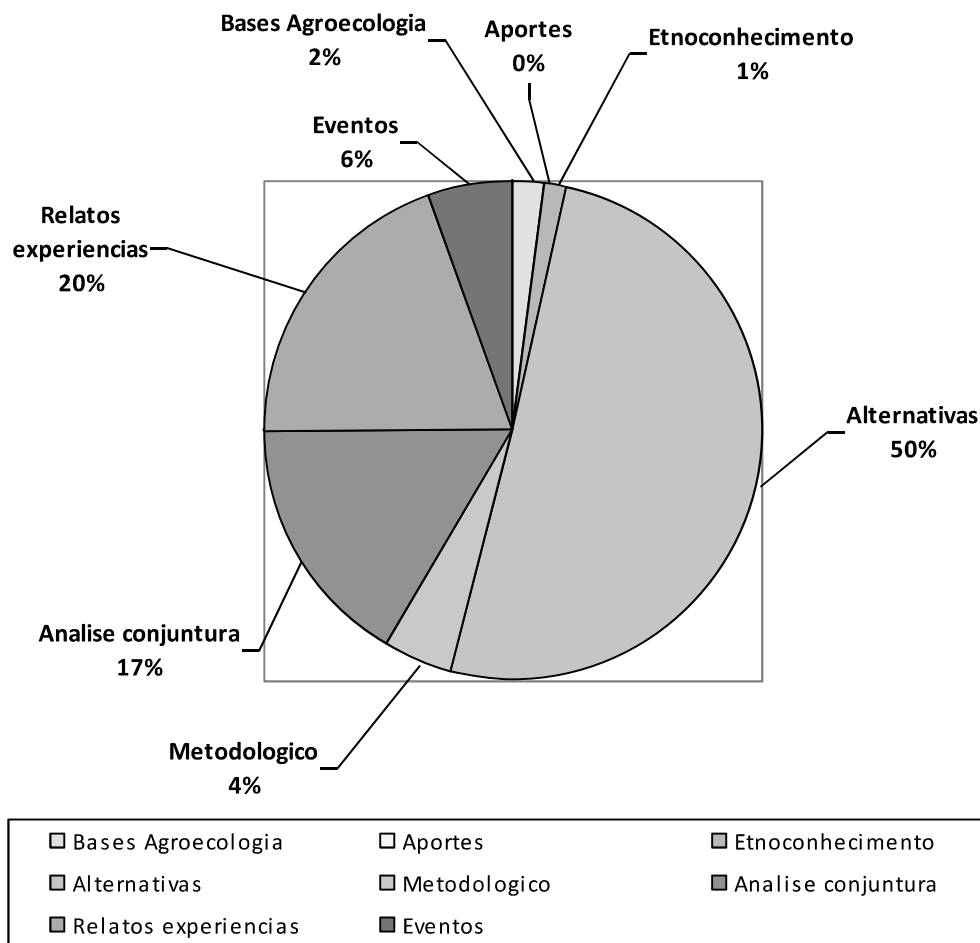
Tabela 02 – Ocorrência de categorias ano a ano Revista Agriculturas

Categoria	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Totais
Bases e fundamentos					1			1			1	2	5
Aportes p CCA													-
Mod trad (etnoconhecimento)	2											1	3
Alternativas técnico-produtivas	7	17	10	17	8	10	13	10	4	6	12	4	116
Aportes metodológicos		3	1		2	1		1	1		1		10
Questões de conjuntura	2	3	5	2	2	5	6	6	2	3	2		38
Relatos de experiências	5	3	2	2	8	6	4	3	1	3	6	2	45
Eventos e publicações			2	1	1	1			2	1	4	1	13
Outros													
Total analisado	16	26	20	22	22	23	23	21	10	13	26	10	
Internacionais	4	6	9	7	6	5	3	5	3	5	4	3	
Total artigos revista	20	32	29	29	28	28	26	26	13	18	30	13	

Fonte: elaborado pela autora

Embora se perceba que se manteve, ao longo do tempo, um forte destaque às alternativas técnico-produtivas, nota-se significativa mudança na participação relativa de outros aspectos – comparativamente à revista *Agroecologia y Desarrollo*. Neste sentido, observa-se a tendência a diminuição da participação relativa dos aportes teóricos da agroecologia (sem menção a contribuição de outras áreas) e maior destaque as questões relativas a análise de conjuntura e troca de experiências. Isso pode ser um reflexo da proposta editorial da revista –como evidenciado – mas também refletir o momento no qual essas publicações se deram: onde as bases e fundamentos já estavam lançados, sendo necessário fazer emergir outros elementos que fortalecessem a consolidação da agroecologia. A participação relativa das diferentes categorias no período fica explícita no gráfico 2.

Gráfico 2 – Categorias analisadas Revista Agriculturas



Fonte: elaborado pela autora

A análise dos dados revela que, mais do que trazer a problemática, existe uma clara disposição a mostrar experiências que dão certo, no sentido de provar a viabilidade de propostas alternativas em situações reais. São vários temas em discussão que são abordados nos artigos, todos com uma base comum relacionada ao fortalecimento da agroecologia como ciência e da agricultura ecológica, mas versando sobre questões e dilemas contemporâneos da sociedade. Assim, ganharam notoriedade o tema do acesso aos mercados, tanto nos circuitos curtos quanto nos circuitos longos de comercialização, os debates acerca do pagamento por serviços ambientais e sobre as políticas públicas para a agroecologia, a questão da certificação dos produtos (que já vinha sendo debatida desde a década anterior), que levou ao próprio advento da lei, as questões de gênero e geração, embora já aparecessem anteriormente, ganham mais espaço, bem como a questão da



sucessão. Isso demonstra que há uma abertura de espaço e reconhecimento de problemáticas e categorias antes invisibilizadas, especialmente das mulheres, que passam a ser representadas como um ator de importância nos projetos de desenvolvimento.

### 3.3 A AGENDA E A NATUREZA DOS REFERENTES NA DEFINIÇÃO DO SENTIDO DE “ALTERNATIVO”

O presente capítulo visava situar o movimento em prol da agricultura alternativa em seu contexto distinguindo, a partir daí as orientações gerais que poderiam estar influenciando sua atuação. Nesse sentido, buscamos caracterizar o contexto em que se insere o movimento brasileiro, partindo do suposto que o movimento brasileiro é parte de um movimento mais amplo.

As evidências colhidas na pesquisa sustentam os pressupostos iniciais de vinculação do movimento brasileiro a um movimento mais amplo e também de definição coletiva da agenda.

No caso do CLADES, por exemplo, se registra a formação de uma mesa de negociação com participação de diversos atores para definição da agenda de trabalho – indicando a postura colaborativa daqueles que virão a compor/influenciar o movimento agroecológico.<sup>23</sup>

Num segundo momento, importa destacar os elementos que indicam reflexões sobre missão das organizações envolvidas. Nesse sentido, para dar conta da proposta de analisar os diferentes momentos pelos quais o movimento agroecológico passou nas últimas três décadas, lançamos mão de analisar duas publicações que consideramos representativas. Com isso, buscou-se ter um panorama geral do que se encontrava (e se encontra), à nível de Brasil e América Latina sobre o assunto, através da observação de duas publicações importantes na área da agricultura alternativa. Sendo publicações abrangentes (numa perspectiva

---

<sup>23</sup> Ao tratar da questão, Yurjevic (1997) esclarece que desde o início CLADES iniciou suas relações com instituições do norte (com agências europeias, norte americanas e canadenses) baseando-se no conceito de parceria, a qual se constitui a partir de uma definição conjunta da agenda de trabalho de CLADES. A relação é estabelecida de forma tal que a parceria vai além da concessão de financiamento, abrangendo o compartilhamento de responsabilidades e desafios implicados na agenda de CLADES. Para tanto, recorre-se a composição de uma mesa de negociação em que se constrói o plano de trabalho. Desta forma entende-se que a inovação tecnológica passa a ser uma meta compartilhada entre atores do norte e do sul.

de público atendido), serviram e servem ainda hoje, como uma espécie de vitrine, onde os avanços do movimento podem ser demonstrados e registrados através de suas temáticas e exemplos significativos.

Ao buscar interpretar os dados examinados destaca-se, num primeiro momento, a ênfase conferida em *Agroecologia y Desarrollo* para a apresentação dos aportes teóricos da agroecologia. Ou seja, no primeiro período encontramos um número bem maior de textos orientados a consolidar as bases do conhecimento agroecológico, como textos que trazem para o leitor as bases e fundamentos da agricultura de base ecológica, bem como aportes das ciências para interpretação de questões técnicas e referentes metodológicos para a intervenção (especialmente das ONGs) orientada ao desenvolvimento rural sustentável. Isso vem de acordo com o que autores tratam sobre os momentos da agroecologia.

Destaca-se que, para ambas as publicações, o maior número de artigos refere-se a promoção da visibilidade de alternativas técnico produtivas, o que demonstra, desde sempre, a disposição em consolidar e disseminar práticas consideradas alternativas para os agentes envolvidos em processos de transição agroecológica. Nesse sentido, identificou-se que, uma vez que as bases já estavam lançadas, a orientação passa a ser de fortalecer as bandeiras para a afirmação das práticas ecológicas como um campo válido para o desenvolvimento da agricultura. Assim, buscou-se trazer o debate para a necessidade de se criar políticas públicas que fortaleçam a agricultura de base ecológica. Os textos da época mais recente refletem esse pensamento. São textos que geralmente trazem o elemento conjuntural e posteriormente inserem-no em um caso específico que seja ilustrativo daquilo que se quer demonstrar, ou então que seja representativo ao debate.

Tais observações levam a entender que o movimento vai além de proposição de intervenção no âmbito sócio-produtivo, incidindo também num campo de disputa política nos eixos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Ao trazer elementos de conjuntura buscam que o leitor, mais do que simplesmente saber as ações que estão em curso, possa compreender também o contexto nos quais elas se desenvolvem, tanto na dimensão micro (local), quanto macro (global) – se posicionando politicamente em favor do projeto de transformação social perseguido pelo movimento.

Dentre as implicações dessas observações, encontra-se o questionamento do sentido que pode assumir a expressão de que o movimento está comprometido

com a construção de referentes para a transição agroecológica. Compreende-se que o aprendizado indica a necessidade de rever a expectativa inicial e ampliar o rol de contribuições que podem ser abrangidas sob a denominação de “referentes”. Os referentes podem ser distinguidos tanto em relação a sua orientação (distinguindo-se “referentes” para o agricultor, “referentes” para a ciência e “referentes” para a disputa política) quanto em relação a sua distância em relação a práticas produtivas aplicadas no campo.

Se consideradas as diferenças em orientação, percebe-se que são três âmbitos distintos onde o movimento pode incidir: práticas do agricultor, práticas da ciência e práticas políticas. Assim, talvez tal observação possa ser enriquecida ao considerar-se que a agroecologia pode ser percebida como práticas (na medida em que se ocupa por gerar “referentes” para o agricultor), como ciência (na medida em que procura gerar novas “referentes” para a ciência) e como movimento (na medida em que busca gerar novas “referentes” na disputa política). Observam-se preocupações com esses três âmbitos nas revistas consultadas.

Quanto a distância em relação as práticas produtivas aplicadas no campo, observa-se que grande parte da discussão normativa presente em outras literaturas sobre aspectos metodológicos na intervenção agroecológica focaliza na geração de referências para o agricultor, mas a análise realizada neste capítulo aponta que o processo apresenta complexidade maior.

A recuperação da experiência com as tecnologias apropriadas – que levou à valorização da Agroecologia como ciência “alternativa” - permite aproximar-se à esta complexidade. A noção de tecnologia apropriada assumia grande relevância e a tarefa das ONGs foi traduzida como identificar e disseminar tecnologias apropriadas, mas seus limites em termos de viabilização dos pequenos agricultores logo ficaram evidentes apontando a necessidade de uma intervenção mais abrangente (com incidência nas condições institucionais e políticas públicas).

Com a aproximação à Agroecologia, buscou-se potencializar a atuação, sustentando-a numa ciência alternativa. Ou seja, buscou-se que a ciência aportasse elementos no processo de análise da realidade e também se reconheceu a necessidade de um conhecimento (e alternativa) contextualizada. Tal ideal trouxe uma implicação importante para os processos de geração de conhecimento tecnológico, por exemplo, na medida em que uma prática passa a ser considerada resultante de articulação de momentos (e muitas vezes de atores) distintos: de

análise da realidade sob uma perspectiva teórica determinada / identificação de princípios de intervenção aplicáveis ao caso/ identificação de “pool” de alternativas tecnológicas correspondentes aos princípios preconizados / adaptação da alternativa tecnológica ao caso em questão. Então, sob estes marcos, a visada construção do conhecimento agroecológico pode ser reinterpretada como um trabalho colaborativo de longo prazo (de construção de referentes teórico-metodológicos e instrumentais) o qual é alimentado por orientações temáticas conjunturais. De qualquer forma, a produção da agenda e de referências aparece como trabalho colaborativo, muitas vezes dinamizado pelas redes articuladas pelos atores do movimento agroecológico.

#### 4 ASSUMINDO POSIÇÕES: O CASO DO CETAP

Neste e nos seguintes capítulos buscamos explorar as contribuições de um estudo de caso (CETAP) para a investigação proposta nesta dissertação, tratando de identificar e analisar a importância concedida no caso à geração de referentes; caracterizar a natureza dos referentes gerados; e identificar e descrever os condicionantes e a dinâmica do processo de geração de referentes.

Inicialmente buscamos avançar – através do estudo de caso - na identificação e análise da importância concedida à geração de referentes nas ONGs agroecológicas e natureza dos referentes gerados. As análises conduzidas nos capítulos anteriores apontaram que embora o movimento da agricultura alternativa requeira referentes alternativos ao modelo de agricultura industrial, a importância concedida à geração de referentes por agentes específicos era variável (dependendo da missão e estratégia visualizada como mais indicada para alcançá-la). Um segundo aspecto salientado nos capítulos anteriores refere-se a relativização da autonomia das ONGs na definição de sua agenda tendo em vista a disposição colaborativa inerente à articulação em rede. Ou seja, pressupôs-se que, ao integrar uma rede, a ONG compartilha agenda (quanto as temáticas e tipo de referente a priorizar).

Além disso, as ONGs de desenvolvimento rural ao dependerem de financiamento externo e preconizarem uma atuação em parceria com seu público (que ao mesmo tempo é beneficiário e não financiador) tem o desafio de articular três eixos: as demandas e orientações das financiadoras, as demandas e orientações de seu público alvo (agricultores) e projetos institucionais de sua equipe. O estudo conduzido até o momento evidenciou, por sua vez, que o projeto da equipe é, também, condicionado pela participação em redes (movimento no movimento). Entendemos que a forma particular como se articulam essas distintas orientações definem os períodos na história da ONG, e também sua especificidade – influenciando na importância concedida à geração de referentes e natureza do referente gerado. Daí a importância de entender como cada ONG define uma estratégia que visa posicionar-se frente a esta diversidade de forças. A partir destas considerações, entendemos que era necessário investigar como a questão da geração de referentes se insere na atuação de uma ONG específica – justificando-se a realização de um estudo de caso.

Para tanto realizou-se um esforço de resgate da trajetória histórica da ONG estudada (CETAP) com foco na compreensão de sua missão institucional expressa discursivamente, os determinantes de sua atuação (que podem contribuir para convergências ou divergências da atuação em relação a missão institucional) e sua agenda (em sua relação com a missão institucional). O caso será confrontado com as tendências gerais verificadas para as ONGs agroecológicas (descritas nos capítulos anteriores).

Para a presente análise, foram tomados como principais fontes os documentos históricos do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). Para o levantamento de informações, foram consultadas atas das reuniões de equipe (espaço onde as ações dos projetos são constantemente avaliadas e debatidas); analisados mês a mês, conforme a disponibilidade no arquivo histórico da entidade. Para aproximar-se à concepção da organização acerca da geração de referentes contou-se, ainda, com o apoio da pesquisa em documentos históricos de avaliação e planejamento, relatórios avaliativos de projetos e sistematizações diversas. Outros documentos eventualmente mencionados como relevantes nas demais fontes também foram consultados, servindo de base de apoio para as análises. Por fim, para dar conta de preencher lacunas de compreensão do objeto de estudo, bem como para obter uma avaliação crítica dos fatos relatados nos documentos, realizaram-se entrevistas com técnicos da entidade que julgamos capazes de contribuir, seja pelo tempo de permanência na entidade, seja por assumirem funções específicas dentro de temáticas de interesse para a pesquisa. Foram mais de 200 relatórios e documentos do arquivo histórico (as principais fontes estão detalhadas no Anexo A) e 04 entrevistas realizadas (roteiro geral apresentado no Anexo B).

#### 4.1 O CETAP ENQUANTO ONG

Segundo Weid (1997), as ONGs, no Brasil, surgiram em um quadro de restrição à manifestação da sociedade civil imposto por parte do governo federal na década de 1970. Nesta conjuntura, vários segmentos, especialmente ligados a igreja e sindicatos, configuraram a iniciativa de conscientizar os oprimidos do campo acerca de seus direitos, bem como de organizar suas ações. O autor aponta que as ONGs eram responsáveis pela sustentação desse processo, pois atuavam na

formação de lideranças e capacitação de recursos humanos (bem como disponibilização destes). É a partir de 1980, segundo o autor, que a questão tecnológica (dentro da perspectiva das tecnologias alternativas)<sup>24</sup> passa a integrar as ações e fazer parte das iniciativas das ONGs, uma vez que, até então, as ações eram, basicamente, voltadas para educação popular e assessoria as representações das organizações de “pequenos agricultores”.

O CETAP, por estar vinculado aos movimentos sociais desde sua criação, assumiu esse papel. Suas ações iniciais possuíam tanto o caráter político, quanto o caráter técnico, de forma a fomentar a reflexão sobre as alternativas para a produção (na perspectiva holística), demonstrar, através de aplicações de suas práticas em contextos determinados, referentes para a afirmação da agricultura alternativa e assessorar a organização política desse grupo. Esta orientação geral (missão) se manteve praticamente igual nos 30 anos de atuação, mudando apenas sua abordagem na medida em que se aproximou à Agroecologia e suas ênfases em relação a importância relativa concedida à questão técnica.

Em 21 de abril de 1986 inicia-se a história do CETAP, organização não-governamental ligada ao movimento das agriculturas alternativas do sul do país, a partir de uma associação criada anteriormente (entrevista01), visando o trabalho com as tecnologias alternativas, para melhoria das condições de vida de produtores e consumidores, bem como do meio ambiente.

O centro nasce no seio dos movimentos sociais, e ligado a Rede TA Sul, motivado, segundo dados do site da entidade, pela percepção da necessidade de mudança de uma realidade na qual os problemas sociais na agricultura se tornavam cada vez mais graves (CETAP, 2016). Com isso, a entidade se coloca como “um espaço para a construção de uma proposta tecnológica, de organização da produção e de desenvolvimento rural” (CETAP, 2016).

A concepção inicial de atuação da entidade, em consonância com a tendência geral das ONGs do Brasil, orientava para ações de formação, assessoria a entidades representativas, desenvolvimento de experiências dentro do espaço de referência da instituição, para atividades de comparação entre a agricultura convencional e alternativa e cooperação agrícola (DOC02). Ou seja, o conceito de

---

<sup>24</sup> Isso já foi mencionado quando tratamos da formação da Rede PTA/ FASE, uma vez que a formação do CETAP está intimamente ligada com a história desta. É, portanto, uma história que se cruza e se confunde.

Agroecologia ainda não fazia parte das ações da entidade, e a fundamentação para a mudança técnica era muito mais de cunho político do que técnica, de “processos técnicos produtivos de reorganização da sociedade” (DOC02, p. 02). Segundo análise de documentos internos do CETAP, essa forma de atuação se mantém até finais da década de 1990.

A partir de finais da década de 1990 a missão institucional se (re)define dentro da proposta de se trabalhar com a abordagem da Agroecologia, qualificando a atuação em relação a questão técnico-produtiva, passando a ser expressa da seguinte forma: “Contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos” (CETAP, 2016). Para dar conta dessa missão, o CETAP atuou com base em alguns objetivos, que, segundo nossa visão, podem ser expressados da seguinte maneira:<sup>25</sup>

- Colaborar no desenvolvimento e implantação de uma nova agricultura, adequando os sistemas de produção às condições socioculturais, econômicas e ecológicas, visando eliminar os problemas sociais e ambientais causados pelas formas atuais do processo produtivo agroquímico;
- Desenvolver e fomentar o uso de práticas produtivas com princípios agroecológicos, especialmente para a agricultura familiar e camponesa, através da experimentação, demonstração, formação e pesquisa-ação; e
- Desenvolver atividades de formação técnica, socioambiental, de caráter educacional e/ou cultural visando o desenvolvimento sustentável.

A proposta requer intensa reflexão crítica em torno aos sistemas de produção, práticas produtivas e processos educativos capazes de identificar o que- no contexto local – constituiria um referente capaz de conduzir a uma sociedade mais sustentável. Implica valorizar e disseminar os referentes gerados e utilizados pelos agricultores, promover a capacitação de agentes, sistematizar e divulgar as experiências e trabalhos realizados. Para isso, estar à frente dos processos de geração e adequação de referentes, torna-se um fator importante. Ao ser vanguarda na geração/ sistematização de referentes técnico-organizacionais, é possível

---

<sup>25</sup> A formulação desses objetivos apresentados tem como base a análise de diversos documentos da entidade que apontam esses itens. Compilamos as informações para dar um quadro que permita ao leitor compreender as ênfases da entidade.



trabalhar no sentido de otimizar seus usos, levando para o público parceiro uma real alternativa para qualificar os processos produtivos e gerar desenvolvimento.

Conforme documento interno da entidade, datado de 2010 (DOC02), para dar conta dos objetivos da entidade, a “postura (da entidade) deve ser orientada por um princípio animador, problematizador e propositor de ações”, de forma que o público seja capaz de se integrar e sentir-se integrado e atuante nos processos da entidade. Além disso, a missão e objetivos devem oportunizar ao público maneiras de atingir as metas pensadas para a sua participação nos projetos, através da capacitação para a tomada de decisões.

No interim desses objetivos, a entidade conta com uma equipe multidisciplinar que atua em diversos municípios do norte do estado do Rio Grande do Sul. Os projetos são apoiados por parceiros ligados a entidades de cooperação internacional e nacional, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como parceiros da iniciativa privada de alguns setores.

#### **4.1.1 Da dinâmica de planejamento à determinação da agenda**

A partir da análise dos documentos e entrevistas, propomos distinguir diferentes fases na trajetória do CETAP em relação a forma como administra a diversidade de interesses de agentes que o compõe.

Inicialmente o CETAP se compôs, basicamente, como entidade de acompanhamento às organizações (de representação dos agricultores), com assessoria especialmente ao Movimento Sem Terra ((MST), mas assessorava outras entidades representativas também como os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de abrangência da entidade. Quando de sua constituição, no entanto, o CETAP possuía sua sede em Pontão, na Fazenda Annoni (símbolo histórico da luta do MST pela terra no RS). Essa configuração de relações com entidades representativas (e movimentos sociais) restringia a autonomia relativa do CETAP. Quando de sua fundação, o CETAP trabalhava priorizando aspectos políticos e na abordagem da questão técnica aproximava-se à perspectiva do movimento das agriculturas alternativas (tecnologias apropriadas). Por outro lado, fica evidente, na análise dos dados (de acordo com a nossa avaliação), a importância da parceria com entidades de cooperação internacional no decorrer dos 30 anos da entidade – o que lhes assegurava certa independência frente aos

desígnios das organizações dos agricultores. Algumas possuem projetos com a entidade desde os primórdios de sua formação, à exemplo da MISEREOR<sup>26</sup>, que consta como parceira desde a fundação do CETAP. Os projetos iniciais eram, em sua maioria, de fomento de ações em diversas frentes, incluindo a potencialização da produção e geração de tecnologias alternativas, não apontando para um tema específico. Questões relacionadas a pobreza, organização política de agricultores, referenciais para a produção, configuram-se entre os temas, mas não constituem eixos específicos com resultados e atividades predefinidas, como vai acontecer no futuro.

A perspectiva de se trabalhar dentro do universo da Agroecologia veio como resultado de um amadurecimento do CETAP acerca da necessidade de se avançar na construção de uma assessoria técnica mais voltada para os agricultores do que para os seus movimentos. Durante as entrevistas, fica evidente esse caminho percorrido, quando um dos entrevistados, ao ser abordado sobre as mudanças na missão institucional, coloca o seguinte:

...(a ideia) era adequar a missão institucional ao conceito da agroecologia. Passar a ver o trabalho muito mais como de assessoria a agricultores do que, necessariamente, às suas organizações. Teve uma mudança de comportamento institucional, que era passar a ser, de forma mais efetiva, uma entidade de acompanhamento à agricultores e não mais as suas organizações (apenas), basicamente. (entrevista 02)

Ou seja, houve um momento em que a entidade -e seu quadro técnico - perceberam que deveriam se ajustar mais às necessidades dos agricultores, estando mais presentes à campo e se dedicando mais ao entendimento das práticas e comportamentos destes. Para tal reorientação contribuiu o reconhecimento de que os anseios das entidades representativas nem sempre refletiam a totalidade dos anseios dos agricultores. Mais que isso, as necessidades mais eminentes dos agricultores muitas vezes eram pontuais e restritas, necessitando de observação *in loco* para serem sanadas. Avaliou-se que, além de espaços de formação ou unidades demonstrativas, os grupos de agricultores tinham necessidade de técnicos a campo, ajudando, debatendo, aportando recursos externos (humanos, materiais, entre outros) frente as suas condições específicas. Enfim, identificava-se um grande

---

<sup>26</sup> MISEREOR é a Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde há mais de 50 anos, MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. (dados do site: <http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>)

desafio em termos de identificação de alternativas que – integrando práticas tradicionais aos conhecimentos técnico- científicos - poderiam qualificar os processos produtivos e a vida das pessoas. Dessa forma, também o aporte de recursos, através dos projetos, deveria dar conta de possibilitar a atuação nesse “novo caminho”.

Os dados recolhidos na pesquisa apontam que as entidades de cooperação internacional, nesse período, mantiveram-se constantemente presentes nos espaços da entidade. Isso se deu tanto na forma de agente financiador de programas (concedendo recursos para projetos amplos), financiador ou parceiro em iniciativas pontuais (seja como base para ações ou temas pontuais dentro dos projetos), ou ainda, como apoiador da formação ou articulador (viabilizando participação do CETAP em espaços onde a entidade podia encontrar-se com representações de todo o mundo, identificadas com a Agroecologia). Isso é importante pois esses espaços possibilitaram a identificação e apropriação teórico-conceitual e metodológica de temas de relevância para o movimento (e agentes financiadores), aportando recursos intelectuais e práticos importantes para os processos de trabalho, reflexão e perspectivas da entidade. Ou seja, algumas dessas entidades de cooperação não puderam estar constantemente aportando recursos e projetos para a geração de referências dentro da entidade. No entanto, percebe-se, através dos relatórios de reuniões de equipe analisados, que a relação não se desfez - o que é importante para a caminhada da entidade. Um exemplo disso é a relação estabelecida com a “*Manos Unidas*”, entidade católica da Espanha que, desde 1960 atua para a erradicação da pobreza, identificando-se com projetos de desenvolvimento baseados nos princípios da Agroecologia. Em alguns anos o CETAP não teve projetos em parceria com essa entidade mas, conforme consta nos relatórios, mesmo assim participou de espaços de formação e encontros entre entidades beneficiadas.

Assim, muito embora não seja possível dimensionar o volume de recursos aplicados por estas entidades de cooperação no financiamento de ações de capacitação e assessoria aos pequenos agricultores, é possível perceber o grau de importância dessas entidades para a promoção e consolidação da agricultura ecológica, para articulação de agentes do movimento de agricultura alternativa em rede, bem como para a geração de referentes. Isso reforça a ideia de redes, onde diversas entidades caminham juntas para a promoção de um projeto de

desenvolvimento mais amplo em torno a Agroecologia, contribuindo umas com as outras nas mais diversas esferas.<sup>27</sup> As redes de cooperação, nesse caso, possibilitam que uma entidade permaneça em contato com a cooperadora, mantendo o diálogo e a cooperação, mesmo sem um vínculo formal de projeto conjunto em andamento.

Outra forma de cooperação, ainda, refere-se a casos onde o contato com outras entidades acaba sendo mais importante do que o aporte de recursos a projetos. Um deles é o *Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe* (MAELA) que vem sendo, segundo os relatórios, um parceiro constante da entidade. O MAELA colabora no sentido de colocar o CETAP em diálogo com diversas entidades, bem como ajuda a trazer informações sobre os projetos em desenvolvimento vinculados a Agroecologia em toda a América Latina, o que é relevante quando se pensa no papel das ONGs como vanguarda na geração de referentes.<sup>28</sup>

As mudanças de orientação dos agentes com os quais a entidade (CETAP) se relaciona se refletiram, também, na forma como a entidade passou a organizar sua atuação. Nesse sentido, identificou-se que, no decorrer do tempo, o CETAP reconheceu a importância de formular uma “proposta-base organizacional”, que serviria como estruturante para o desenvolvimento de propostas de projetos, de forma que cada projeto pudesse se somar à um objetivo central, mais amplo, relacionado a estratégia da organização para alcançar sua missão. Esta proposta base passou a assumir papel importante na tomada de decisões no planejamento estratégico da organização. Na seleção de áreas de atuação, por exemplo, esses elementos eram trazidos para a pauta de discussão e também ao tratar-se da atuação dos técnicos da entidade (esse elemento foi bastante reforçado nas entrevistas).

No caso estudado a definição de uma proposta-base organizacional se traduziu na priorização de temáticas transversais, que passaram, assim, a orientar o trabalho da entidade na formulação de projetos, estabelecimento de parcerias de financiamento e mesmo escolha de públicos e locais de atuação. Tais observações

---

<sup>27</sup> Dessa maneira, as relações estabelecidas com parceiros não são pontuais, inclusive quando se trata de projetos com cooperação internacional.

<sup>28</sup> Esses elementos apresentados demonstram o grau de complexidade ao se trabalhar com parcerias de cooperação internacional e nacional.

revelam a complexidade e complementariedade no desenvolvimento de ações de uma ONG agroecológica de desenvolvimento rural.

A partir do exposto entende-se que se, num primeiro momento, a entidade concedeu ênfase às demandas das entidades parceiras, num segundo momento passou a dar maior ênfase às demandas dos agricultores, e atualmente adota um sistema em que a atuação se orienta por eixos temáticos definidos pela organização e seus parceiros. Se observadas as expectativas de avanço em torno de cada eixo temático revela-se a ênfase dada à aprendizagem, de forma que a organização pode ser percebida como organização orientada à aprendizagem. Ou seja, segundo este raciocínio o CETAP tende a se identificar mais como organização orientada à aprendizagem temática (abordando temas priorizados pela entidade e redes das quais participa) e, portanto, à geração de referentes, do que à prestação de serviços de assessoria técnica ou disseminação de um referente considerado relevante em diferentes contextos.

A oportunidade do CETAP atuar desta forma idealizada pode ser constrangida por um conjunto de circunstâncias. No início da organização da entidade os movimentos sociais dos quais deriva viam seu trabalho como reivindicativo, quadro que muda na década de 1990, quando passam a se reconhecer como agentes propositivos para a agricultura alternativa (ALVES, 2012). Na medida em que se normatiza a distribuição de recursos estatais oficiais, abrindo caminho para as parcerias público-privadas, houve possibilidade de contar com recursos públicos para algumas iniciativas. Num contexto de participação decrescente da cooperação internacional no financiamento das ONGs, identifica-se priorização de relações com governos e iniciativa privada. Quanto ao governo, é possível perceber que as ações do CETAP foram bastante pontuais antes do advento da Lei de ATER (2010).<sup>29</sup> Sob o formato atual (chamadas públicas de ATER ou editais de ATES) sua atuação ocorre em torno de uma linha de ação específica, relacionada com metas previamente definidas, a serem executadas, e avaliação dos resultados ocorre conforme o atingimento ou não das metas. Conforme citado por um dos entrevistados

---

<sup>29</sup> Com base nas leituras dos relatórios evidenciou-se que sempre foi necessária muita luta para abertura de espaço para se debater a Agroecologia nas políticas públicas e construir editais para cobrir as demandas dos agricultores (com exceção do período em que o Governo do Estado abriu as portas para o debate com as entidades, no final da década de 1990).

“é uma relação muito mais de as entidades serem executoras de políticas públicas, que é onde entra um outro debate [...]. É diferente de organizações que fazem editais temáticos: os editais do governo geralmente não são temáticos.” (entrevista02).

Neste contexto entrevistados avaliam que este tipo de formato (em torno de metas) não corresponde a um impacto desejável em termos de desenvolvimento rural junto ao público alvo e nem favorece a geração de referentes (os entrevistados reforçam essa concepção em seus relatos).

A execução de projetos em parceria com a iniciativa privada segue uma lógica diferenciada, pois aporta recursos em temáticas específicas, as quais as entidades aderem ou não, apresentando seus projetos.

A orientação por tema e, a partir deste, busca de oportunidades de financiamento convergentes traz, por sua vez, implicações para a estrutura organizacional da entidade e presença territorial da entidade. Atualmente, o CETAP conta com escritórios regionais por diversos municípios do nordeste do estado, tendo seu escritório sede no município de Passo Fundo - RS.

#### 4.2 A GERAÇÃO DE REFERENTES NA ATUAÇÃO DO CETAP: O CASO DA TEMÁTICA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

O reconhecimento de que o CETAP tende a definir objetivos de aprendizagem temática (em termos de médio prazo) e que estes orientam o planejamento da atuação implicou que o estudo da geração de referentes considerasse esse formato. Além disso, o exame exploratório dos documentos revelou que, no decorrer de 30 anos de atuação da entidade, foram realizadas iniciativas em uma grande diversidade de temas e também que alguns temas acabam se sobrepondo, demonstrando como tudo está interligado no trabalho com as agriculturas alternativas.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Dada a natureza do processo e planejamento – por temática - não foi possível deter-se apenas nas informações sobre os projetos e seu andamento, mas foi necessário adotar um olhar mais atento sobre o tema amplo no qual os projetos estavam inseridos. Outro ponto importante é que muitos projetos acabam envolvendo diversos temas, o que faz ser impossível delimitar sua área de incidência para um tema específico. Por fim, importante frisar que alguns projetos servem como ponto de apoio para o desdobramento de temas diversos, ou seja, o projeto, por mais que tenha foco em determinada área, acaba potencializando ações em outras várias (e essa característica acaba sendo reforçada nas entrevistas realizadas).

Neste contexto optamos por restringir o foco do estudo a uma temática, verificando como ela foi sendo trabalhada e qualificada no decorrer dos anos. Optamos, assim, por caracterizar o contexto da atuação da entidade (agenda) e verificar como uma temática específica (sistemas agroflorestais) foi trabalhada ao longo do tempo – problematizando como a questão da geração de referentes se manifesta neste contexto.

O tema dos sistemas agroflorestais foi escolhido por razões bem específicas: a primeira delas é a afinidade da autora da dissertação com a temática, pela aproximação com esta durante o período de trabalho na entidade. Outra razão é a possibilidade de se traçar uma linha clara da evolução do trabalho no decorrer dos anos, o que facilita bastante (ao nosso ver) a visão do leitor sobre a forma como os processos de aprendizagem e consolidação de temáticas de interesse se dão no CETAP. Ainda, acreditamos que esse é um tema que traz diversos elementos para sua discussão, uma vez que muitas ações ainda estão em andamento, muitos planejamentos ainda estão sendo feitos e a construção de propostas ainda está ocorrendo, o que faz com que o processo de construção do conhecimento possa ser não apenas analisado, mas experimentado por aqueles que se interessarem em acompanhar o assunto a partir do exposto. Por fim, acreditamos que a temática dos sistemas agroflorestais integra, em sua complexidade, aportes das demais temáticas trabalhadas pelo CETAP, o que faz com que seja possível visualizar, a partir desse tema, a forma como ocorre a convergência de aprendizagem entre temáticas distintas (este será o foco do capítulo seguinte onde será descrito e analisado o processo de geração de um referente específico: o picolé de butiá).

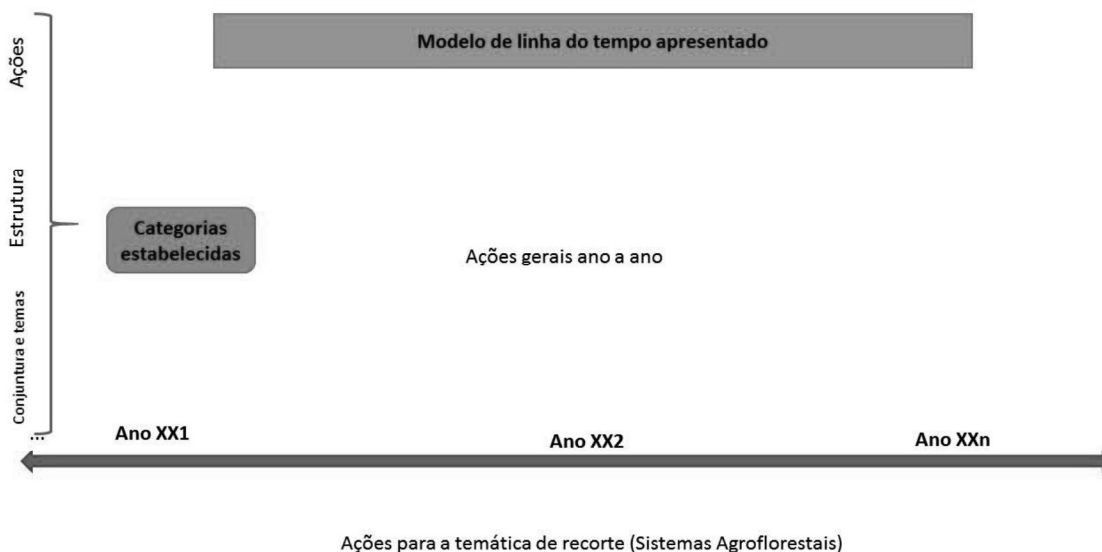
#### **4.2.1 Critérios e procedimentos adotados na descrição da atuação do CETAP**

Para dar conta de descrever sinteticamente a evolução da atuação do CETAP. Assim, realizou-se uma análise dos documentos buscando-se distinguir fatos marcantes que determinassem eventuais mudanças na sua atuação. Neste sentido, tendo em vista a centralidade conferida à temática dos sistemas agroflorestais, a periodização utiliza a diferenciação da atuação da entidade em relação aos sistemas agroflorestais como base para distinção de períodos. Por esta razão, inclusive, a descrição inicia somente no final da década de 1990, que corresponde ao período em que a temática surge como tal na entidade.

Como a descrição visava aproximar à atuação da entidade, julgou-se necessário considerar o conjunto das atividades que estavam sendo desenvolvidas em determinado período: caracterizando a agenda da entidade e, nesta, a importância relativa conferida à temática dos sistemas florestais e, nesta, à geração de referentes.

Para dar conta de descrever sinteticamente a evolução da atuação, adotamos um modelo de esquema baseado na identificação das principais características de cada período quanto a conjunturas e temas (problemáticas abordadas), estrutura (questões de ordem institucional que estavam em pauta) e ações (iniciativas desenvolvidas), com detalhamento da atuação na temática de sistemas agroflorestais.<sup>31</sup> Cada período foi representado segundo um mesmo esquema gráfico (ilustrado na Figura 03).

Figura 03 – Modelo geral de linha do tempo para caracterização da atuação do CETAP



Fonte: elaborado pela autora

<sup>31</sup> Conforme o tema dos sistemas agroflorestais vai ganhando maior importância e visibilidade nos relatórios e documentos e, com isso, tendo concretude para se colocar como eixo transversal de trabalho na entidade, iremos suprimindo as informações acerca dos demais temas. Dessa forma, não se entenda que outras ações deixam de ser trabalhadas no todo do CETAP, mas que o tema específico dos sistemas agroflorestais vai se consolidando de forma que se torna possível delimitar seus rumos e ações, e este é o ponto em que deixamos de apontar, na linha do tempo, os demais temas. Isso se dá por duas razões, porque as orientações gerais não se modificam muito nesse período e o outro é que para ser possível representar a complexidade das ações em torno do tema dos sistemas agroflorestais e frutas nativas.



Na caracterização de cada período, no esquema, na parte de cima da linha apresentam-se as orientações gerais de atuação na entidade, e abaixo da linha apresentam-se as ações para a temática, em específico, de sistemas agroflorestais. Como critério para inclusão de um dado na linha do tempo, construímos um suporte de análise que mapeou a frequência com que os temas/ assuntos apareceram nos documentos no decorrer do ano analisado, sua interpenetração em outros temas ou a relevância que o mesmo toma nos anos posteriores. No esquema os dados são classificados dentro de três categorias:

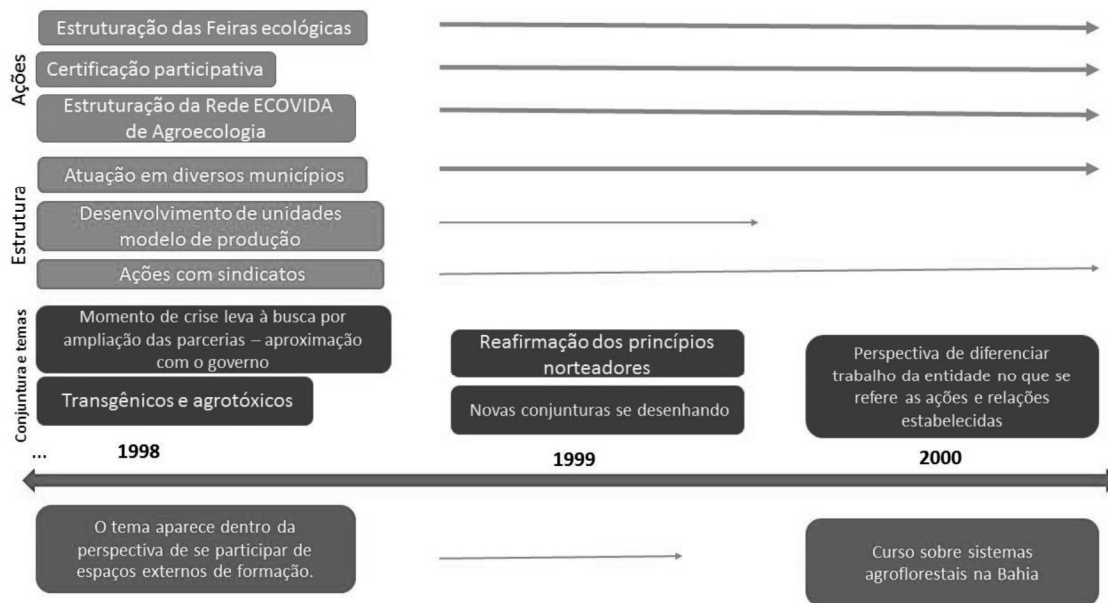
- Ações: refere-se a iniciativas que orientam a entidade nas suas relações para com outras entidades, ou seja, trata de tudo que fortalece o estabelecimento e manutenção das redes e parcerias que a entidade trabalha;
- Estrutura: são ações de cunho mais interno e que influenciam na estrutura institucional da entidade, como a organização de escritórios regionais, entre outros;
- Conjuntura e temas: refere-se a temas amplos, temas transversais de trabalho dentro da entidade, questões que dizem respeito à conjuntura pela qual o ambiente, país, local está passando e que são relevantes para o trabalho do CETAP.

Os relatórios analisados referem-se ao período compreendido entre 1996 até 2016, sendo que, até o ano de 2007 não foi possível acessar relatórios anuais de avaliação e planejamento, portanto, para esse período inicial, realizou-se uma análise mês a mês de reuniões de equipe, em consulta ao acervo histórico da entidade.

#### **4.2.2 Agenda do CETAP no período 1998 à 2000**

Esse período caracteriza-se como período de transição. Várias ações da entidade foram revistas e foram realizadas avaliações sobre o andamento da entidade que mostraram a necessidade de se repensar condutas. Lembramos que, conforme relato anterior, esse foi o período em que a entidade se propôs a repensar sua missão institucional e modificar as relações com as entidades parceiras, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de projetos, de forma a se orientar pelo objetivo de estar mais presente no trabalho com os agricultores, deixando de priorizar o atendimento às demandas das entidades representativas.

Figura 04 – Linha do tempo período 1998 – 2000



Fonte: elaborado pela autora

Em fevereiro de 1999, avaliações constantes em um breve documento de contribuição para debate, mostram alguns elementos importantes para entender esse momento vivenciado:

CETAP até 98: Como referência nos seus documentos internos e em especial nos da avaliação externa, o CETAP na sua primeira década de atuação ‘foi muito mais político do que tecnológico’. [...] é correto afirmar que esta inserção nos movimentos populares e a atuação destes na entidade, influenciou, e muito nas suas orientações e intervenções, portanto, no seu caráter. “ (RL04)

No documento consta, ainda, a avaliação de que esse período também serviu para a afirmação da entidade enquanto entidade de acompanhamento e assessoria a grupos de cooperação agrícola, contribuindo para a afirmação de uma concepção alternativa de agricultura nos locais no qual atuou:

era ainda um momento de afirmação de experimentos concretos para que se tivesse maior clareza dos limites e dos resultados práticos dessa agricultura alternativa. (RL04)

O trabalho da entidade em 1998 encontrava-se bastante pulverizado, com iniciativas em diversos municípios, sendo desenvolvido especialmente em parceria

com sindicatos de trabalhadores rurais, envolvendo um volume acentuado de participação e organização de espaços de debate sobre transgênicos e agrotóxicos. Entendemos que isso reflete o momento histórico da agricultura brasileira (e mundial). Dentre os temas mais recorrentes nos documentos, relativos à assessoria técnica estão as temáticas da produção de leite e de sementes, especialmente iniciativas de formação de bancos de sementes crioulas.

No que se refere a dimensão institucional, o período 1998-2000 pode ser caracterizado como período de crise, especialmente no que se refere ao modelo de financiamento da entidade. A entidade passava por um momento de crise financeira, o que reforçava a necessidade de uma reavaliação dos projetos a serem propostos, bem como da organização da equipe. Muitas entidades parceiras não dispunham de recursos para projetos naquele ano, o que influenciou diretamente na organização interna do trabalho da equipe técnica.<sup>32</sup> As evidências recolhidas apontam para certo “esgotamento” da forma de relação com organizações financiadoras até então vigente. A MISEREOR, por exemplo, questiona seu papel no financiamento de projetos na entidade, recomendando uma mudança da forma de organização da atuação do CETAP, de forma que as ações venham a ser definidas por temáticas ou por região. Isso remete à problemática da tendência à pulverização de ações que, muitas vezes, faz com que a entidade se veja sem um foco definido.

A gestão do CETAP vem se complexificando pela pulverização de fontes financiadoras (projetos) e um maior nível de exigência nos controles, prestação de contas e relatórios técnicos. (RL01)

Com a pulverização dos projetos, fica cada vez mais difícil financiar o institucional, ou seja, o CETAP não está mais conseguindo renegociar os projetos em bloco, onde articulava o institucional e ao trabalho ao mesmo tempo, no mesmo projeto. (RL01)

Em algumas regiões, a avaliação da conjuntura na qual os projetos estavam inseridos levou a questionar a oportunidade da continuidade de atuação, uma vez que os cooperadores internacionais passam a cobrar, mais fortemente, uma definição quanto as atribuições de cada um dentro do contexto do trabalho da entidade. Entidades de cooperação internacional, como a CICDA<sup>33</sup>, passaram a

---

<sup>32</sup> Isso (não somente, mas especialmente) fez com que os espaços de formação ficassem relegados à um segundo plano, sendo que as reuniões passaram a ser basicamente de repasse de tarefas e articulação de novos projetos.

<sup>33</sup> Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola

questionar os elementos (capacidade técnica, estrutura da entidade, entre outros) da entidade para afirmar a questão da produção ecológica, o que fez com que o CETAP passasse a buscar a criação de unidades produção modelo. Com isso, buscou-se gerar referências capazes de responder tecnicamente aos questionamentos das entidades, bem como traçar um caminho no sentido de priorização do processo de aprendizagem sobre as práticas ecológicas de produção.

Tais condicionantes colocados pelas entidades financiadoras repercutiram em questionamentos acerca da orientação da entidade, o que levou à recuperação dos princípios norteadores da identidade do CETAP, dos compromissos históricos, políticos, tecnológicos e metodológicos assumidos. Nesse processo se reavaliou o papel dos movimentos sociais no CETAP, bem como do CETAP dentro dos movimentos.

Ao mesmo tempo em que o modelo de atuação centrado na parceria com entidades de representação dos movimentos estava se esgotando, a avaliação apontava para um cenário futuro de massificação e disputa do projeto da agricultura alternativa de base ecológica enquanto projeto para a sociedade. Um documento que trouxe elementos nesse sentido é o de análise dos dez anos da entidade, construído conjuntamente pelos técnicos, colaboradores e um agente externo de avaliação, que tinha como função trazer um olhar isento para o quadro que se apresentava.

Nesse sentido, o ano de 1998 foi emblemático para a entidade no sentido de que, neste ano, começou-se a estruturar o trabalho de organização das feiras ecológicas, que é um marco diferencial na trajetória do CETAP. A organização das feiras tornou-se um marco porque provocou avanços no processo de articulação de redes, especialmente a Rede Ecovida de Agroecologia<sup>34</sup>. Dentro desse processo, articulou-se a COONALTER<sup>35</sup>. Destaca-se, também, que se iniciam os processos de discussão sobre o Projeto de Lei para a Certificação Participativa dos produtos orgânicos, num esforço em conjunto de diversas entidades ligadas à agricultura ecológica. Desse processo, desenrolou-se a articulação de diversos grupos de produtores em todos os municípios de abrangência da entidade, em especial na

---

<sup>34</sup> A rede é um espaço de articulação entre agricultores, entidades de assessoria e organizações de consumidores. Para maiores informações ver <http://www.ecovida.org.br/>

<sup>35</sup> Cooperativa Mista de Trabalho e Alternativa, com sede em Passo Fundo – RS.

região Alto Uruguai, onde os grupos se organizaram especialmente para participar da feira de Passo Fundo.

Em relação aos condicionantes colocados pela cooperação internacional, a estratégia utilizada foi a reavaliação dos projetos executados pelo CETAP, desenvolvendo um “projeto base” que desse conta de uma gama ampla de ações planejadas. Com isso, se poderia realizar uma adaptação de projetos para cada entidade parceira, dando conta de um planejamento amplo, mas com um nível de execução que fosse para o todo da entidade. Assim, as entidades parceiras dividiriam responsabilidades (especialmente no que concerne ao financiamento), dando conta da possibilidade de realização do projeto amplo de ação do CETAP. Esse modelo acaba sendo o embrião da divisão por temáticas que a entidade adota mais tarde. O desenho da divisão de responsabilidades acaba demonstrando a possibilidade de que os técnicos trabalhem de forma setorizada com igual ou melhor desempenho, e novos arranjos passam a ser testados.

Para assegurar o trabalho da entidade mantendo identidade em relação à missão e princípios, passou-se a pensar em buscar de novos parceiros e articulação com governos para apoio à realização de suas atividades. As perspectivas de colaboração com governo estadual eram favoráveis tendo em vista que este tinha como prioridade política o apoio à agricultura de base ecológica, o que trouxe um certo ânimo para a entidade.

Adentrou-se, portanto, nos anos 2000 com a perspectiva de diferenciar o trabalho da entidade no que se refere as ações e relações estabelecidas. O espaço de formação realizado no mês de abril daquele ano, apontou a necessidade de se entender o trabalho do CETAP em duas dimensões distintas: a material e a não-material. Assim, depreendeu-se que a atuação deve pautar-se pelos seguintes elementos:

- deve considerar o questionamento das relações
- deve levar o diálogo entre opostos
- nosso compromisso é sermos animadores (não acompanhantes)
- deve despertar a consciência crítica” (RL05)

O momento era de consolidação das feiras ecológicas, que se estabeleciam em diversos municípios onde a entidade atuava, e estas eram acompanhadas de espaços de diálogo entre consumidores e produtores, e formação da Rede

ECOVIDA de Agroecologia, que também introduzia o debate acerca dos processos de certificação participativa. Paralelamente, promoveu-se o debate sobre a estruturação de agroindústrias familiares e comercialização solidária. Tudo isso num contexto de diálogo com o governo do estado, concretizando a proposta de se buscar fontes de financiamento nesse âmbito.<sup>36</sup> Nesse ano o CETAP passou, também, a fazer parte dos espaços de planejamento do Fórum Social Mundial, e dos espaços de construção do Primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que se realizou apenas em 2002 (PADULA, et al., 2013), experiências que trouxeram importantes reflexões para a equipe do CETAP. Uma constatação que foi importante nessa reflexão refere que muitas vezes “nós, enquanto técnicos, temos outra expectativa que os agricultores” (RL06). Isso demonstra um processo de amadurecimento em relação a necessidade de dialogar sobre a atuação da entidade, para que os agricultores se mantenham animados e alinhados com as propostas relativas a promoção e consolidação da produção em base agroecológica.

No ano de 2000 o CETAP foi convidado a participar de um curso sobre Sistemas Agroflorestais na Bahia, momento em que se decidiu por introduzir a temática da agroflorestal dentro das linhas de atuação da entidade. Desse debate, surgiu como proposta

contemplar algumas experiências com maior sistematização e acompanhamento. Junto com o mapeamento de várias atividades [anteriores] que podem ser consideradas como agroflorestas e silvipastoris. [Entende-se que] Há experiências que podem ser registradas e sistematizadas, buscando melhorar e redesenhar o sistema (RL07)

Portanto, o embrião do debate sobre a temática dos sistemas agroflorestais surgiu do entendimento de que várias ações que vinham sendo desempenhadas pela equipe já faziam parte do arcabouço de atividades contempladas neste tema. Mais que isso, deliberou-se que deveria haver um esforço da entidade no sentido de registrar essas experiências a partir do reconhecimento de sua importância para o contexto de atuação do CETAP. Foi, também, o momento em que se percebeu a necessidade de se aliar a introdução de práticas agroecológicas com o redesenho dos agroecossistemas. Outro ponto importante a ser destacado é o fato de que o tema não surgiu a partir de um processo de reflexão interna (embora essa reflexão

---

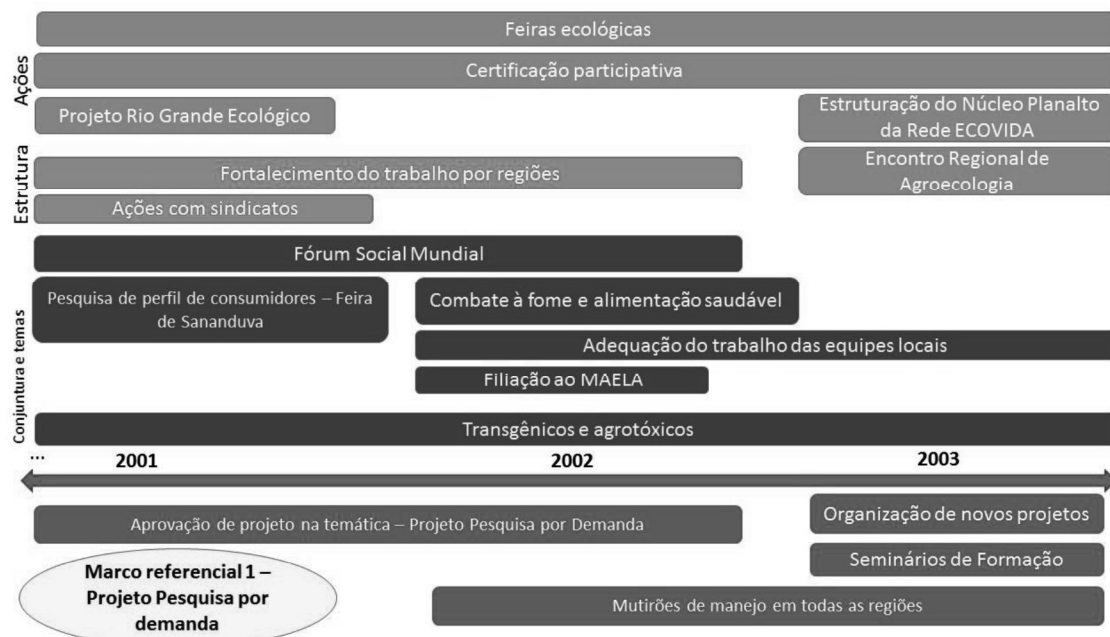
<sup>36</sup> Dessa iniciativa surgiu o Consórcio “Rio Grande Ecológico”.

também tenha sido realizada), mas como o resultado de articulação e debate com outras entidades - que dialogavam com o CETAP em torno de questões relativas a Agroecologia. Isso reforça a importância do diálogo e troca de experiências entre os diferentes agentes que trabalham dentro do universo da agricultura alternativa, especialmente em relação a Agroecologia.

#### 4.2.3 Agenda do CETAP no período 2001 - 2003

Após o período de crise e rearranjo institucional vivenciado até 2000, apresentaram-se ao CETAP boas perspectivas de trabalho, especialmente no que concerne às feiras ecológicas, mas com oportunidades também de atuação em outras linhas de trabalho, inclusive com sistemas agroflorestais. No esquema apresentado na Figura 05, constam as principais características do período.

Figura 05 – Linha do tempo período 2001 – 2003



Fonte: elaborado pela autora

No ano de 2001, o trabalho em feiras continuou sendo o mais destacado na atuação do CETAP, com feiras espalhadas por todas as áreas de atuação da entidade. Reforçando a importância dessa temática, nesse período se realizou uma

pesquisa de perfil dos consumidores da feira no município de Sananduva. Esta consistiu num trabalho amplo, e visava dar subsídios para qualificar as feiras em todas as regiões de atuação.

Em 2002, começou-se a estruturar o Núcleo Planalto/ RS da Rede ECOVIDA, iniciativa que, de início, não foi bem compreendida pelos agricultores. Isso ocorreu porque eles não visualizavam os benefícios advindos da participação na Rede e não entendiam suas dinâmicas. Portanto, o trabalho da entidade nesse período em relação a esse tema foi, basicamente, voltado para esclarecimento sobre as dinâmicas da rede e como ela poderia auxiliar no avanço em questões de interesse para os agricultores. Cabe esclarecer que o CETAP, enquanto entidade, já participava da Rede ECOVIDA e de seus espaços de formação e grupos de trabalho sobre Agroecologia<sup>37</sup>. No Núcleo Planalto, o trabalho voltou-se para esclarecer sobre a importância da certificação e do fortalecimento das dinâmicas de comercialização. Essa ênfase derivou da proposta definida no debate sobre a estruturação do Núcleo, mas também porque esse foi um período de avaliação da função das feiras dentro do trabalho com agroecologia. Nas reuniões de equipe levantaram-se inquietações sobre a validade das feiras como espaço de promoção da agroecologia. Tais inquietações surgiram devido à ocorrência de diversos conflitos entre e nos grupos de agricultores feirantes, e constatação de que algumas famílias abandonaram a proposta. Em dado momento, a equipe passou a promover, internamente, espaços de discussão mais amplos para definir sua posição em relação a esses conflitos. A questão central do debate era: “Por que as feiras são estratégicas? E se são, o são para quem?” (RL29) Paralelo à isso, o tema do combate à fome e importância da alimentação saudável e de qualidade passam a ser discutidos nos espaços das reuniões e encontros. Registrar a discussão dessa temática nesse momento é importante pois, posteriormente, ele passará a ser associado ao tema dos sistemas agroflorestais.

Um ponto de deve ser enfatizado no que tange a questão institucional é que nesse período se definiu que o trabalho da entidade como um todo haveria de ser territorializado. Isso significa dizer que foi nesse período que se desenhou o embrião

---

<sup>37</sup> Inclusive no Núcleo alto Uruguai, da região de Erechim, embora esse não fosse de responsabilidade técnica do CETAP, e sim do CAPA.



da forma de organização institucional que a entidade veio a utilizar posteriormente: o do trabalho por regiões, adequado às suas especificidades.

Em 2002, inicialmente, nos espaços de debate da equipe tratava-se basicamente da resolução de problemas internos surgidos porque as equipes locais nem sempre conseguiam desenvolver seu trabalho em sintonia com os objetivos da entidade. Isso se dava, especialmente, pela dificuldade de alguns técnicos entenderem que a entidade visa (naquela época e ainda hoje) alcançar objetivos que vão além daqueles relacionados às mudanças pontuais previstas nos projetos locais. (RL09)

Em relação ao financiamento, várias parcerias foram estabelecidas, se verificando ainda forte ênfase na cooperação internacional, mas combinada com o diálogo com o governo do estado, para a construção de um projeto amplo para o desenvolvimento da agroecologia no sul do país, através do Rio Grande Ecológico. Quanto à relação com os movimentos sociais, especialmente com o MST, ainda se realizou, neste período, um processo de discussão sobre seu papel, dentro do contexto das relações históricas estabelecidas. A relação com os movimentos passa a ser mais planejada, e o CETAP passou a assumir um papel muito mais técnico, no sentido de assessorar em temas para debate o que passa a ser oportuno, pois nesse período os movimentos sociais passaram a conceder um papel estratégico para a Agroecologia em suas lutas e demandas. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas novas dinâmicas nas relações com os movimentos sociais, a partir da participação na organização do Fórum Social Mundial. As relações com entidades ligadas ao movimento agroecológico se ampliaram, especialmente com o MAELA (esse foi o período em que o CETAP se filia à entidade) e com a Rede ECOVIDA, o que ampliou a gama de temas a serem trabalhados dentro da transição agroecológica.

A equipe também passou por um período de bastante intercâmbio de ideias, pois neste período foi oportunizada sua participação em diversos espaços de formação, intercâmbios, viagens de troca de experiências, entre outros. Desse modo, a entidade passou a se apropriar muito mais dos referentes da Agroecologia que estavam sendo desenvolvidos em outras partes do mundo, especialmente na América Latina e na Europa. Tais experiências permitiram uma reflexão sobre os rumos que a entidade deveria tomar para estar na vanguarda na realização de ações significativas para o avanço da Agroecologia na região. Ao mesmo tempo, o

CETAP passou a receber estagiários de várias partes do mundo, o que enriqueceu o debate sobre os rumos da Agroecologia e das estratégias para a afirmação desta enquanto modelo alternativo. Quanto a agenda do movimento, esse foi um momento em que o tema dos transgênicos ganhou fôlego, com realização uma campanha nacional para alertar sobre os riscos do uso dos mesmos.

Ao mesmo tempo em que se reforçaram as relações entre agentes do movimento agroecológico, houve significativa aproximação aos agricultores uma vez que foi realizado um grande encontro de Agroecologia em Casca (RS), com participação de agricultores de todo o sul do país.

A equipe, na época, discutia a “necessidade de se avançar no processo de ecologização das propriedades” (RL27). Neste contexto o tema das agroflorestas ganhou novo impulso com a aprovação de um projeto de pesquisa. O projeto “Pesquisa por Demanda” foi moldado no ano 2000 a partir de um diálogo com o governo do estado, que possibilitou que as entidades apresentassem projetos dentro de uma linha de apoio à pesquisa em Agroecologia, de acordo com suas demandas específicas<sup>38</sup>. O Projeto foi denominado “Pesquisa em Sistemas Agrofloretais para as Regiões Alto Uruguai, Encosta da Serra, Altos da Serra e Planalto do Rio Grande do Sul”, foi executado nos anos de 2001 e 2002, numa parceria com o Governo do Estado. Esse acabou representando

primeiro projeto de captação de recursos do CETAP que tem atividade de agroflorestas, com pesquisa para esse tema. O primeiro por temática e o primeiro específico para agroflorestas.” (entrevista02). [O projeto foi executado entre 2000 e 2002]<sup>39</sup>

Como o projeto previa o estabelecimento de unidades de referência em nível de propriedades dos agricultores, seminários de formação se espalharam por todas as regiões de atuação da entidade, tendo como mote orientador as unidades de referência. Ainda, foram promovidos mutirões em todas as regiões de atuação da entidade, fortalecendo a proposta.

---

<sup>38</sup> Esse projeto (juntamente com outros desenvolvidos por outras entidades no estado), foi criado a partir das entidades ligadas ao movimento da agricultura ecológica no Rio Grande do Sul, dentro do Programa RS Rural, para o fomento de pesquisas por parte das ONGs.

<sup>39</sup> Esse projeto acaba sendo, na avaliação dos entrevistados, o que faz com que o tema ganhe fôlego nos anos iniciais da década de 2000, pois colocava a entidade a desenvolver ações específicas dentro da temática.

O tema das agroflorestas foi introduzido em mais regiões, passando a ser fortemente atrelado ao tema da agroecologia. No entanto, as informações constantes nos relatórios de reuniões de equipe são insuficientes para identificar as razões que motivaram esse atrelamento. Foram realizados mutirões de manejo, como estratégia metodológica para compartilhar e promover maior aprendizado sobre o tema por parte da equipe e também dos agricultores envolvidos. Também vem dos estagiários suecos a ideia de um levantamento de espécies com potencial de uso, bem como de um banco de produtos da agrofloresta.

O projeto, segundo Gartner e Bassi (2007), teve grande repercussão junto aos grupos assistidos, trazendo resultados positivos no sentido de incorporação imediata de práticas propostas nos sistemas de produção, bem como promoveu ação interinstitucional entre diversos segmentos, como universidades, ONGs, comunidades, EMATERs, entre outros. Um ponto importante a considerar é que, nesse período, o tema foi impulsionado pelo grupo de trabalho da rede ECOVIDA, o GT-Agrofloresta, composto por várias organizações que encontravam, nesse espaço, um local para debater o tema de forma mais ampla (conforme entrevista02). Estabeleceu-se, ainda, uma parceria com a EMBRAPA, para qualificar o trabalho com sistemas agroflorestais através do acompanhamento de indicadores de qualidade dos solos. Novos projetos foram elaborados na temática buscando-se aportes de recursos junto ao governo federal<sup>40</sup>.

Isso fez com que a temática ganhasse espaço dentro do CETAP, pois a forma como foi estruturado e desenvolvido o projeto propiciou a criação de diversos espaços de formação, estabelecimento e fortalecimento de parcerias e criação de novos espaços de reflexão sobre a importância do tema. Além disso, a experiência acabou se refletindo em outros projetos da entidade que, a partir do reconhecimento das possibilidades que a temática proporciona para a transição agroecológica, passaram a irradiar o debate sobre o tema para suas realidades e contextos.

Alguns agentes externos que tratavam do tema da biodiversidade também passaram a reconhecer os sistemas agroflorestais como um importante tema a ser incorporado nas suas ações e metas. O Grupo Amigo do CETAP (grupo atrelado à cooperação internacional), passou a colocar os sistemas agroflorestais como um

---

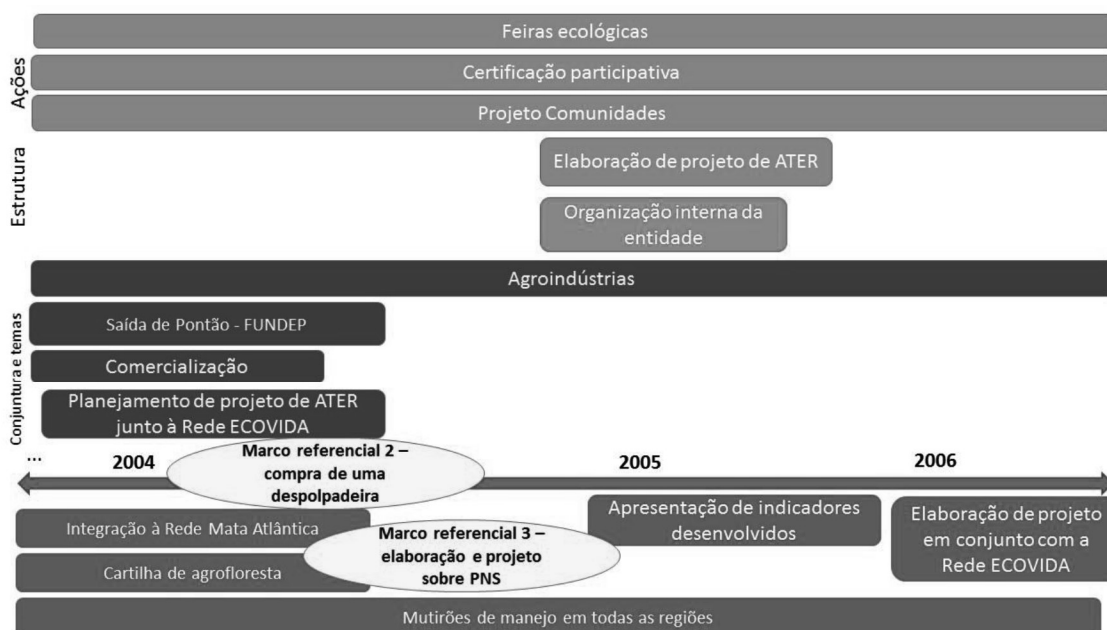
<sup>40</sup>A entrada do governo federal com características mais afins com os temas da agricultura familiar traz boas perspectivas para o trabalho.

tema em potencial, a ser incorporado em seus espaços e projetos - que passaram a ser pensados com base nessa temática.

#### 4.2.4 Agenda do CETAP no período 2004 - 2006

Nesse período temos, para o tema dos sistemas agroflorestais, dois marcos importantes, que contribuem para explicar os caminhos da temática dentro do CETAP: a compra de uma despoldadeira e a elaboração de um grande projeto para solicitar apoio externo. Na sequência, apresentamos mais dados sobre o período, cujas características principais estão sintetizadas na Figura 06.

Figura 06 – Linha do tempo período 2004 – 2006



Fonte: elaborado pela autora

Em 2004 o CETAP começa o movimento de saída do espaço de Pontão e estabelece seu escritório sede em Passo Fundo (RS), a partir do reconhecimento de que haviam outras demandas a desenvolver em outros espaços, dentro da área temática de atuação da entidade.

No período observa-se a realização de um conjunto de iniciativas orientadas a fortalecer o trabalho de produção ecológica e comercialização, que vinha se desenvolvendo junto à Rede ECOVIDA. A comercialização é um tema que ganhou

fôlego, no sentido de que se desenvolveu um trabalho de pesquisa junto aos alunos dos cursos da UERGS de Sananduva (RS) sobre o tema. A estruturação da certificação participativa dentro do espaço da Rede ECOVIDA de Agroecologia foi outro elemento que impulsionou a priorização do tema. A Rede ECOVIDA também começou a debater um projeto de ATER a ser apresentado ao governo federal para angariar recursos, como forma de impulsionar suas ações, a ser desenvolvido em parceria com diversas entidades, entre elas o CETAP<sup>41</sup>. Conforme relatam os entrevistados, é ainda nessa época que a entidade incorporou uma despolpadeira aos seus trabalhos, adquirida com recursos do grupo Terra do Futuro, por entender que essa máquina seria de importância para a realização de testes de desenvolvimento de produtos agroindustriais (a Terra do Futuro, nesse período, foi um importante aliado para o desenvolvimento de projetos ligados ao tema).

A organização da atuação do CETAP por regiões se consolidou, introduzindo-se o trabalho com comunidades, o que ganhou impulso a partir da aprovação de um projeto específico que abrangeu praticamente todas as áreas de atuação da entidade. No período, o ano de 2005 destacou-se por ser bastante voltado para discussão de questões relativas a organização interna da entidade - muito pela necessidade de se achar o caminho mais correto para se trabalhar dentro da perspectiva de regiões. Assim, a análise dos relatórios apontou para a criação de espaços de debate sobre questões de organização institucional, o que também pode ser um reflexo dos aportes que o Projeto Comunidades trouxe para a entidade, uma vez que, por seu formato, que preconiza que as demandas fluam de baixo para cima, ele pode contribuir para gerar uma certa tensão ao questionar métodos de planejamento vigentes.

No tema “sistemas agroflorestais”, apesar do encerramento de projetos financiados a entidade continuou priorizando a temática mediante participação em espaços de formação e debate bem como pela formulação de novos projetos sobre o tema com diferentes parceiros.

Em um seminário o CETAP participou, demonstrou os indicadores que desenvolveu para o tema de sistemas agroflorestais, que são avaliados como

---

<sup>41</sup> A Rede ECOVIDA, enquanto espaço de articulação entre entidades, organizou um projeto com o intuito de ser representativo dessas entidades e, portanto, mais forte para incidência política. A execução dessa modalidade de projetos, no entanto, fica a cargo de suas entidades representantes.

positivos pelo PDA<sup>42</sup>, que chega a propor que as próprias entidades passem a ser monitoras de projetos futuros dentro da temática. Em parceria com o Centro Ecológico, o CETAP elaborou um projeto considerado, pelos entrevistados, como um dos marcos importantes dentro da temática: um projeto sobre “valorização e uso das plantas negligenciadas e subutilizadas”. Esse projeto demandou – para sua construção - vários espaços de formação e debate, com participação, inclusive, de um nome de referência no assunto, Jorge Luiz Vivan, que auxiliou na estruturação do mesmo. O projeto foi apresentado para o FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente), mas não foi aprovado. No entanto, avaliou-se que – nas discussões relacionadas a sua elaboração – definiu-se a base conceitual e metodológica de trabalho das agroflorestas e uso das frutas nativas.

“Foi lá naquele momento, claro que no caminhar vai se mudando coisas, mas a base conceitual do trabalho se dá nesses encontros. Não no projeto em si, mas no processo de elaboração e construção do projeto, que foram momentos muito ricos de várias conversas e essa coisa toda.” (entrevista02)

Ainda foi formulada uma proposta de um projeto a ser apresentado para parceiros da União Européia sobre valorização da biodiversidade através do manejo agroflorestal e cultivares múltiplos, para o desenvolvimento de SAF's em pomares, hortas e estruturação de áreas experimentais. Nos anos de 2006 e 2007 formulou-se um projeto em conjunto entre entidades da Rede ECOVIDA de Agroecologia, também dentro da temática dos sistemas agroflorestais.

De todo modo, mesmo com restrições de acesso a recursos específicos o CETAP continuou participando nos espaços de debate como seminários<sup>43</sup> e avaliou ser importante buscar integrar-se na Rede Mata Atlântica, por entendê-la como um “espaço importante de troca e intercâmbio de conhecimentos e experiências” (RL40). Avalia-se que foi um período importante no sentido de colocar-se os sistemas agroflorestais como uma temática de relevância dentro da entidade, o que abre perspectivas para que vá se firmando como um tema importante no futuro.

---

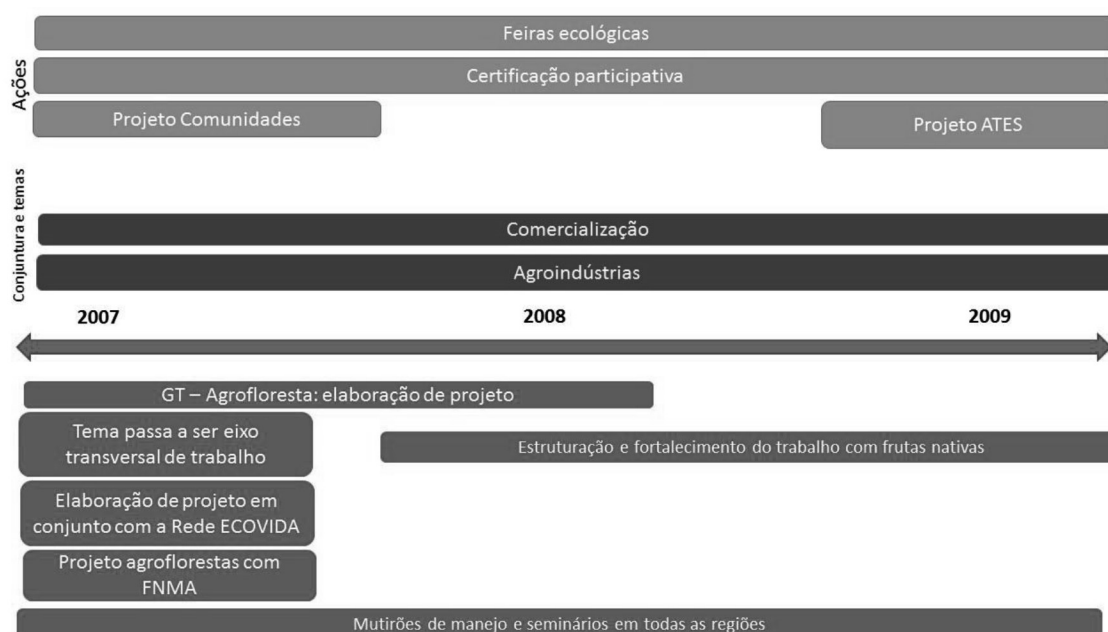
<sup>42</sup> Subprograma “Projetos Demonstrativos” do Ministério do Meio Ambiente – MMA, projeto em que a entidade participou.

<sup>43</sup> No entanto, o CETAP opta por não participar do Congresso Brasileiro de Agroflorestas (a ser realizado naquele ano), por entender o espaço como mais voltado para as entidades oficiais de pesquisa.

#### 4.2.5 Agenda do CETAP no período 2007 - 2009

Embora seja um período caracterizado por uma grande diversidade de ações, nos espaços de discussão da entidade priorizaram-se temas que demandam mais atenção e esforço para sua execução. Com isso, o esquema de caracterização do período (Figura 7) apresenta um número reduzido de temas mas não corresponde à realidade pois várias ações pontuais, que estavam ocorrendo no período não foram registradas porque receberam pouca ênfase nos documentos.

Figura 07 – Linha do tempo período 2007 – 2009



Fonte: elaborado pela autora

No período em questão foram desenvolvidas diversas ações relativas a temas e projetos iniciados anteriormente, que tiveram continuidade. Observou-se um desenvolvimento mais contundente do projeto de comunidades, fortalecendo um elemento/ ator importante para o período: o agricultor animador. Eles são, basicamente, agricultores que, além das atividades nas suas unidades produtivas, também ajudam, com seu trabalho, no desenvolvimento dos projetos coletivos nas comunidades nas quais vivem.

Nesse momento iniciou-se a participação no Programa de ATES do INCRA/RS, que trata de assistência técnica planejada para assentamentos da região de atuação da entidade, mais especificamente junto ao chamado “Núcleo

Operacional Vacaria”, abrindo para a entidade a possibilidade de ampliar o número de municípios atendidos, especialmente no entorno de Vacaria (RS). Esse projeto contribuiu para que o CETAP viesse alcançar um público com o qual a entidade não trabalhava na região (os assentados da reforma agrária) e contribuiu para a presença de uma equipe de trabalho permanente no local, com escritórios em Sananduva e Vacaria. Voltaremos à esse projeto em capítulo posterior.

Em relação a temática dos sistemas agroflorestais, desde 2007 o GT-Agrofloresta da Rede ECOVIDA passou a desenvolver um projeto junto ao PDA, com colaboração das entidades parceiras. Em 2007 o CETAP passa a ter uma pessoa designada para ser o norteador dos trabalhos com agroflorestas, mostrando que a temática passa, definitivamente, a ser tratada como eixo transversal de trabalho, chegando mesmo a ser definida como um dos temas prioritários para o trabalho no ano seguinte. Assim, tendo em vista os projetos vigentes e, ainda, as perspectivas positivas em relação a aprovação de novos projetos (como um em parceria com a EMBRAPA dentro do programa CONSERVABio)<sup>44</sup>, a avaliação realizada no ano de 2008 foi que o tema das agroflorestas “motiva e possibilita várias ações” (RL97).

A partir desse momento, o tema dos sistemas agroflorestais passou a permear todos os trabalhos da equipe, ou seja, por se constituir num tema amplo, passou a ser integrado em todos os projetos. Assim, em 2009 o tema apareceu esporadicamente nos relatórios, com um avanço no debate sobre o uso e processamento das frutas nativas dentro do trabalho com sistemas agroflorestais, bem como a aproximação do tema com o tema da comercialização, de acordo com o que inferimos ao analisar os relatórios deste ano.

#### **4.2.6 Agenda do CETAP no período 2010 – 2012**

Com o projeto de ATES se estruturando na entidade, bem como com a necessidade de adequação das unidades de produção à Lei dos Orgânicos (que determinava a certificação das unidades produtivas no ano de 2010), nesse período as reuniões da equipe (e conseqüentemente os relatórios) priorizaram a discussão

---

<sup>44</sup>Ainda, foi aprovado um projeto junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), justamente pela avaliação positiva do projeto anterior pelo PDA, como relatado anteriormente. Esse projeto visou a implantação de áreas (20 áreas), oficinas com agricultores e implantação de viveiros.



dessas iniciativas, pois elas requeriam de definições e decisões estratégicas por parte da equipe.

Ao mesmo tempo, as iniciativas relacionadas a temática das agroindústrias relacionavam-se a implantação de projetos atrelados ao tema da comercialização, que demandavam ações diversas nas diferentes regiões de atuação do CETAP. Percebe-se que o tema da agroindustrialização assumiu destaque frente aos demais temas e passou a ser considerado estratégico para a geração de novos referentes. Um dos destaques do período é a mudança de sede. A sede da entidade mudou-se para um amplo espaço na zona urbana do município de Passo Fundo, com o intuito de desenvolver no local unidades experimentais nas temáticas de atuação da equipe<sup>45</sup>. Neste sentido estruturou-se um espaço, dentro da sede da entidade, para o processamento de produtos, especialmente aqueles que se utilizam das frutas nativas, bem como para a realização de espaços de formação sobre o processamento dessas frutas. Esse elemento é relevante pois o desenvolvimento de produtos processados estreita mais os laços entre os sistemas agroflorestais e alternativas para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Figura 08 – Linha do tempo período 2010 – 2012



Fonte: elaborado pela autora

<sup>45</sup> Essa mudança foi pontuada por se tratar de um momento de estruturação de um trabalho diferenciado, onde a equipe passou a contar com um espaço físico dentro do município, para desenvolver atividades ligadas ao segmento da agricultura urbana e outros, relacionados ao uso de espaços em ambiente urbano.

No que se refere ao tema dos sistemas agroflorestais, em 2010 iniciou-se o processo de estruturação de uma cadeia de comercialização solidária de frutas nativas, com apoio do governo estadual do Rio Grande do Sul. Formou-se um grupo para “discutir sobre a questão das frutas nativas e quais as reivindicações desejam levar para o governo do estado, sobre políticas públicas para fortalecimento dos sistemas agroflorestais/ frutas nativas” (RL111). Em 2011 se formalizou o grupo como GT- Frutas Nativas, e passou a constituir um dos espaços de discussão junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SESAMPE) do governo do estado do RS.

O CETAP, nesse período, sente a necessidade de dispor de “um material sistematizado do aproveitamento das frutas nativas” (RL106), uma vez que esse tema já está sendo amplamente desenvolvido mas não encontrou espaço de divulgação do trabalho e aprendizagens como se esperava. Houve, portanto, neste período, um avanço na sistematização de conhecimentos. Em 2010, a partir do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, onde participavam dois técnicos da equipe, o CETAP recebe dois estagiários que passam a trabalhar diretamente com a temática, em projetos de pesquisa do curso<sup>46</sup>. Os dois estagiários vinculados ao Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, elaboraram suas monografias em temáticas relacionadas aos sistemas agroflorestais. Uma monografia refere-se ao uso e processamento de butiá (*Butia sp.*), e outra uso de sistemas agroflorestais como estratégia de recuperação de áreas de preservação permanente, dentro dos assentamentos assistidos pelo CETAP. Em 2011 encaminhou-se um projeto sobre o tema dos sistemas agroflorestais e uso e valorização de frutas nativas na região de Vacaria em parceria com uma entidade privada.

---

<sup>46</sup> É importante apontar que a avaliação da importância e impacto desses estudos para a entidade são de nossa avaliação, uma vez que o CETAP não dispõe, entre seus documentos, de registros mais contundentes acerca dessa avaliação. Sendo assim, tomamos avaliação da importância desse curso e de seus produtos à partir da análise desses materiais à luz do contexto da entidade. Outras publicações, no entanto, não apenas aparecem nos materiais da entidade, como são debatidas e avaliadas nos relatórios analisados.

#### 4.2.7 Agenda do CETAP no período 2013 – 2016

A descrição do período mais recente da história do CETAP baseou-se, fundamentalmente, em dados coletados junto aos entrevistados, isso porque não obtivemos acesso a totalidade dos relatórios das reuniões de equipe.

O período pode ser caracterizado, de modo geral, como de continuidade das iniciativas e temas assumidos anteriormente, construção de novos projetos, bem como avaliação das ações desempenhadas até aqui. É importante lembrar que, em 2016, o CETAP completa 30 anos de trabalho, o que o leva a um natural esforço de reavaliação de rumos em relação ao futuro da entidade.

A Figura 09 constitui um esquema com resumo das principais temáticas, ações e projetos do período.

Figura 09 – Linha do tempo período 2013 – 2016



Fonte: elaborado pela autora

Temas como comercialização e agroindústrias passam a se inserir nas demais temáticas, mantendo-se, simultaneamente, os esforços anteriores, de caráter mais pontual.

Para o tema das agroflorestas, é o momento de desenvolver ações mais fortemente direcionadas para o desenvolvimento de produtos e consolidação de um

mercado consumidor. O desenvolvimento da Cadeia Solidária das Frutas Nativas, vinculada a SESAMPE, secretaria do governo do estado, já mencionada anteriormente fortalece essa demanda. Ainda, o GT-Agroflorestas, vinculado à mesma secretaria, promove espaços de debate sobre o tema, trazendo aportes técnicos e identificação de ações estratégicas para consolidação das frutas nativas como uma cadeia solidária com potencial de desenvolvimento no estado.

No momento atual, técnicos e colaboradores debruçam-se sobre a temática, buscando avaliar as ações e definir os novos passos, tendo apenas claro que, mais do que ter nos sistemas agroflorestais um espaço para a conservação de áreas florestais ou para estabelecimentos de consórcios de produção, é preciso fortalecer ainda mais o trabalho em rede e a consolidação da cadeia produtiva. A avaliação dos técnicos é que nesse período percebe-se na prática a interrelação entre diferentes temáticas e seus impactos diretos, umas nas outras.

#### 4.3 A GERAÇÃO DE REFERENTES NA AGENDA DO CETAP

No início deste capítulo esclarecemos que, com o estudo de caso, buscaríamos avançar na compreensão da importância concedida pela ONG à geração de referentes e a natureza dos referentes que buscava gerar. Esclarecemos também que, mais do que realizar uma análise do discurso das ONGs sobre geração de referentes, buscaríamos ver como a questão da geração de referentes se incorpora na atuação da organização. Foi necessário, assim, definir uma estratégia metodológica para aproximação à atuação da organização, optando-se por uma aproximação à caracterização da agenda e dos determinantes da mudança na mesma. Tratamos a agenda das ONGs como resultante de harmonização de forças nem sempre convergentes: orientação das financiadoras, das equipes e dos agricultores parceiros.

A reconstituição da atuação do CETAP revela a grande diversidade de sua agenda nos diferentes períodos analisados bem como a complexidade dos fatores determinantes de mudanças na mesma – o que limita o alcance das análises e generalizações pretendidas. Os entrevistados – ao refletir sobre a trajetória do CETAP – enfatizam que este buscou aprender da sua experiência refletindo sobre sua missão institucional e as estratégias mais promissoras para alcançá-la. Como resultado desse processo de reflexão o CETAP – ao longo de sua trajetória –

experimentou diversas orientações – cada qual com implicações específicas para a questão da geração de referentes (ênfatisada nessa pesquisa).<sup>47</sup>

A partir da análise conduzida, identificamos uma diversidade de orientações possíveis, sendo cada período histórico caracterizado por uma combinação destas (as quais trazem implicações para a geração de referentes)<sup>48</sup>:

- orientação ao assessoramento das organizações dos movimentos sociais (o que leva a priorização de suas demandas);
- orientação ao assessoramento de grupos de agricultores visando sua viabilização socioeconômica e a sustentabilidade nas práticas produtivas;
- orientação ao desenvolvimento de comunidades;
- orientação às demandas estruturantes do movimento agroecológico;
- orientação à aprendizagem e geração de referentes em temáticas específicas; e
- orientação à estruturação de cadeias produtivas alternativas.

Ao longo da descrição da atuação do CETAP foram mencionadas as avaliações dos entrevistados (e constantes nos documentos) sobre potencialidades e limites de cada uma destas orientações.

Entendemos que a orientação que concedeu maior importância à problemática da geração de referentes foi a orientação à aprendizagem e geração de referentes em temáticas específicas. Entendemos que foi com essa disposição que o CETAP iniciou seu trabalho com sistemas agroflorestais

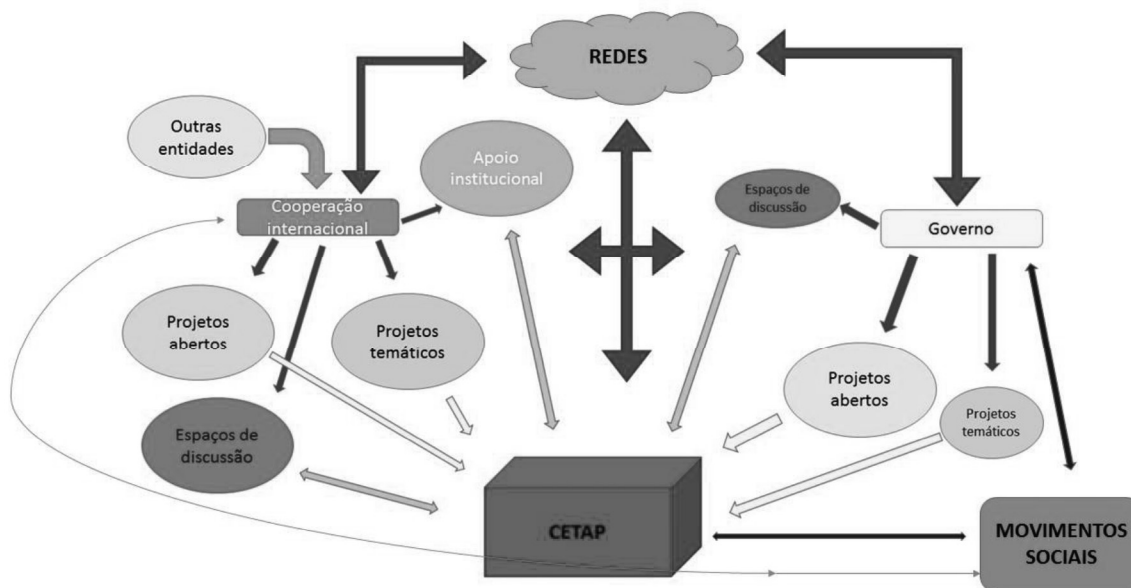
Segundo a pesquisa realizada, a organização da atuação por temática foi sugerida por organizações parceiras num momento específico da trajetória do CETAP, com vistas a superar a fragmentação das ações. Conforme argumentaremos, trata-se de uma forma de organização da atuação que permite trabalho colaborativo em rede.

---

<sup>47</sup> Os projetos, conforme os relatórios analisados, foram se adaptando no decorrer dos anos e, ao analisar esses dados, fica evidente o quanto o próprio processo de discussão e debate acerca da geração de referentes a partir dos projetos, serviu como mote para a readequação e revalidação das orientações organizacionais posteriores e geração de novas referências. O próprio processo de consolidação da agroecologia na entidade fica refletido nos relatórios e sistematizações gerados, especialmente a partir do relato de debates construídos.

<sup>48</sup> Não pretendemos afirmar que esta listagem corresponda ao total de orientações possíveis.

Figura 10 – Esquema representativo sobre as relações do CETAP com parceiros



Fonte: elaborado pela autora

A figura demonstra como se dá o fluxo de troca de informações e de ações entre a entidade e seus parceiros, mostrando as principais diferenças entre ações com os governos e com a cooperação internacional. As relações são estabelecidas basicamente em quatro eixos: apoio institucional (que são ações de apoio entre entidades e que não compreendem, especificamente, o desenvolvimento de um projeto em parceria), espaços de formação (que compreendem todo o arcabouço de espaços que reúnem entidades para discutir sobre prioridades de ações e temas-influenciando, de certo modo, na definição da agência financiadora), projetos abertos (que dão conta de realizar ações amplas na entidade ou que abrangem diversas temáticas) e projetos temáticos (que restringem suas ações à potencialização de uma temática em específico). As setas demonstram como se dá a troca de informações de forma mais geral.

Ou seja, aponta-se para existência de espaços de discussão onde se definem e apontam temas de interesse do movimento (da agência) e que, por isso, terão prioridade de financiamento. A partir daí, a entidade posiciona-se no sentido de aderir ou não ao processo coletivo de aprendizagem em determinado tema, como indica a fala:

*“O tema volta a ser mais forte e ter mais gente em função dos recursos. Assim é a vida: o tema que tem recursos acaba ficando mais forte. Não tem como ser diferente. Mas também tem a questão interna: pode-se optar por gastar mais energia buscando recursos para aqueles temas que se avaliam como mais importantes.” (entrevista02)*

A equipe (entrevistada) avalia que, mesmo com os formatos mais recentes de editais e do acesso à recursos da iniciativa privada, ainda é a entidade que determina onde e como vai trabalhar. Isso por que, ao se ter claro a missão institucional e os objetivos da entidade, ela mantém-se soberana no processo de avaliar em quais projetos vai apresentar propostas e como essas propostas serão apresentadas.

*“se tu tens R\$200 mil para que eu trabalhe um tema, a decisão é minha (da entidade) se eu quero ou não. No momento em que eu sento na mesa para trabalhar contigo, eu sei que vou trabalhar aquele tema, mas a decisão de ir até a mesa debater, é sempre da entidade proponente. (...) Eu acho que esse tem sido até um exercício no qual, em alguns momentos temos maior coerência e em outros talvez, menos, do CETAP: não entrar em projetos que não dialoguem com a nossa perspectiva enquanto entidade.” (entrevista 02).*

A adesão se manifesta pela elaboração de projetos temáticos específicos ou, simplesmente, incorporação desse tema como tema de interesse na atuação diária da equipe. O que se percebe (e segundo a avaliação dos entrevistados), é que a entidade não necessariamente possui projetos norteadores específicos, seja na temática das agroflorestas e frutas nativas, seja em outros projetos da entidade.<sup>49</sup> O que aparece, especialmente nos relatórios, mas reforçado pelo colocado pelos entrevistados, é que o que ocorre geralmente é que projetos amplos (como os de assistência técnica), têm suas ações definidas dentro das temáticas de interesse da entidade, conforme as possibilidades dos referidos projetos. Ou seja: o trabalho é orientado muito mais pela história e objetivos da entidade<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup>É claro que alguns projetos específicos, que são construídos com base em editais abertos ao tema, acabam ocorrendo, como no caso de Vacaria. Os projetos específicos acabam sendo predominantemente aqueles vinculados à financiadores privados, enquanto que os projetos mais amplos estão, em sua maioria, vinculados à editais do governo.

<sup>50</sup>Muito embora isso não esteja colocado de forma pontual, o processo de pesquisa aponta que há temas recorrentes, com maior ou menor grau de relevância. Alguns, como a temática da geração de referências para a produção, acabam sendo constantes na atuação da entidade, mesmo que em alguns momentos estejam menos explícitos nos relatos de reunião de equipe. Isso se deve à dois fatores: um deles pela falta de projetos específicos para trabalhar o tema, e o outro por existirem projetos que demandam mais atenção da equipe de trabalho e, portanto, acabam sendo mais abordados (entrevista02).

Um elemento importante – que se revela nos dados examinados – é que a decisão pela aprendizagem sobre um tema específico pode determinar uma predisposição ao estabelecimento de novas parcerias e, principalmente, à criação ou participação em redes temáticas específicas, como se verificou no caso da temática das agroflorestas e frutas nativas nas quais se observa emergência de grupos de trabalho específicos – onde se definem ações e temáticas de interesse.

Por fim, o estudo do caso remete a particularidades da aprendizagem e diversidade de tipos de referentes gerados. Entre os tipos de referentes, destaca-se a apresentação de alternativas para o agricultor (referentes disponibilizados no plano empírico local – através de cursos, meios de divulgação e outras formas), referentes para as políticas públicas e movimento (a partir de participação em espaços de discussão) e referentes de natureza mais formal (como conhecimento ou proposta tecnológica sistematizada apresentada em fórum acadêmico ou documentada).

Nesse sentido cabe assinalar que, geralmente a noção de geração de referentes remete ao conhecimento ou proposta tecnológica sistematizada. No caso estudado não se pode falar de orientação prioritária à geração desse tipo de referente. Podem ser identificados, no entanto, momentos dessa natureza: elaboração de monografias de estagiários, documentos (publicações como cartilhas), relatórios de projetos e, destaca-se, a importância conferida aos momentos de elaboração de projetos como momentos de síntese de aprendizagem em torno de uma determinada temática. Quando a elaboração de projeto é feita em conjunto com parceiros qualificados, as indicações são de que esse processo se enriquece ainda mais. De qualquer modo, a organização da atuação por temática vem sendo problematizada à luz da perspectiva dos agricultores e das demandas de estruturação de cadeias produtivas alternativas – que requerem integração de temáticas diversas.

Adicionalmente, cabe apontar que o tipo de referente enfatizado em cada período pode ser reflexo da conjuntura, observando-se no período recente valorização das contribuições das ONGs para a formulação de políticas públicas. Como se pode perceber, muito embora entendamos que as ações sempre de são numa via de mão dupla, é mais especificamente nos espaços de discussão formais em torno as políticas públicas que os aprendizados do CETAP são especialmente bem vindos. Esse elemento é importante de ser observado, especialmente quando se pensa na capacidade de as entidades estarem incidindo, junto à governos, na



construção de políticas públicas que atendam às suas demandas. Quando esses espaços de discussão não existem, essa capacidade de incidência fica comprometida, e por conseguinte, acaba influenciando também na constituição de projetos (analisando o quadro de forma holística). Por exemplo, no tema amplo “Frutas Nativas” possibilitou-se a participação do CETAP, junto ao governo do estado, na organização da Cadeia Produtiva das Frutas Nativas, o que deu visibilidade ao tema e a implementação de estratégias e geração de novos referentes por todo o estado, nos anos de 2014 e 2015.

Por fim, cabe destacar que foram reveladas, nas entrevistas, críticas embrionárias à organização da atuação por temática, o que pode levar – nas reflexões sobre estratégias para alcançar a missão da – à valorização de novas perspectivas como a organização por projetos estruturantes viabilizadores da agricultura alternativa (como o das cadeias produtivas de frutas nativas).



## **5 DAS AGROFLORESTAS AO PICOLE DE BUTIA**

Neste capítulo busca-se identificar e descrever os condicionantes e a dinâmica do processo de geração de referentes pelas ONGs agroecológicas a partir de um estudo de caso. Neste sentido, no âmbito do CETAP, focalizamos numa determinada temática (sistemas agroflorestais) e, nesta, na descrição do processo de geração de um referente específico: o picolé de butiá.

Tomamos para estudo o caso do picolé de butiá que, para nós, constitui um caso emblemático, considerando-se a trajetória de aprendizagem do CETAP sobre sistemas agroflorestais, que levou ao interesse pelas frutas nativas, sua industrialização e afirmação de um novo produto junto aos consumidores.

### **5.1 DO TEMA AMPLO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS AO PICOLE DE BUTIA**

#### **5.1.1 Mudanças na abordagem: da formação de agroflorestas aos desafios na comercialização dos recursos**

Como abordado no capítulo anterior, a atuação do CETAP em relação ao tema dos sistemas agroflorestais vem sendo construída de forma contínua e respaldada por debates, espaços de formação e experimentações - que foram permitindo que os técnicos e agricultores que compõe a entidade se familiarizassem e apropriassem da temática.

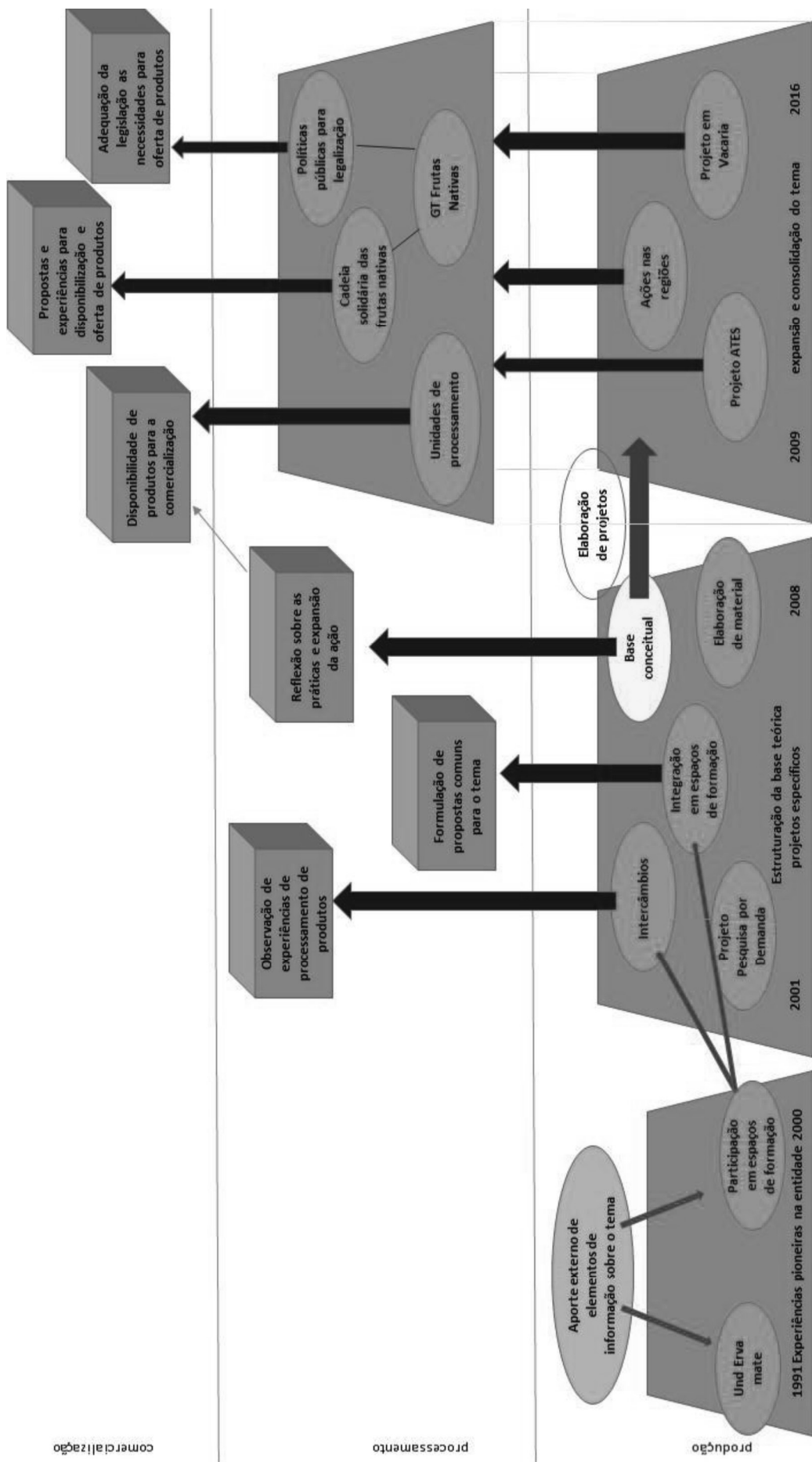
Com base nos documentos da entidade, o marco referencial da inserção do tema dos sistemas agroflorestais no CETAP remete ao convite para a entidade participar de um seminário de formação sobre o tema. Antes disso, segundo relatos das entrevistas colhidas, o tema foi brevemente abordado quando da implantação de um espaço de cultivo de erva mate em área de mata nativa, discutindo-se a utilização de erva-mate para enriquecimento de área florestada (conforme relatado em entrevista02), e, muito embora não se tenha tratado o experimento como implantação de um sistema agroflorestal, já demonstrava uma preocupação com as múltiplas funções das florestas dentro das unidades produtivas.

A evolução de abordagem da temática dos sistemas agroflorestais no âmbito do CETAP é ilustrada na Figura 11<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Neste esquema distinguem-se níveis de evolução da temática, no eixo lateral, onde se observam produção, processamento e comercialização. Horizontalmente, temos a evolução da especificação temática numa linha temporal, e a indicação das principais ações no período, bem como uma demarcação do elemento norteador do mesmo.

Figura 11 - Evolução do tema dos sistemas agroflorestais na história do CETAP



Fonte: elaborado pela autora

Inicialmente, ações pontuais e o aporte externo, a partir da participação em espaços de formação e intercâmbios de experiências, mostraram a potencialidade da temática, no âmbito do trabalho com a agricultura alternativa e posteriormente com a agroecologia.

Pode-se observar que, no início, as ações enfatizavam a dimensão da produção, e eram quase restritas a pequenos ensaios orientados à familiarização com o tema. Num segundo momento, o aprendizado adquirido possibilitou propor um maior número de ações e elaboração de projetos que – uma vez financiados - aportaram elementos para que se evoluísse internamente no conhecimento e debate do tema. Neste contexto, destaca-se a implementação e execução do Projeto Pesquisa por Demanda, no ano de 2001. Podemos considerá-lo, portanto, um importante marco referencial da temática dentro do CETAP. Esse projeto fez com que a temática ganhasse importância dentro da entidade, ao possibilitar que técnicos e agricultores viessem a conhecer melhor a temática e se sentissem mais à vontade para desenvolver as atividades relacionadas, assumindo – a entidade- papel de implementadora de ações que venham ao encontro dessa temática. Assim, podemos dizer que o CETAP inicialmente explorou o tema visando conhecer a potencialidade dos sistemas agroflorestais enquanto formas mais complexas de manejo dos agroecossistemas – com melhor performance quanto a sustentabilidade. Os sistemas agroflorestais<sup>52</sup> – especialmente quando regenerativos análogos<sup>53</sup> - são formas de cultivo que possuem uma concepção ecológica bem mais avançadas do que outros sistemas de cultivos predominantes na agricultura atualmente, pois conciliam a agricultura com a conservação e melhoria da qualidade ambiental dos agroecossistemas locais.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> Segundo Dubois (2008), sistemas de uso da terra nos quais espécies perenes lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras e bambus) são intencionalmente utilizadas e manejadas em associação com cultivos agrícolas e/ou animais. Um determinado consórcio pode ser chamado de agroflorestal na condição de ter, entre as espécies componentes do consórcio, pelo menos uma espécie tipicamente florestal, ou seja, uma espécie nativa ou aclimatada, de porte arborescente ou arbustivo, encontrada num estado natural ou espontâneo em florestas ou capoeiras (florestas secundárias).

<sup>53</sup> Os sistemas regenerativos análogos são uma concepção de sistemas agroflorestais mais complexos, quando se pensa em sua função como aproximar-se dos ecossistemas naturais em seus arranjos. É o conceito mais trabalhado pelo CETAP.

<sup>54</sup> Dentro do projeto de Pesquisa por Demanda, a entidade desenvolveu uma cartilha sobre sistemas agroflorestais, com o objetivo de ter uma linguagem simples e de fácil acesso, mas que também retratasse o trabalho da entidade de forma ampla. Assim, essa cartilha acabou sendo um material de referência para os trabalhos do CETAP dentro do tema dos sistemas agroflorestais

No decorrer da relação com a temática, houve maior interesse no conhecimento das potencialidades de exploração econômica dos recursos componentes dos sistemas agroflorestais. Dessa forma, o segundo marco referencial de importância é a chegada de uma despoldadeira para o trabalho (em 2004). É o uso desse equipamento que permite um olhar mais atento à possibilidade de processamento dos produtos da agrofloresta. Assim, no período 2004/2006 o tema das agroflorestas se aproxima da temática das agroindústrias, através de práticas de processamento e de desenvolvimento de produtos, o que acaba sendo o embrião do uso das frutas nativas aliada ao desenvolvimento dos sistemas agroflorestais. Dessa maneira, incorporaram-se novos elementos na problematização da viabilização de uma alternativa e se optou por agregar, por fim, uma trajetória de aprendizagem no âmbito da comercialização. O desenvolvimento de um produto comercial, por sua vez, põe em interação atores dos mais diversos e traz derivações para as outras instâncias (produção e beneficiamento).

Assim, cada nova iniciativa suscita novos questionamentos e novas propostas, realimentando o processo de aprendizagem em torno do tema dos sistemas agroflorestais, permitindo redefinição de ações que passam a constituir novos referentes<sup>55</sup>.

### **5.1.2 Mudanças na abordagem: sistemas agroflorestais com ênfase em frutas nativas**

O debate sobre frutas nativas vem concomitante com o tema amplo dos sistemas agroflorestais, interpenetrando nas ações desenvolvidas, uma vez que, em se tratando do desenvolvimento de agroflorestas baseadas em sistemas regenerativos análogos, o uso de espécies nativas acaba gerando um produto passivo de ser utilizado comercial e nutricionalmente.

O uso de frutas nativas nos trabalhos do CETAP data do início da década de 2000 (entrevista04), não sendo possível precisar exatamente o ano, uma vez que

---

<sup>55</sup>Embora seja possível aproximar aos caminhos percorridos, não é possível prever exatamente para onde os aprendizados irão direcionar as ações futuras. Por isso, não é possível prever, na linha apresentada, qual é o próximo questionamento que se colocará e será assumido pela organização, e em quais níveis de aprendizagem sobre sistemas agroflorestais impactará, ou mesmo se implicará no discernimento de níveis distintos dos já apresentados, que trará desafios para a aprendizagem e geração de referências.

diversas experiências convergiram no sentido de reforçar a potencialidade destes recursos, destacando-se a participação em espaços e interação com agentes que já vinham trabalhando com as frutas nativas.

Segundo os entrevistados (entrevistas 01, 02 e 04), as primeiras ações com frutas nativas foram desenvolvidas em torno do ano de 2004 nas regiões Alto Uruguai e Encosta da Serra (região de Sananduva), vinculadas, especialmente, ao Projeto Comunidades, desenvolvido em diversas regiões de atuação da entidade. Essas ações tinham como espécies de referência o butiá (*Butia sp.*) e a guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), esta mais restrita a região do Alto Uruguai. Posteriormente, outras espécies como a Jabuticaba (*Plinia cauliflora*) e o Araçá (*Psidium sp.*) foram sendo trabalhadas. Ao mesmo tempo em que se passou a desenvolver experiências com processamento de produtos a partir de frutas nativas, elaborou-se uma proposta de projeto sobre plantas alimentícias não convencionais (PANCs) em sistemas agroflorestais: o “Projeto de Valorização e Uso de Plantas Negligenciadas e Subutilizadas”. Este projeto foi elaborado em parceria com o Centro Ecológico e FNMA. Esse projeto não chegou a “sair do papel”, mas foi considerado como um marco referencial pois gerou vários espaços de discussão e planejamento, atividades de capacitação da equipe e encontros com estudiosos do tema.<sup>56</sup> Assim, segundo os entrevistados, ele “dá a base do trabalho de agroflorestas e uso de frutas nativas até hoje” (entrevista02), ou seja, em sua elaboração definiu-se a base conceitual do trabalho com sistemas agroflorestais e frutas nativas.<sup>57</sup>

No período 2007/2009 foi aprovado outro projeto junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) que visou a implantação de áreas (20 áreas), oficinas com agricultores e implantação de viveiros. É interessante notar que, segundo os entrevistados, esse projeto foi o primeiro que enfatizou a importância da participação

---

<sup>56</sup> Reforça-se com isso, a concepção de que não é apenas de acertos e projetos aprovados que se constrói a história de consolidação de uma referência dentro da entidade: o próprio processo de construção de propostas é capaz de dar bases, quando bem feito, para que outros projetos derivem. Ainda, alia a esse trabalho a ideia de uso e valorização de plantas negligenciadas ou subutilizadas, dando ênfase para as frutas nativas. Isso parte do entendimento de que, ao se resgatar o uso dessas espécies e gerar valores econômicos e sociais para estas, a preservação ganha mais elementos “*Foi lá naquele momento, claro que no caminhar vai se mudando coisas, mas a base conceitual do trabalho se dá nesses encontros. Não no projeto em si, mas no processo de elaboração e construção do projeto, que foram momentos muito ricos de várias conversas e essa coisa toda.*” (entrevista02)

<sup>57</sup> Esse projeto demandou vários espaços de formação e debate, sendo posteriormente apresentado para o FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente), acabando por não ser aprovado.



dos agricultores nos espaços de formação, pois, anteriormente, as oficinas eram basicamente voltadas para a equipe da entidade (pessoal interno). Percebe-se que, nesse período (possivelmente como resultado de prática já adotada anteriormente), ficou claro que as unidades de referência em sistemas agroflorestais encontram-se basicamente, e à exemplo do que acontece nas demais temáticas, dentro das unidades familiares de produção, sendo desenvolvidas pelas próprias famílias de agricultores. Não existe um espaço específico para o desenvolvimento de áreas e nem para a experimentação. As experiências são feitas de e por agricultores. Passa-se a discutir a necessidade de um projeto na área de processamento de frutas para sua colocação no mercado e a criação e fortalecimento de unidades de referência.<sup>58</sup>

Em 2010, estruturou-se o Grupo de Trabalho Frutas Nativas no estado do Rio Grande do Sul. Esse espaço foi constituído de representantes de diversas entidades ligadas ao tema: ONGs, universidades, centros de pesquisa, entre outros, que assumiram a responsabilidade pela estruturação da Cadeia Solidária das Frutas Nativas. A proposta de estruturação da cadeia produtiva das Frutas Nativas, visava à implementação de outro formato de produção, processamento e distribuição de alimentos, numa lógica de estímulo a conservação da biodiversidade local, a partir do incentivo ao surgimento e o fortalecimento de empreendimentos. Os objetivos desse trabalho estão descritos em um dos relatórios gerados pela entidade (DOC03):

- a conservação dos fragmentos florestais nas propriedades e seus recursos genéticos;
- a formação de SAF's biodiversos em áreas que de outra maneira seriam destinadas à pecuária e/ou monocultivos anuais ou perenes. Ao serem incorporados na paisagem, estes fragmentos protegidos, SAFs e Quintais Agroflorestais podem atuar como "*stepping stones*", ou ilhas de regeneração da diversidade e funcionalidade das espécies nativas, conectando assim remanescentes maiores do ecossistema original ainda existentes;
- aumento da diversidade alimentar a partir do uso dos produtos da sociobiodiversidade promovendo desta forma um maior nível de Soberania Alimentar e Nutricional tanto das famílias agricultoras bem como dos moradores urbanos;
- diversificação das alternativas de geração de Emprego e Renda. (DOC03, p. 05 e 06).

Então, muito embora ações com o uso das frutas nativas já viessem sendo realizadas desde início da década de 2000, a primeira oficina com uso do butiá,

---

<sup>58</sup>Essas bases orientaram o trabalho de desenvolvimento e estruturação do trabalho com sistemas agroflorestais e frutas nativas durante os anos seguintes da entidade, colocando-a como referência no estado.

desenvolvida pela entidade data de 2009, dentro das ações do Programa de ATES. Esse programa fortaleceu o trabalho do CETAP na região dos Campos de Cima da Serra, local onde a entidade desenvolveu o trabalho junto aos assentamentos do Núcleo Operacional (NO) Vacaria.

## 5.2 INICIALMENTE, O BUTIÁ








Butiá é o nome comum atribuído a uma espécie vegetal, da família das palmeiras (Araceae). No Rio Grande do Sul, ocorrem diversas espécies do gênero *Butia*, com plantas de diferentes alturas e com frutos com diferentes características específicas. Segundo informações do “Projeto Madeira do Rio Grande do Sul” (REITZ, REIS; KLEIN, 1983) e do site Flora Digital do Rio Grande do Sul<sup>59</sup>, temos a ocorrência de sete espécies, distribuídas por diferentes regiões. Na sequência apresentamos um quadro-resumo das espécies e zona de ocorrência.

---

<sup>59</sup> Disponível em:

[http://www.ufrgs.br/fitoecologia/lorars/index.php?pag=buscar\\_mini.php&especie=210](http://www.ufrgs.br/fitoecologia/lorars/index.php?pag=buscar_mini.php&especie=210)

Quadro 01 - Espécies de Butiá no RS e suas características

Espécie	Características	Ocorrência	Imagem da planta
<i>Butia capitata</i>	Porte de até 5 metros. Frutos em forma de drupa cônica de intenso amarelo com polpa fibrosa, com maturação de dezembro a março.	Regiões de Osório e Torres até a depressão central e dispersando-se pela Serra do Sudeste, até o Uruguai.	
<i>Butia eriospatha</i>	Porte de até 6 metros, frutos em forma de drupa, de cor amarela e com maturação entre janeiro e fevereiro.	Ocorrência específica na Zona dos Campos do Planalto.	
<i>Butia yatay</i>	Porte de até 4 metros de altura. Frutos em forma de drupa e com sabor característico, apresentando alto grau de palatabilidade.	Ocorre na região das missões, vindo desde a Província de Corrientes, na Argentina.	
<i>Butia witeckii</i>	Espécie de ocorrência bem específica, registrada/identificada apenas em 2004 e incluída como espécie em 2011. Frutificação em janeiro e junho.	Habita altitudes entre 300 e 370m.	
<i>Butia lallemantii</i>	Conhecida como Butiá anão, pelo pequeno porte que apresenta. Frutificação em outubro.	Nativa dos campos do sudoeste do estado.	
<i>Butia odorata</i>	Espécie incluída apenas em 2012, com frutificação em novembro.		
<i>Butia catarinensis</i>	Espécie incluída apenas em 2012. Não encontramos maiores informações acerca das características da espécie.	Ocorrência no litoral do estado	

Fonte: elaborado pela autora (imagens e informações das espécies: Flora Digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/index>> e REITZ, KLEIN e REIS, 1983)

### 5.3 QUANDO O CETAP ENCONTRA O BUTIÁ

O trabalho com Butiá se fortaleceu com a atuação do CETAP na região dos Campos de Cima da Serra, local onde a entidade operava como prestadora de serviços no Programa de ATES do INCRA/RS<sup>60</sup> junto aos assentamentos do Núcleo Operacional (NO) Vacaria.

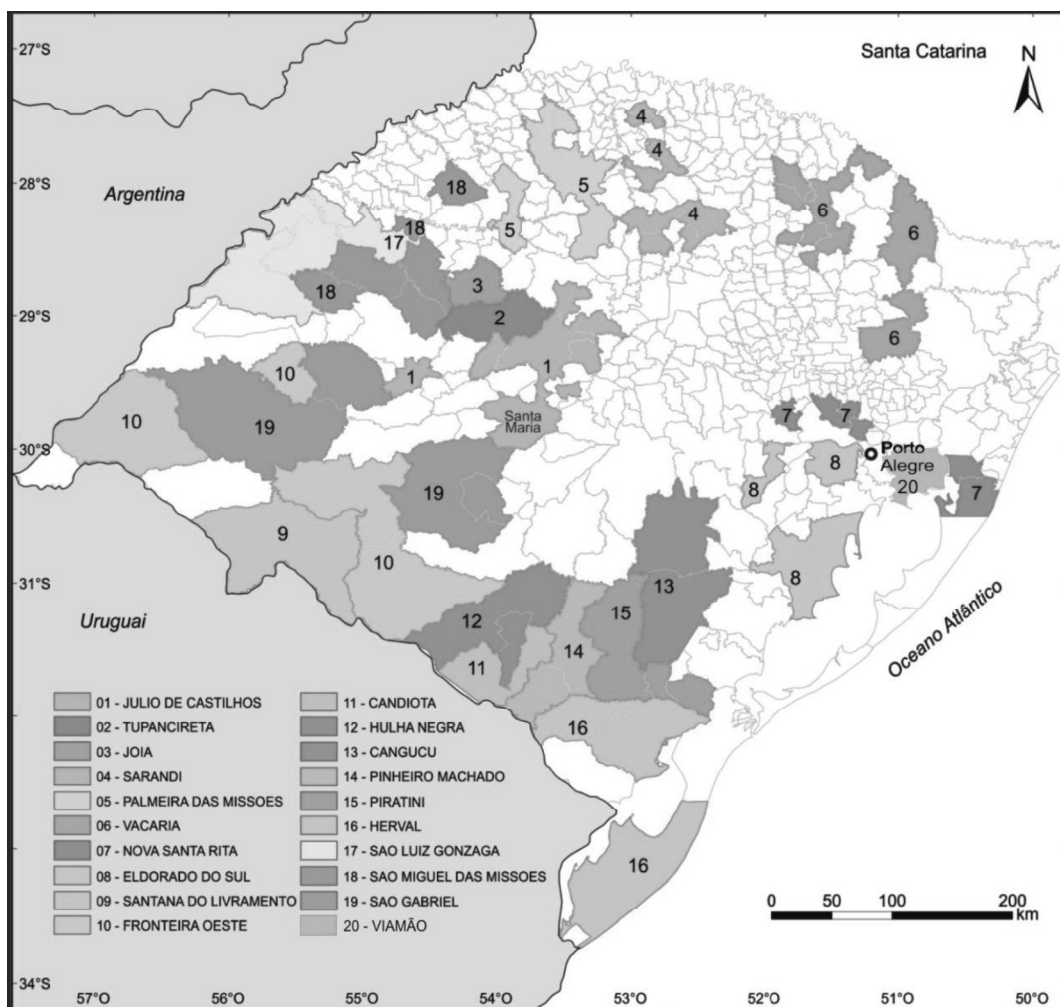
O Programa de ATES é estruturado a partir de Núcleos Operacionais (são 20 núcleos no RS, segundo dados do site da entidade) e o INCRA /RS (gestor do programa) seleciona as entidades prestadoras de serviços para cada núcleo, através do estabelecimento de contratos, mediante concorrências públicas, regimentadas pela Lei 8.666/93 (DALBIANCO, 2010). Na seleção de entidades realizada para início do trabalho em 2009, o CETAP habilitou-se para prestação de serviços no NO Vacaria. Na sequência, um mapa ilustrativo dos NOs existentes no estado.

---

<sup>60</sup> O programa de ATES é um serviço criado pelo INCRA para prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias assentadas pela reforma agrária, de forma integral e continuada. O propósito é assessorar as famílias nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a melhorar a qualidade de vida das famílias, o aperfeiçoamento nos processos de gestão do lote, produção, beneficiamento e comercialização, além de outras questões como bem estar, saúde, educação, saneamento básico, gênero, juventude, preservação do meio ambiente, etc. Para Operacionalização do serviço de ATES os assentamentos foram agrupados regionalmente formando os Núcleos operacionais (NOs) que compõem a célula base do programa de ATES. É em torno do NO que se organiza o trabalho de cada equipe técnica. (disponível em: <http://ates-rs.webnode.com/sobre-nos/> acesso em 12/07/2016).

A ATES tem como objetivo geral: “Prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias dos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar e nutricional, inseridas no processo de produção e voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário”. (MDA, 2008)

Figura 12 – Núcleos operacionais Programa ATES RS



Fonte: site do programa (disponível em < <http://ates-rs.webnode.com/sobre-nos/> >)

Atualmente, o Programa de ATES abrange 304 assentamentos em seus 20 núcleos operacionais, somando 11.395 famílias assentadas e assistidas por uma equipe de 138 técnicos que atuam em 88 municípios.<sup>61</sup> A disposição de atuar como prestadora de serviços de ATES, para o CETAP, foi reforçada pela possibilidade de ter maior presença e atuação em uma região onde, até então, não desenvolvia projetos com impacto significativo.

A atuação do CETAP estava orientada aos objetivos gerais do Programa de ATES. O projeto básico da ATES foi norteado pela adoção de princípios do desenvolvimento rural sustentável, da economia popular e solidária, da agroecologia, adequação de técnicas produtivas às características regionais e promoção de trocas de experiências entre os agricultores (DALBIANCO, 2010, p.72).

<sup>61</sup> Fonte: dados do site <<http://ates-rs.webnode.com/sobre-nos/>> acessado em 12 maio de 2016.

Os contratos preveem um conjunto de metas específicas para a assistência técnica, a serem alcançadas nos diferentes eixos temáticos (social, ambiental e econômico). Assim, embora o CETAP preconize que o técnico busque articular diferentes projetos e temáticas estruturantes dentro das linhas de atuação da entidade, grande parte dos esforços na ATES se concentram no cumprimento das metas.

No que diz respeito ao tema dos sistemas agroflorestais e frutas nativas, vale lembrar que a entrada do CETAP na região dos Campos de Cima da Serra ocorreu num período em que esse tema já estava em franco desenvolvimento na entidade. Dessa forma, uma vez em conformidade com a orientação do Programa de ATES - para a estruturação de processos de desenvolvimento baseados em recursos locais (MDA, 2008) – e, dada a intenção da entidade em fazer convergir ações desenvolvidas nas diferentes regiões e entre diferentes projetos, introduziu-se o tema dos sistemas agroflorestais e frutas nativas na atuação no NO Vacaria.

#### 5.4 O BUTIÁ COMO UMA OPORTUNIDADE

Como já citamos anteriormente, o desenrolar de temáticas dos sistemas agroflorestais e frutas nativas dentro do CETAP sempre avançou a partir de uma prática de troca de experiências e informações com outras entidades, agricultores, agentes da agroecologia (e anteriormente do movimento da agricultura alternativa). Dessa forma, precisar o momento em que o Butiá se colocou como uma oportunidade real e palpável para a estruturação de processos de desenvolvimento local, não é uma tarefa que se possa desenvolver com riqueza de detalhes e primores de exatidão. Usando como base as entrevistas realizadas, foi possível, no entanto, encontrar marcos referenciais que tornaram esta temática (ou ação dentro da temática) significativa. Quando se indaga acerca do reconhecimento da potencialidade do Butiá como um recurso para uso e comercialização, a pessoa responsável pelo empreendimento que desenvolve os produtos relacionados a frutas nativas na entidade é muito enfática: “a participação na “Festa do Butiá”, no município de Giruá [localizado na região das Missões], em 2005, foi o que abriu, para a entidade, a percepção de que o butiá possuía potencial econômico e nutricional para uso” (entrevista 04). Segundo a entrevistada, visualizou-se, na

festa, a gama de produtos e atores (especialmente agricultores<sup>62</sup>) que podem ser mobilizados a partir do butiá.

A partir desse evento, o reconhecimento de que este era um recurso disponível na área de atuação do CETAP levou à proposta de diversificação do número de produtos a ser gerados a partir do butiá e ampliação (com base no que haviam coletado de informações na referida festa) do leque de receitas. Para isso, buscaram sensibilizar atores de entidades parceiras (mais especificamente no CAPA – Erexim), para o desenvolvimento e teste de receitas a serem utilizadas em espaços internos da entidade, a começar pelo jantar ecológico realizado na região do Alto Uruguai, em Erexim. Além desse evento, os produtos seriam ofertados nos demais eventos internos da entidade, para mostrar aos envolvidos que era possível usar as frutas nativas, conferindo-lhes diversidade de utilidade e sabor (entrevista 04). A usual ação de consumir os produtos das receitas nos eventos levou à que, nesses espaços, os próprios participantes demandassem a compra de polpas ou até de produtos pré-processados, como o pastel de frango com butiá congelado.

No ano de 2008, a partir da realização de um Jantar Ecológico, desenvolveu-se uma oficina de processamento de pinhão e produtos a base desta semente. Essa oficina foi precursora das oficinas de processamento de sementes e frutos nativos. Na região do NO de Vacaria o pinhão, semente da *Araucária* (*Araucária angustifolia*), já era utilizada há tempo. O que se percebeu foi que, muito além do uso para consumo cozido ou assado, diversas famílias tinham o costume de utilizá-lo de outras maneiras, em pães, bolos, doces, etc. E, assim como o pinhão, começou-se a perceber que outros produtos possuíam a mesma característica, entre eles o butiá. Ao contrário do pinhão, que já encontrava vários usos, o butiá era mais usado para o preparo de sucos e licores e alimentação dos animais, não se identificando muitas variações de uso culinário junto às famílias.

Em 2009, portanto, ao se identificar no assentamento Nova Esmeralda, no município de Pinhal da Serra, conflitos socioambientais referentes ao uso de áreas de potreiro com grande ocorrência de butiás, percebeu-se uma oportunidade. Algumas famílias do assentamento possuíam áreas relativamente grandes (em relação ao tamanho total das unidades de produção) de potreiros, e consideravam

---

<sup>62</sup> A importância de visualizar o envolvimento de agricultores dá-se pelo fato de que, nos objetivos do trabalho com as frutas nativas, está a inclusão dos agricultores e desenvolvimento de produtos para a colocação especialmente nas feiras, onde participam.

que a alta densidade de pés de butiá “atrapalhava” o pastejo do gado. A densidade exata da ocorrência de butiás não pode ser precisada pela carência de informações nesse sentido, mas segundo relato dos entrevistados, a densidade era suficiente para provocar restrições de uso dos poteiros (uma vez que o butiá, por correr risco de extinção, não podia ser cortado) e, por isso, determinante para o comprometimento da renda das famílias. Dessa maneira, tornou-se um desafio buscar alternativas para o uso racional das áreas, através da associação do pastejo com o manejo dos butiazais, e este desafio foi assumido pela equipe técnica do CETAP.

Os técnicos, juntamente com os agricultores, entenderam que todo o produto ou espaço ao qual era possível atribuir função ou renda haveria de ser mantido.<sup>63</sup> Especificamente no caso do assentamento, tendo em vista a restrição de tamanho dos lotes, com média de 15 a 20 hectares, havia uma pressão para utilização de todo o espaço disponível. E, com vistas a identificar uma opção de manejo, que tornasse possível manter a atividade sem no entanto incorrer em um crime ambiental, os técnicos buscaram estratégias para contornar a questão mediante aproveitamento econômico do Butiá. Assim, o uso das frutas nativas acabou sendo um grande aliado para assegurar a preservação da espécie e conservação da área. Neste esforço de explorar as alternativas de aproveitamento econômico do Butiá foram desenvolvidas diversas ações identificando-se que o mesmo, reconhecidamente, possui potencial como matéria prima para artesanato<sup>64</sup>, alimentação do gado, produção de bebidas e alimentação humana. Esses usos são confirmados pela literatura consultada na descrição das espécies deste gênero, identificadas em seção anterior.

Como parte do registro e visando à disseminação dessas possibilidades, o CETAP elaborou alguns materiais impressos sobre o uso do butiá, como folders e cartilhas (bem como das demais frutas nativas) e alguns técnicos e estagiários,

---

<sup>63</sup> Ora, unidades de preservação são vistas, geralmente, como espaços sem muita utilidade para a unidade produtiva, por mais esforços que os técnicos façam para demonstrar os valores da conservação e preservação dos remanescentes florestais, que vão além do econômico. Isso porque a realidade da maioria das famílias é de pequenos espaços de terra, onde cada canto é visto como uma oportunidade de gerar renda e melhorar as condições de vida da família. Mais que isso, criou-se uma cultura de que o terreno precisa estar limpo, o poteiro livre de qualquer “mato”.

<sup>64</sup> Há relatos, por parte dos moradores do local, de que houve, no passado, uma vasta rede de utilização de palha de butiá como matéria prima para artesanatos de desenvolvimento de colchões, por exemplo. Ao se andar pela região, ainda é possível depara-se com antigas estruturas para o beneficiamento dessa matéria prima.



desenvolveram pesquisas na temática, vinculados ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (Residência Agrária)<sup>65</sup>, que foram desenvolvidos especificamente nos assentamentos dentro da temática dos sistemas agroflorestais e frutas nativas.

## 5.5 DA OPORTUNIDADE AO PRODUTO

### 5.5.1 Quando a despoldadeira encontra o Butiá

Quando, em 2009, o CETAP realizou a primeira oficina de despoldadeira de butiá, incluiu as frutas nativas em um processo de desenvolvimento de estratégias para agroindustrialização dos produtos dos agricultores assistidos pela entidade.

Rememorando, citamos em capítulo anterior que, em 2004, a entidade adquiriu uma despoldadeira. Esse equipamento veio para o avanço do trabalho em uma linha temática específica – agroindústrias - isso porque se entendia que era o momento de se criar estratégias de agregação de valor, junto às famílias, para a oferta de produtos processados (ainda que minimamente), para o público consumidor. Desde então, a entidade vinha apoiando a estruturação de pequenas unidades de processamento junto às famílias interessadas. Não existem dados precisos sobre o número de oficinas realizadas, mas sabe-se, através dos relatórios analisados, que durante esse período várias ações de apoio à agroindustrialização foram desenvolvidas. Neste contexto, o trabalho do CETAP priorizou a formação (mediante oficinas) visando aprendizagem, aprimoramento nas técnicas de fabricação e desenvolvimento de produtos, usando como matéria prima os produtos disponíveis nas unidades familiares. A despoldadeira assumiu um papel importante, pois trata-se de um equipamento que permitia separar com rapidez, as sementes, casca e bagaço das frutas, da polpa, dando agilidade ao processo de beneficiamento posterior, além de diminuir consideravelmente a penosidade do trabalho. Basicamente, trata-se de um sistema que, por meio de centrifugação e bateladas, resulta num produto pronto para a embalagem (no caso das polpas *in natura*) ou para uso no preparo de outros produtos mais elaborados.

---

<sup>65</sup> O *Residência Agrária* é uma proposta por meio da qual se oferecem as *condições de estágio de vivência e especialização para estudantes graduados* que tenham interface com os projetos de desenvolvimento dos assentamentos e com seus processos educativos que os beneficiários realizam nestas áreas. (MOLINA et al. 2009)

O modelo de despoldadeira adquirido é semelhante ao apresentado na Figura 13.

Figura 13 – Modelo de Despoldadeira de frutas



Fonte: [www.bazarbig.com.br](http://www.bazarbig.com.br) (acesso em 10 de julho de 2016)

### 5.5.2 Despoldadeira X Butiá: estabelecimento de uma relação

A realização da primeira oficina de despoldagem de Butiá marcou, dentro do CETAP, o início da prática de processamento das frutas nativas (ainda que um pré processamento).

Muito embora as regiões do Alto Uruguai e Encosta da Serra já contassem com algumas iniciativas de uso das frutas nativas (mais precisamente de guabiroba), a prática da despoldagem ainda não estava difundida.

Além disso, não haviam disponíveis muitas informações, dentre os atores parceiros, acerca dessa prática. O trabalho se desenvolveu, portanto, através da experimentação.

A despoldagem do Butiá apresentava desafios técnicos pois trata-se de um fruto com caroço relativamente grande e de alto grau de dureza, e algumas variedades apresentam polpa bastante fibrosa. Assim, a despoldagem do butiá necessitou de alguns

ajustes tecnológicos. Relata-se que a principal problemática tecnológica dizia respeito à necessidade de se reforçar as emendas das peneiras utilizadas, uma vez que a força resultante da aceleração centrífuga, nas paredes da peneira, era tal que as emendas (preparadas para frutos de sementes maleáveis, como o tomate) acabavam por romper-se (entrevista 04). Dessa forma, embora os investimentos para a adaptação do equipamento não tenham sido de grande volume, o processo de aperfeiçoamento do equipamento foi gradual, pois além da adaptação do equipamento já disponível, era preciso descobrir se haviam materiais com maior resistência para uso. O processo de adaptação, segundo os entrevistados, foi fácil e de simples execução, requerendo apenas a identificação previa das deficiências que o equipamento apresentava e das formas de saná-las. A cada equipamento adquirido, portanto, foi-se evoluindo, até chegar a equipamentos que, segundo os entrevistados, hoje podem ser adquiridos e utilizados sem a necessidade de adaptação, uma vez que suas marcas são mais adaptadas às necessidades das frutas nativas, especialmente do butiá. O entrevistado 04 alega, inclusive, que, atualmente, as despoldadeiras possuem um sistema de palhetas para a despolda, que é mais adequado à despolda do butiá, e que facilita enormemente o trabalho de manutenção do equipamento.

### **5.5.3 Despoldar butiá para que? Inovando e brincando no CETAP**

Como já foi dito, o espaço de divulgação dos produtos sempre foi alicerçado nos encontros entre entidades e atores da agroecologia, especialmente aqueles que atuam na temática dos sistemas agroflorestais e frutas nativas. Da mesma maneira, as formas de uso dos recursos foram definidas nesses encontros, feiras e demais espaços de formação.

O que se percebeu, segundo os entrevistados, foi que, em havendo a apresentação dos produtos (especialmente com a promoção de oficinas de processamento), havia procura/ demanda (entrevista 04). Isso reforça a importância da atuação em rede constituída pelo encontro dos diferentes atores e dos espaços de formação que também operam como espaços de encontro e troca de informações entre as entidades e demais atores vinculados à Agroecologia. Da mesma forma, portanto, que se colhe informações, também se devolve. E foi assim

que os técnicos do CETAP divulgaram os produtos das agroflorestas e difundiram suas possibilidades de uso, através das oficinas de processamento.

As receitas desenvolvidas, em sua maioria, tiveram como fonte, primeiramente, a observação do potencial de uso da fruta, através de consulta bibliográfica, intercâmbio de informações sobre uso tradicional (cultural) da fruta e, na sequência, o trabalho avançou mediante adaptação de receitas convencionais para uso das frutas nativas em sua composição. As receitas a divulgar em determinada oficina deveriam ser escolhidas levando-se em conta: a diversidade e disponibilidade daquela fruta na região onde se desenvolveria a oficina (esse ponto garante que a oficina vai ser aproveitada no dia a dia dos participantes, especialmente no quesito de uso de elementos locais disponíveis em suas propriedades ou nas feiras -no caso de consumidores urbanos); facilidade de execução da receita (permitindo a execução mesmo por aqueles sem muita intimidade com a culinária) e, por fim, relação com receitas conhecidas (mas adaptadas), como pastéis, sobremesas, entre outros, garantindo a popularidade. (entrevista 04) Nesse interim, além de levar receitas, muitas vezes desenvolveram-se receitas no local, conforme sugestão e análise dos participantes e também realizou-se muita troca de receitas. Considerando-se este conjunto de fatores, avalia-se que, atualmente, o CETAP possui um leque de cerca de uma centena de receitas à base de frutas nativas e pinhão.

## 5.6 AVANÇANDO, DA COMERCIALIZAÇÃO EM DIREÇÃO A POLITIZAÇÃO DO CONSUMO

O Encontro de Sabores nasceu na perspectiva de dar mais agilidade para um processo em andamento. Em 2007, ano de sua fundação, várias ações, tanto na temática de agroindústria, quanto de frutas nativas, já estavam em franco desenvolvimento. A partir disso, avaliou-se a necessidade de haver um empreendimento que atuasse como agente facilitador dos processos de comercialização (compra e venda) dos produtos dos agricultores assistidos pelo CETAP.

O empreendimento nasceu, então, com o propósito de fortalecer o circuito de venda dos produtos da agricultura familiar. Estabeleceu-se como um ponto de “encontro” nas rotas de comercialização da agroecologia e da economia solidária,

servindo como um ponto de referência para o estabelecimento da rede de comercialização dos produtos. Em 2007, comercializavam-se, basicamente, grãos e sementes. Para dar vazão aos demais produtos, especialmente as frutas e processados de frutas, designaram-se, dentro do CETAP, três pessoas para tomar a frente do empreendimento e animar o tema. A partir daí

O Encontro de Sabores é um empreendimento da Economia Solidária que, juntamente com o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), realiza um trabalho de valorização das frutas nativas nas regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, oferecendo uma série de produtos, como polpas, doces e salgados.

A atividade integra diferentes frentes de atuação para a promoção da Agroecologia e da Economia Solidária, buscando aliar a preservação e manutenção dos recursos naturais com a oferta de produtos saudáveis e acessíveis aos consumidores.<sup>66</sup>

De início, diversos elementos contribuíram para dificultar este empreendimento. Em 2011, uma pessoa foi designada para tomar a frente do empreendimento, desenvolvendo produtos à base de frutas nativas e divulgando seus usos, através da participação em eventos e desenvolvimento de novas receitas (entrevista04). Muito embora o uso de frutas nativas já estivesse presente (sendo inclusive um dos motivadores para a iniciativa ter um responsável exclusivo), é nesse período que o tema ganha destaque definitivo no empreendimento.

Nesse mesmo período, várias ações estavam sendo desenvolvidas em torno dos temas de sistemas agroflorestais e frutas nativas, projetos estavam sendo apresentados, espaços de debate se consolidando, conforme descrito em capítulos anteriores. Nos anos de 2012 e 2013, com a estruturação e consolidação da Cadeia Solidária das Frutas Nativas junto a SESAMPE<sup>67</sup>, a possibilidade de estabelecimento de uma rede de parcerias se concretizou, fazendo com que, em todo o estado, iniciativas de uso e valorização das frutas nativas se multiplicassem. Nestes termos o CETAP e o Encontro de Sabores podem ser considerados precursores (juntamente com o Centro Ecológico Litoral e ANAMA) desse processo, e por isso acabaram sendo demandados para diversas ações e atividades dentro da rede de parceiros. Para dar conta das demandas, a SESAMPE disponibilizou diversos

---

<sup>66</sup> Disponível em; <<http://comerciojustofld.com.br/page/encontro-de-sabores/>> acesso em 10 julho 2016).

<sup>67</sup> Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa do Governo do Rio Grande do Sul,

equipamentos e também veículos de transporte, qualificando a infra estrutura para uso das frutas nativas.

Como resultado deste trabalho, diversas unidades de pequeno porte para processamento foram organizadas: pequenas salas de processamento em grupos familiares, para comercialização de produtos em feiras e venda direta aos consumidores, com toda a infraestrutura mínima exigida pela legislação e com condições de sanidade condizentes. Estabeleceram-se parcerias para o escoamento de produtos e, nos espaços de formação, passou-se a discutir estratégias para aumentar a variedade de oferta de produtos e fortalecer a identificação do consumidor com as frutas nativas. Nesse contexto surgiu a proposta de se desenvolver uma linha de picolés a base de frutas nativas. Tal proposta partiu do suposto que, à exemplo do que acontecia com os sorvetes, os produtos teriam boa aceitação no mercado.

Com a viabilização da compra do equipamento necessário, uma sorveteria de Vacaria, em parceria com o Encontro de Sabores, passou a desenvolver os picolés de frutas nativas. Para desenvolver as receitas, a sorveteria valeu-se das receitas que já utilizava para outros picolés, necessitando, apenas, ajustar quantidades e eliminar o uso de leite na fabricação, pelo grau de acidez elevado das polpas.

Abaixo os rótulos dos picolés fabricados (cedidos pelo Encontro de Sabores):

Figura 14 – Rótulos de picolés de frutas nativas



Fonte: cedido pelo empreendimento Encontro de Sabores

Como se pode observar nas informações do rótulo, o Encontro de Sabores entra como um comercializador dos picolés, em parceria com o fabricante<sup>68</sup>.

## 5.7 DO PRODUTO AO NEGÓCIO

Dentre as muitas demandas e parcerias estabelecidas, um caso emblemático é o de uma sorveteria em Torres, no litoral norte do RS. Essa sorveteria, a partir da participação em espaços de diálogo com os atores da cadeia produtiva das frutas nativas, no ano de 2013, propôs uma parceria com as entidades envolvidas na temática, para o fornecimento de matéria prima para o desenvolvimento de uma linha de sorvetes a base de frutas nativas.

Os sorvetes, até então, eram feitos de forma rudimentar com receita “caseira” e sem grandes possibilidades de armazenamento. O que a sorveteria se propôs foi de desenvolver e testar receitas que facilitem processos de comercialização, ou seja, gerem produtos palatáveis, visualmente atraentes, possíveis de serem armazenadas e com consistência e cremosidade agradáveis.

Até recentemente esse empreendimento era o único, à nível de estado, que desenvolvia esses produtos, ainda que os aprimorando a cada receita. Nos últimos 3 anos, no entanto, outros empreendimentos estão se somando: um no município de Vacaria (nos Campos de Cima da Serra do RS) e outro na região da serra.

A avaliação, no início de 2016 foi de que o processo de comercialização dos sorvetes foi satisfatório. Observa-se carência de uma estratégia que incentive o consumo de produtos a base de frutas nativas, que explore a identidade com a proposta, para que as vendas ganhem impulso. No entanto, a avaliação dos parceiros é de que a venda de produtos é suficientemente satisfatória, assegurando a continuidade da relação de parceria (entrevista04).

## 5.8 ANTEVENDO O PROXIMO PASSO

Nesse sentido, uma questão importante quando se trata das perspectivas para o trabalho com sistemas agroflorestais, é a questão da comercialização e do

---

<sup>68</sup> Tal parceria torna-se necessária uma vez que - como o processo de legalização das polpas ainda está em vias de finalização - ainda existem entraves para a comercialização do produto.

processamento dos produtos. O aproveitamento dos produtos é um elemento que vem sendo trabalhado dentro da temática desde meados da década de 2000, pelo entendimento da importância do uso dos produtos da agrofloresta e geração de renda com estes.

Partindo exatamente deste entendimento da importância do processamento, dá-se conta também da necessidade de se organizar sistemas de escoamento desses produtos. Daí a organização, por exemplo, da Cadeia Solidária das Frutas Nativas.

Para se avançar no processo de qualificação de processamento e comercialização, é preciso que existam políticas públicas que viabilizem o uso dos produtos da floresta. Para isso, a incidência política é um fator de suma importância. Embora avalie-se, por parte dos entrevistados, que os avanços estão aquém das expectativas criadas, alguns avanços são reais e importantes.

Nos últimos 12 anos foi possível avançar-se especialmente no que concerne à leis que permitem o uso dos elementos florestais desde que com manejo adequado e seguro das áreas. Devido ao trabalho constante de incidência junto aos governos, hoje já se pode contar com brechas nas leis ambientais que permitem o trabalho dentro da temática sem que se incorra contra o Código Florestal, por exemplo.

No Rio Grande do Sul, hoje conta-se com um sistema de certificação de áreas de manejo agroflorestal, junto a SEMA, tornando nosso estado o primeiro do país a ter uma regulamentação e autorização ambiental para manejo de agroflorestas. À nível de país, recentemente foi aprovada uma portaria interministerial do Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social, que reconhece as frutas nativas como de interesse social, permitindo que a legalização do processamento dos produtos seja facilitada. Essa portaria substitui a regulamentação que orientava o trabalho até então, que era regido pela Lei da Mata Atlântica. Isso faz com que, quem trabalha com esses produtos, no Rio Grande do Sul, por exemplo, desde que esteja dentro do processo de certificação estadual e regido por essa portaria, tenha seus produtos totalmente legalizados.

O grande desafio agora, segundo os entrevistados, está em saber usar essas ferramentas que foram conquistadas, de forma a qualificar o trabalho na temática e não deixar que esses instrumentos sejam banalizados no sentido de usar indiscriminadamente os remanescentes florestais.



Outra faceta da incidência política, são as relações com as organizações da sociedade, que trabalham, especialmente, na popularização e divulgação da proposta. Nesse sentido, a avaliação é de que as perspectivas são positivas, pois muitas entidades estão se engajando na proposta de desenvolvimento de sistemas agroflorestais.

Dessa forma, as perspectivas de trabalho dentro da temática no CETAP estão voltadas para a execução de projetos em diferentes fases, atualmente, e em diversos segmentos e frentes de trabalho. Ao pensar sobre o próximo passo o olhar tanto se dirige para o futuro quanto para o passado. Identifica-se o aceno de novas oportunidades no desenvolvimento do tema das agroflorestas mas com perspectivas divergentes.

Alguns projetos, como o “Rural Sustentável”, do BID e do MAPA, são pensados dentro da perspectiva do modelo neoliberal para sequestro de carbono. Por outro lado o tema se alia, definitivamente, a questões de soberania e segurança alimentar e nutricional, pelo reconhecimento do potencial nutracêutico dos produtos que vêm sendo trabalhados (especialmente as frutas nativas). Isso porque *“esse sempre foi o nosso objetivo: produzir alimentos que tragam valor nutricional para as pessoas e qualidade ambiental. O tema está conseguindo adentrar nessa questão da alimentação de forma bem interessante”* (entrevista02), estando, inclusive, dialogando com outras entidades e associações que trabalham especificamente com o tema, não estando necessariamente orientadas para a agroecologia.

Com isso, avalia-se que, sobre os aprendizados, o momento é de repensar as ações e desenvolver novas estratégias. Atualmente, a entidade passa por um processo de reavaliação das ações com sistemas agroflorestais e frutas nativas.

Um dos elementos apontados, por parte dos entrevistados, é que o esforço de inclusão de diversos tipos de colaboradores no processo, com diferentes graus de inserção dentro da temática, levou à uma falsa ideia de que o tema estava sendo tratado de forma superficial (entrevista02). Ou seja, avalia-se que, atualmente, o movimento de trabalho dentro da temática é muito mais no sentido de qualificar a metodologia, de forma a ter sistemas mais complexos mesmo que de forma menos inclusiva. É claro que, a abrangência adotada até aqui, facilitou a capilarização do tema, mas ao custo da fragilização de outros elementos que hoje são vistos como mais importantes.

Dessa maneira, a avaliação tida atualmente é de que é muito mais vantajoso se trabalhar com processos de agroecologização do que com implantação de agroflorestas, prestando a atenção, especialmente, nos sistemas tradicionais de cada região abrangida. A utilização de áreas que já possuem algum grau de importância econômica para as famílias faz com que o trabalho não corra o risco de cair na vala de dar simples utilidade à áreas até então inutilizadas, por localização ou condições do local. Somado à isso, não sobrecarrega os produtores, pois uma área a mais para manejo, por menos mão-de-obra que demande, ainda é uma demanda de maior uso dessa mão-de-obra, que muitas vezes já é escassa.

O maior conflito se dá no âmbito de não deter autonomia suficiente para aproximar o desenvolvimento dos espaços de reflexão com as práticas que deveriam surgir a partir disso. Esse é um elemento central, pois é uma problemática apontada em outras temáticas também: a dinâmica na qual as ações e projetos são desenvolvidos, muitas vezes impedem que os processos de sistematização se desenvolvam plenamente. São diversos os espaços onde se debatem temas e ações, mas poucas vezes isso é documentado de forma satisfatória (lembremos da indicação posta, anteriormente, de que a entidade necessitava de mais materiais sobre frutas nativas e sistemas agroflorestais). Isso gera a existência de um vácuo entre os acúmulos que se adquire e a efetivação dessas técnicas, especialmente no que diz respeito à replicabilidade.

As indicações são de que um novo ciclo de aprendizagem se inicia, justamente à partir da análise e reflexão dos elementos e aprendizados percebidos até aqui.

## 5.9 FAZENDO UM CAMINHO E COLHENDO FRUTOS

O primeiro elemento a considerar ao identificar e descrever os condicionantes e a dinâmica do processo de geração de referentes pelas ONGs agroecológicas é que a temática surge (segundo relato dos entrevistados, aparecendo em todas as entrevistas), a partir da observação de elementos externos. No caso da temática agroflorestal, por exemplo, um dos entrevistados (entrevista 02) cita o fato de que o CETAP desenvolvia algumas iniciativas relacionadas, mas não as percebia como opção de manejo complexo de agroecossistema. Menciona-se que, no início dos anos 1990, monta-se um espaço experimental de cultivo de erva mate em meio de

mato, em Pontão (RS). O manejo proposto partiu dos princípios de cultivo em sombreamento e enriquecimento para aproveitamento de floresta. Assim, uma visão sistêmica somente foi incorporada depois que se participou de espaços de problematização que introduziram essa visão e quando foram incorporados à equipe técnicos da entidade que participavam de espaços de formação junto à organizações que davam maior ênfase ao tema dos sistemas agroflorestais.<sup>69</sup> Isso reforça o entendimento de que, muito embora o trabalho com a agricultura ecológica, dentro do universo da Agroecologia e das tecnologias alternativas, esteja pautado na valorização da agricultura tradicional, com base em elementos locais (de cultura, agroecossistema, entre outros), ele não se faz isoladamente. Tal observação reforça a importância de que as entidades estejam em permanente contato, para que os debates extrapolem as suas realidades.

Um segundo ponto a destacar é o movimento no sentido de criar referentes para a Agroecologia a partir de elementos locais de análise e produção. Nesse sentido observou-se um esforço - não apenas de entender o que se estava sendo praticado em outras entidades e espaços - mas trazer para dentro da entidade experiências práticas que fossem capazes de demonstrar a relevância e aplicabilidade da temática no contexto local (no caso os sistemas agroflorestais), fornecendo elementos para avaliar a conveniência de priorizá-la.

Por fim, esse exemplo também traz a base para refletir sobre o processo de geração de alternativas que contribuam para a viabilização dos agricultores familiares (o que se aproximava à missão original das ONGs de desenvolvimento rural). Segundo apontam Weid e Almeida (1988), as tecnologias alternativas foram, num primeiro período, vistas como o instrumento que permitiam fortalecer a capacidade econômica, bem como de resistência para a permanência dos pequenos

---

<sup>69</sup>Trata-se, então, de revisão de concepção sobre a orientação da prática. Ao se introduzir um plantio de erva mate em meio ao elemento florestal local, o pensamento que se dava era muito mais no sentido de dar utilidade e função ao elemento florestal, buscando a sua preservação através de sua utilidade produtiva. Isso faz com que se crie entre os agricultores uma ideia de que o sistema agroflorestal nada mais é do que uma forma de se preservar floresta. Isso enfraquece o argumento (na região), de que o sistema agroflorestal deve fazer parte do dia a dia da produção. Com isso, o que se tem é uma cultura de que as agroflorestas servem simplesmente para dar utilidade à uma área que antes era reservada a preservação ou conservação de elementos florestais e que elas, por si só, não podem ser consideradas como o “carro chefe” na produção da família. Embora a área tenha sido abandonada pouco tempo depois, lança alguns pilares importantes para a introdução do debate do uso e implantação de sistemas agroflorestais. O que só posteriormente acaba amadurecendo na forma de um elemento de importância para o trabalho com sistemas agroflorestais: a valorização dos elementos nativos para a produção. No exemplo acima, trata-se de plantio de erva mate em mato nativo, mas já é um embrião do que depois se denomina como “uso e valorização das espécies nativas”, que culmina em debates e formação de cadeias produtivas que posteriormente aparecerão.

agricultores no campo<sup>70</sup>. Ou seja, o sentido das tecnologias alternativas deveria ser apreendido considerando-se os anseios gerais dos movimentos sociais mas também, mais especificamente, os desafios imediatos da luta pela permanência na terra, a necessidade de indicar alternativas que proporcionassem aos agricultores condições de permanência na terra, através de proposta produtivas concretas e passíveis de serem incorporadas.

Em relação à trajetória de aprendizagem percorrida, partiu-se da problematização da temática agroflorestal, percorreu-se o caminho dos desafios da sustentabilidade dos sistemas agroflorestais, se percebeu o valor das frutas nativas e se desenvolveu um produto comercial (genericamente denominado “o picolé de butiá”). O entendimento de que projetos diferentes geram impactos em áreas diferentes, mas interligadas, fica evidente em muitas passagens de dados analisados. Ainda, a questão da multidisciplinariedade é ressaltada quando esses projetos aparecem incidindo em áreas diversas, reforçando a ideia maior de pensar a produção como um sistema complexo, e não a partir de componentes isolados. Ou seja, uma estratégia de aprendizagem implica priorização de uma temática e definição de um projeto estruturante em torno a esta temática (cadeia produtiva, por exemplo). A partir daí uma demanda vai levando à outra, promovendo interligações temáticas e, nestas inovações diversas. Neste sentido, na viabilização de uma alternativa para geração de renda (novo produto, por exemplo) perde-se (na multiplicidade) a possibilidade de enumerar referentes específicos gerados uma vez que há necessidade contínua de inovação-adaptação.

Assim, analisado isoladamente pode ser considerado uma “proposta” alternativa ao modelo de agricultura convencional. Ao avaliar a qualidade da “proposta” há que se questionar a viabilidade do estabelecimento desse tipo de parceria, e como ela pode beneficiar os atores envolvidos, bem como o consumidor final (em função do valor agregado ao produto, quando de mais atores envolvidos na comercialização). Como estamos trabalhando com empreendimentos da economia solidária, trata-se, basicamente, de pequenos empreendimentos que, em sua essência, estão voltados para o mercado local (no caso do fabricante dos picolés). Ao estabelecer essa parceria, o empreendimento se fortalece pela ampliação do seu leque de oferta de produtos, bem como pelo aumento da demanda por produtos, o

---

<sup>70</sup> O uso do termo “pequenos agricultores no campo” se refere à uma expressão usada pelo autor.

que alavanca o empreendimento e populariza sua marca. Ao mesmo tempo, os agricultores e demais atores ligados a produção das frutas nativas encontram nesse parceiro um canal para desenvolver mais produtos, ampliando as opções para o público consumidor e com isso escoando maior quantidade de produtos. Com isso, tendo o Encontro de Sabores como o representante designado para dar conta desses trâmites, esse se beneficia pela possibilidade de ampliar seu mercado e, com isso, qualificar a rede de distribuição de seus produtos, observando-se ainda que, pela negociação de preços dentro dos critérios da economia solidária, o consumidor não será penalizado com valores agregados abusivos no produto final.

Entretanto, numa visão mais ampla não parece conveniente avaliar as propostas com base em seu formato num determinado momento do tempo, visto que estão e permanente aperfeiçoamento. Então, o mais importante nesse processo é perceber que – pela incidência em âmbitos diversos – se criam as condições de avançar no aperfeiçoamento e viabilização da proposta.



## 6 RENOVAÇÃO DE PERSPECTIVAS SOBRE A GERAÇÃO DE REFERENTES

O presente capítulo trata dos condicionantes e da dinâmica do processo de geração de referentes pelas ONGs agroecológicas.

O trecho abaixo, retirado de um material de formação interna do CETAP, datado de 1990, foi o ponto de partida da teorização apresentada nesse capítulo. Ele ilustra o movimento no sentido de apresenta-lo como processos de reflexão cíclicos e cada vez mais qualificados:

Quando nos deparamos, na nossa atividade prática, com uma dúvida de natureza técnica, o que fazemos? Em geral, depois de discutirmos algumas hipóteses com os companheiros na equipe, e se não tivermos encontrado uma resposta que nos seja satisfatória, buscamos informações sobre outras experiências semelhantes ou em material técnico especializado. Este momento de reflexão/ discussão ou leitura- estudo do problema surgido, podemos chama-lo (para facilitar a compreensão da nossa linha de raciocínio) de momento teórico. Suponhamos que nesse processo de busca de respostas encontramos uma ou mais alternativas possíveis. Isso nos leva a confrontar essas possibilidades com a questão concreta que nos desafia. Em outras palavras, voltar à prática. Este retorno não deve ser definitivo. A continuidade de nossa prática irá engendrar outras interrogações, que por sua vez, irão exigir novas discussões e novos elementos teóricos. Temos, então, no exemplo citado, o seguinte movimento:

### PRÁTICA – TEORIA – PRÁTICA

[...]

A prática refletida e continuamente re-pensada, re-elaborada, e aprofundada é que é necessariamente transformadora.” (Txt 02)

Entende-se que os elementos selecionados para composição dessa síntese colocam as “dúvidas de natureza técnica” surgidas na atividade pratica como ponto de partida do processo de aprendizagem.

Genericamente, o que se propõe nessa narrativa é que, partindo do reconhecimento da dúvida, se gere um processo de reflexão acerca das possibilidades para solucionar a dúvida apresentada. A partir da reflexão, busca-se uma inovação, que – uma vez aplicada- irá causar um impacto local. Em sendo essa inovação bem configurada, o impacto será, geralmente, positivo, o que levará à uma mudança no local, em todas as esferas, mas especialmente em relação a problemática inicial – que desencadeou o processo. Esse impacto trará mudanças pela reconfiguração dada, mudança essa que trará um novo cenário local. Esse cenário, por sua vez, trará à tona novas necessidades e novas adaptações a serem feitas, o que faz com que o processo se reinicie, num novo patamar, com novos

conhecimentos, mas seguindo a mesma lógica. Para construir esse processo, além de contar com suas próprias experiências, a entidade também busca envolver-se com outras entidades, buscando nas experiências semelhantes gerar processos de reflexão que qualifiquem as suas ações (entrevista02). Isso, na perspectiva de trabalho de uma entidade como o CETAP, traz a necessidade de que sempre se façam reavaliações da situação das comunidades e grupos acompanhados, uma vez que se entende que é preciso estar sempre evoluindo nos processos, sejam eles de quaisquer esferas envolvidas. Assim, os processos de avaliação, através de reuniões, espaços de sistematização, entre outros, são mais do que uma mera forma de prestar contas acerca do que se está fazendo: são uma ferramenta para se entender de que forma as novas necessidades estão surgindo e, mais do que isso, que novas necessidades são essas.

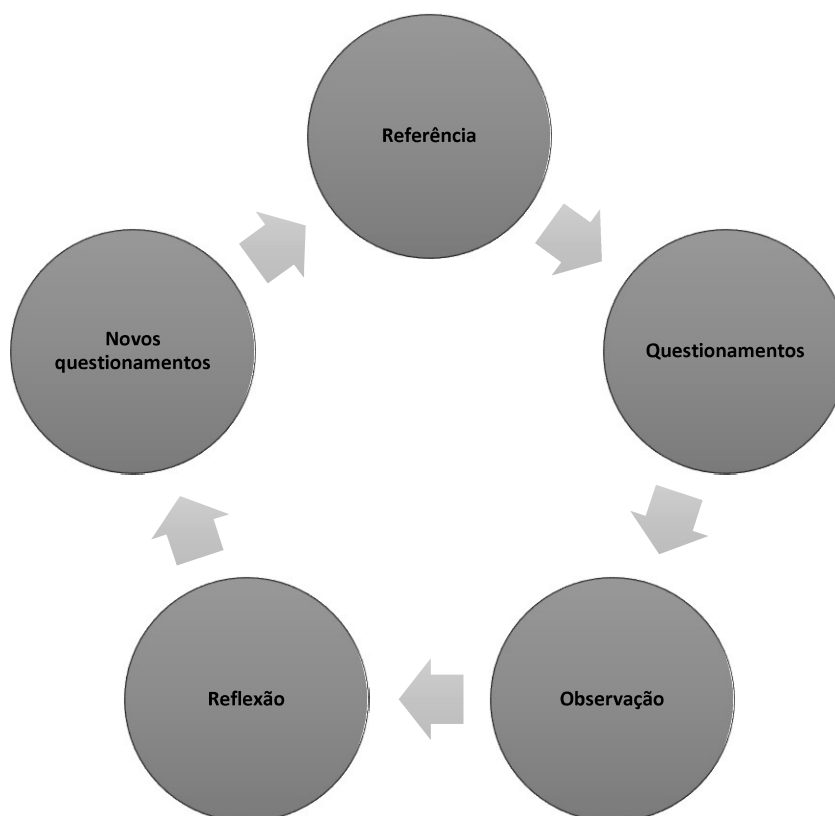
Na medida em que a entidade consegue se antecipar, prevendo como os impactos gerados irão modificar os processos dentro da esfera da comunidade e das suas relações com os demais agentes, mais se consegue gerar processos de vanguarda. Esses processos são importantes porque são eles que irão determinar de que maneira a entidade estará agindo e se relacionando com os atores locais para a geração de referentes e ainda, como ela será vista pelos agentes externos que tanto trabalham com a temática quanto financiam seus projetos. Isso porque, ao prever os impactos e processos gerados, é possível trabalhar de forma positiva e propositiva com os agricultores, trazendo elementos para reflexão de modo a, cada vez mais, otimizar as tecnologias geradas e qualificar os processos de desenvolvimento rural.

Um confronto com as dinâmicas descritas nessa dissertação mostrou que essa síntese, embora revele elementos importantes sobre os condicionantes e dinâmica do processo de geração de referentes, não contempla integralmente sua complexidade. Nesse sentido, entendemos que podem ser identificados diferentes dinâmicas de aprendizagem e estas podem ser reflexo de diferenças na orientação da organização (ao assessoramento das organizações dos movimentos sociais; ao assessoramento de grupos de agricultores visando sua viabilização socioeconômica e a sustentabilidade nas práticas produtivas; ao desenvolvimento de comunidades; às demandas estruturantes do movimento agroecológico; à aprendizagem e geração de referentes em temáticas específicas; ou orientação à estruturação de cadeias produtivas alternativas).



Levando em consideração as diferentes possibilidades de orientação, é possível contextualizar os modelos de aprendizagem que tem como ponto de partida a demanda de resolução de problemas (técnicos) “concretos” de um parceiro (seja agricultor, grupo de agricultores ou comunidades). Nesses casos representa-se que a geração de referentes depende de uma relação binária: técnico-produtor, envolvendo um processo de aprendizagem. Dessa forma, o estabelecimento de diálogo entre esses atores é considerado elemento suficiente para que o processo corresponda a normatividade frequentemente reivindicada para ação extensionista. A geração do referente, por sua vez, demarca o fim da interação. Assim, tínhamos um elemento cíclico, onde a experiência observada gera uma reflexão sobre o fenômeno que é capaz de gerar ações para a resolução de problemas identificados.

Figura 15 – Ciclo da aprendizagem de técnicos em projetos de desenvolvimento rural

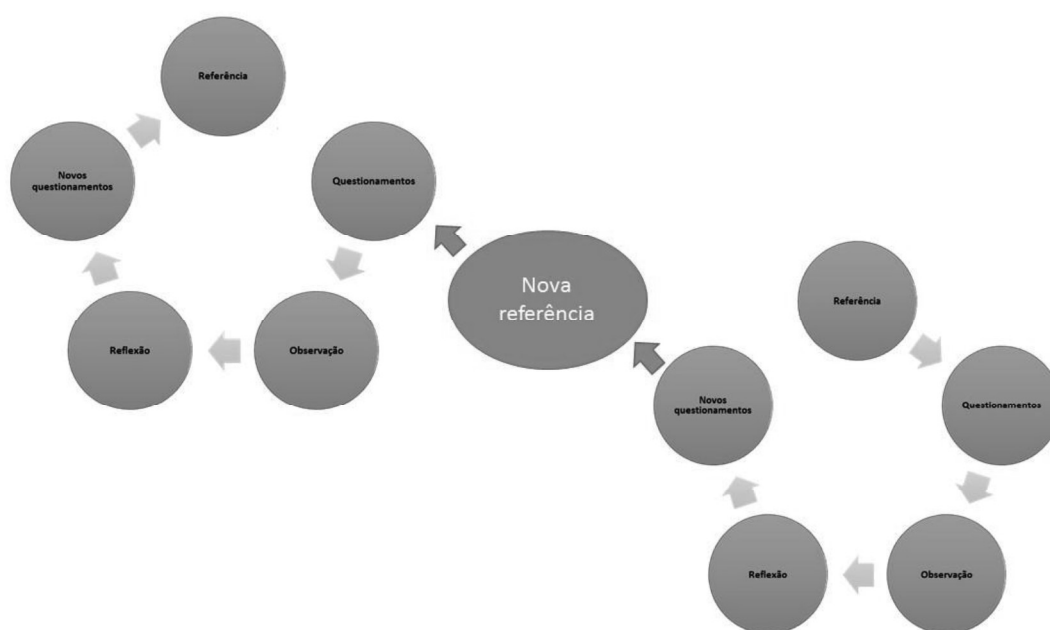


Fonte: elaborado pelos autores

No entanto, o processo não é simples e nem segue sempre os mesmos caminhos. O próprio processo de reflexão guarda em si um elemento de evolução que faz com que não seja possível voltar ao mesmo ponto (concepção inicial) na próxima experiência. À uma visão “estática”, contrapõe-se uma visão dinâmica de aprendizagem em ciclos evolutivos. A geração de uma referência haveria de ser percebida como parte de um aprendizado maior, sendo a experiência capaz de levar à reflexão sobre o processo de intervenção e (re)orientar intervenções futuras. Corresponderia a uma curva natural de aprendizagem a partir da aprendizagem. Isso se dá de forma simples: a partir da problemática apresentada, é feito um processo de reflexão para encontrar os caminhos possíveis para avançar nos projetos de desenvolvimento. Esse processo, sana as questões postas para o problema em si, resolvendo as questões mais prementes, mas, no entanto, gera novas questões que a própria evolução do ciclo de aprendizagem traz.

A mudança na forma de perceber a aprendizagem leva a um segundo modelo em que o técnico (ou mesmo a organização da qual participa) é formulador de demanda de aprendizagem. Assim, a geração de referentes pode ser considerada um desafio da organização e acompanhar um caminho “espiral” de aprendizagem.

Figura 16 – Ciclo evolutivo da aprendizagem de organizações em projetos de desenvolvimento rural

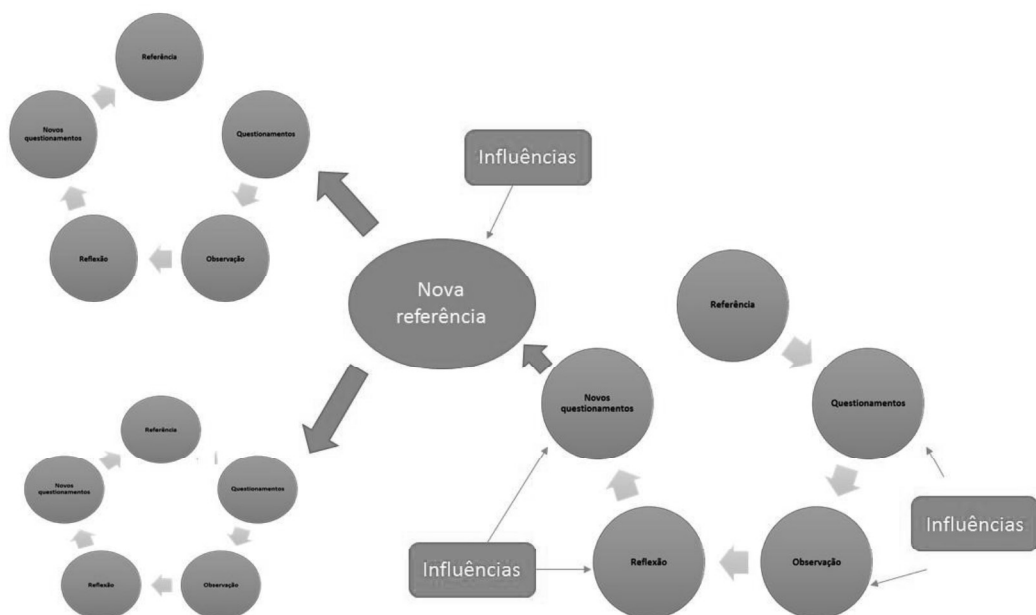


Ou seja: o processo de aprendizagem mantém mesmos princípios, mas ele não leva ao mesmo local. Muda o ponto de partida da próxima experiência e, portanto, muda a problematização inicial.

No entanto, o estudo de caso do CETAP – especialmente no que se refere a aprendizagem sobre os sistemas agroflorestais – levou a identificar como relevante a dinâmica de aprendizagem temática – frequente em situações onde a organização assume uma missão de gerar – de modo colaborativo dentro do movimento - referentes em temáticas específicas. Neste sentido, mais do que um processo endógeno, cíclico, de observação, questionamentos, reflexão e novos questionamentos que levam a elaboração de um novo processo de geração de referências, o estudo foi mostrando que outros fatores acabavam influenciando, definindo a trajetória que o processo de aprendizagem organizacional tomaria.

A partir deste aprendizado, foi necessário conceber um novo modelo para representar a dinâmica do aprendizado na organização estudada, o qual permitisse incorporar as influências dos múltiplos fatores envolvidos. Nesse sentido, a ideia e “atrator”, tomada da teoria da complexidade, mostrou-se relevante pois comporta a possibilidade de que o aprendizado siga trajetórias não lineares.

Figura 17 – Ciclo não linear da aprendizagem de organizações em projetos de desenvolvimento rural



Fonte: elaborado pelos autores

Nesta concepção admite-se a existência de processos de aprendizagem cíclicos, mas concede-se maior atenção a diversos elementos de contexto que explicam mudanças de trajetórias e “emergências”. Essa concepção permitiu perceber que novos ciclos de aprendizagem tem seu início quando atores, especialmente técnicos, “vestem as lentes” de outros atores, que olham o mesmo tema sob outras perspectivas. E, justamente pela imprevisibilidade das influências e resultados das ações, esses processos não são, geralmente, desenvolvidos plenamente de forma intencional, ou seja, embora muitas ações sejam buscadas e mesmo previstas, outras tantas vão se desenvolvendo no decorrer do próprio processo.

Entretanto, a consecução da aprendizagem temática requer condições bem específicas quanto a inúmeros fatores: a capacidade de diálogo dos técnicos das ONGs; os projetos, suas metas e os objetivos de seus financiadores; parcerias estabelecidas; missão institucional e objetivos do público atendido. Para que o processo ocorra de forma a consolidar as temáticas e ações como possíveis, é preciso que esses elementos estejam em consonância e harmonia. Para isso, o trabalho em redes é uma importante ferramenta para o estabelecimento de diálogo entre os atores envolvidos. O processo de experimentação e desenvolvimento de experiências também contribui, ainda que desenvolvido de forma rudimentar e de acordo com as capacidades da entidade envolvida.

Do mesmo modo, a intencionalidade de viabilizar a estruturação de uma cadeia produtiva específica e – sobretudo – materializar um referente - como o picolé de butia, potencializa dinâmicas de aprendizagem específicas.

Do exposto, considerando que em cada período histórico pode se observar uma composição específica em termos de orientação da atuação do CETAP (concedendo-se maior ou menor relevância ao trabalho com agricultores, grupos, comunidades ou cadeias produtivas, por exemplo) inferimos que pode haver uma simultaneidade de processos de aprendizagem que seguem dinâmicas próprias. Da pesquisa depreende-se que a aprendizagem com sistemas agroflorestais assumiu características de aprendizagem temática, com dinâmica específica descrita nos capítulos anteriores e representada sinteticamente neste. A partir destas considerações pode ser gerada uma interpretação sobre o papel de uma ONG específica no processo e aprendizagem do movimento – no movimento. A hipótese

derivada do estudo apontaria para um trabalho de tradução de uma problematização geral para uma realidade local (verificando – num primeiro momento - sua pertinência frente a realidade que busca ser transformada pelo movimento em prol da agricultura alternativa). Num segundo momento possivelmente a ONG aporta na tradução desta problematização em termos do discernimento da natureza da alternativa apresentada. Essa alternativa então vai ser traduzida em proposta, experimentada e aperfeiçoada, gerando-se uma avaliação geral sobre suas oportunidades e potencialidades<sup>71</sup>.

A partir do processo de reflexão e aprendizagem nesta pesquisa, os caminhos perseguidos e que percorrem as ONGs na geração de referências para a agricultura alternativa, especialmente no que concerne a agroecologia, foram se demonstrando, e colocando em cheque concepções iniciais. Do exposto neste capítulo é possível perceber que a agricultura alternativa vai gerando um processo ininterrupto de qualificação de seus elementos. Esse processo se dá de forma cíclica mas não estanque, ou seja, o ponto do qual se parte não é retomado, uma vez que os aprendizados servem como trampolim para novas ações ao mesmo tempo que o interesse por novas problematizações definem novas trajetórias de aprendizagem.

Por fim, a capacidade de olhar para si mesmo e aprender a partir de suas experiências (e das experiências observadas no trabalho de parceiros), possibilita que se desenvolvam estratégias para que os projetos de desenvolvimento se modifiquem e qualifiquem no decorrer da história das ONGs envolvidas com a agroecologia, o que entendemos que ficou explicitado no caso do CETAP apresentado aqui.

---

<sup>71</sup> E, por isso mesmo, o processo e papel de geração de referências deveria se dar de forma a manter o caráter inovador sendo flexível, adaptável aos diferentes contextos e fomentando o debate acerca da qualificação dos processos produtivos e de escoamento dos produtos.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da ideia de que a geração de referentes era vista como uma questão relativa ao diálogo entre técnico e produtor e realizada, geralmente, no âmbito das unidades produtivas com vistas a geração de soluções tecnológicas para as dificuldades encontradas na transição agroecológica.

O primeiro passo da pesquisa conduziu a situar o desafio da geração de referentes como um desafio do movimento de agricultura alternativa, que deveria apresentar uma alternativa ao modelo de agricultura industrial. Percebemos com isso que, mais do que mostrar-se como uma alternativa em dada conjuntura, o movimento se propunha a constituir um caminho de construção da sustentabilidade na agricultura, aportando não apenas elementos (tecnológicos) pontuais, mas alcançando o questionamento do referencial da ação (supostos epistemológicos).

Nesse interim, a Agroecologia emergiu como uma das principais referências para o empoderamento dos agentes envolvidos nesse universo e também como base para propostas de práticas compatíveis com um estilo de agricultura viável social, ambiental e economicamente. Nesse sentido, buscamos situar a agroecologia dentro de um vasto arcabouço de vertentes de agricultura, que se apresentavam como alternativa. Através da análise de publicações, buscamos delimitar não apenas os caminhos que a Agroecologia percorreu por toda a América Latina, mas a forma como seus atores buscaram se relacionar e desenvolver suas ações e projetos. Nesse momento da pesquisa, ficou claro que a geração de referentes técnicos para o manejo dos agroecossistemas, embora fosse um elemento de grande importância, não era o único que norteava as ações e que o grau de complexidade envolvido na análise era maior do que o dimensionado inicialmente, tendo em vista a forma como as ONGs agroecológicas definiram sua missão e estratégias.

Partindo dessa perspectiva, verificou-se que a aprendizagem pode ser melhor percebida como um empreendimento coletivo, que ocorre no âmbito do movimento agroecológico. Mais do que isso: compreendeu-se que o aprendizado indica a necessidade de rever a expectativa inicial e ampliar o rol de contribuições que podem ser abrangidas sob a denominação de “referentes”. Os referentes podem ser distinguidos tanto em relação a sua orientação (distinguindo-se “referências” para o agricultor, “referências” para a ciência e “referências” para a

disputa política) quanto em relação a sua distância em relação a práticas produtivas aplicadas no campo. Assim, há uma diferença entre a concepção restritiva de geração de referentes tecnológicos e construção de aprendizados que demonstram os caminhos pelos quais a agricultura alternativa pode ser afirmada como um caminho viável e seguro para os agricultores familiares e sociedade como um todo.

No decorrer dos capítulos, pontuamos de que forma uma ONG do sul do Brasil traduziu os desafios inerentes à condição de ONG da agricultura alternativa. Para entender um pouco melhor como vem se construindo alternativas à modernização conservadora, partimos para a observação da história de construção de uma entidade que surgiu junto com esse movimento (o CETAP), buscando entender como os caminhos pontuados na análise do contexto geral se refletiram em um caso específico, chegando, finalmente, ao recorte de um elemento específico dentro do contexto, que é o momento em que percorremos a história do aprendizado sobre sistemas agroflorestais e do picolé de butiá.

Percebeu-se que a importância que as ONGs dão para a geração de referências vai depender, basicamente, da sua missão institucional, de suas estratégias e o significado que auferem ao termo “tecnologias alternativas”. Mais do que a importância que dão para a geração de referentes, o que faz a diferença é a forma como entendem eles dentro do processo de sua atuação. A geração de referentes, portanto, não é o principal orientação do movimento (e das organizações que fazem arte dele) e a interpretação sobre a questão é diversa. Ela varia no tempo e pela influência de outros elementos, que dependem da interpretação das ONGs sobre as necessidades suas e dos demais agentes envolvidos.



## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L.S. de; BELLON, S. A dinâmica do desenvolvimento da agroecologia no Brasil e na América Latina. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 6, 2014, Campinas. **Anais**. 14p.

ALMEIDA, J. Agriculturas alternativas e a busca da autonomia: da crítica contratual ao movimento social. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogota, n.45, p.35-67, 2000.

ALVES, N. B. **Estratégias de sustentabilidade e identidade das ONGs de assessoria rural num contexto contratualista**. 2012. 165 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2012.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. 283p. (Cadernos do II Encontro Nacional de Agroecologia).

CETAP. **História**. Passo Fundo, 2016. Disponível em <<http://www.cetap.org.br/site/missao-e-objetivos/>> Acesso em 10 de maio de 2016.

CETAP. **Missão e Objetivos**. Passo Fundo, 2016. Disponível em <<http://www.cetap.org.br/site/missao-e-objetivos/>> Acesso em 10 de maio de 2016.

CETAP. **Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais**. Passo Fundo, 2008a.

CETAP. **Sistemas Agroflorestais e os Sabores da Floresta**. Passo Fundo, 2008b.

COTRIM, D. S. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. 2013. 244 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2013.

DALBIANCO, V. P. **O Processo de Avaliação e Monitoramento do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) para as famílias assentadas no RS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2010.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Ed Agropecuária, 1999. 157p.

ENCONTRO DE SABORES. **Início**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://comerciojustofld.com.br/page.encontro-de-sabores/>> acesso em 10 jul. 2016.

FLORA DIGITAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Acervo**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/index.php?pag=buscar\\_mini.php&especie=210](http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/index.php?pag=buscar_mini.php&especie=210)>. Acesso em: 14 de jul de 2016.

FRANCO, A. **Ação local: a nova política da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed Agora. 1995.

FRESSOLI, M.; AROND, E. **Technology for Autonomy and Resistance: The Appropriate Technology Movement in South America**. Brighton: STEPS Centre. 2015. 87p.

GARTNER, C. BASSI, L. O Programa RS Rural como instrumento de apoio à conservação da Biodiversidade. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, II, 2007, Guarapari/ ES. **Anais...**

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2000.

ILEIA. ILEA: Newsletter Information center for Low External Input Agriculture. Number 1, dec. 1984. Disponível em: <[www.agriculturesnetwork.org/magazines/global/introduce-ileia](http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/global/introduce-ileia)> Acesso em 22 novembro de 2015.

LUZZI, N. O Debate Agroecológico Brasileiro: uma discussão a partir dos EBAAS e a experiência do PTA/ FASE. Encontro Anual da ANPOCS, 32, 2008, Caxambu(MG) **Anais**.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 182p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

MAELA. **Introdução**. MAELA 2016. Disponível em: <<http://www.maela-agroecologia.org/>> Acesso em 22 de jun de 2016.

MDA. **Manual Operacional de ATES**. Brasília: INCRA, 2008.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

MOLINA, M. et. al.(org) **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária** Brasília : MDA, 2009. 424p. (NEAD Experiências 2).

PADULA, J. et al. Os Caminhos da Agroecologia no Brasil. In: COSTA GOMES, J.; SANTOS, W. W. **Agroecologia: Princípios e Reflexões Conceituais**. Brasília: EMBRAPA, 2013. p. 37 – 72. Coleção Transição Agroecológica: 1

PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo; DIAS, Ailton (orgs). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: ANA, 2007. p.05 - 16.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA**. Rio de Janeiro. 2004.

PROGRAMA ATES. **Sobre nós**. Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://ates-rs.webnode.com/>>. Acesso em: 12 de jul de 2016.

REITZ, R.; KLEIN, R. M.; REIS, A. **Projeto Madeira do Rio Grande do Sul**. Itajai: Herbário “Barbosa Rodrigues”, 1983.

TOVEY, H. Alternative Agriculture Movements and Rural Development Cosmologies. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Dublin, v. 10, n 1, p 1 – 11, 2002.

VIVAN, J. L. **Agricultura e Florestas: princípios de uma interação vital**. Guaíba: Agropecuária. 1998.

WEID, J. M. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.04-06, 2006.

WEID, J. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. Rio de Janeiro: AS-PTA. 1997. Textos para Debate, n. 57. 40p.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, Paris, v. 29, n 4, 2009.

YURJEVIC, A. CLADES: Latin American Consortium on Agroecology and Sustainable Development. In: MADDEN, J.P.; CHAPLOWE, S.G. (Eds.) **For All Generations: Making World Agriculture more sustainable**. Om Pub Consultants, 1997. p. 275-283. Disponível em: [www.agroeco.org/doc/clades.html](http://www.agroeco.org/doc/clades.html)

**ANEXO A – LISTA DE DOCUMENTOS EXPLORADOS PARA A PESQUISA, NO  
ARQUIVO HISTÓRICO DO CETAP<sup>72</sup>**

RL01 – Relatório de reunião de equipe de março de 1998

RL04 – Relatório de reunião de equipe fevereiro de 1999

RL05 – Relatório de reunião de equipe abril de 2000

RL06 – Relatório de reunião de equipe abril de 2000

RL07 - Relatório de reunião de equipe agosto de 2000

RL09 - Relatório de reunião de equipe outubro 2000

RL27 – Relatório de reunião de equipe maio de 2003

RL29 – Relatório de reunião de equipe julho de 2003

RL40 – Relatório de reunião de equipe dezembro de 2004

RL97 – Relatório de reunião de equipe março de 2008

RL111 – Relatório de reunião de equipe março de 2010

Txt 01 – **Potencialidades e limitações da agricultura alternativa.** Jean Marc Von der Weid e Jalcione Almeida – 1988

Txt 02 – texto sobre formação interna do CETAP . Gervásio Paulus, 1990.

DOC02 – texto de avaliação dos dez anos do CETAP - 1996

DOC03 – Relatório descritivo final do “*Projeto de Implantação e Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais voltados ao resgate e valorização das espécies nativas e crioulas e recomposição florestal em unidades de produção familiar nos Campos de Cima da Serra - RS*”

---

<sup>72</sup> Os relatórios apresentados e descritos aqui são apenas aqueles utilizados no presente trabalho. Avalia-se que não há necessidade de descrever o arcabouço de relatórios e documentos analisados, uma vez que seu volume era grande e isso tornaria enfadonha e difícil a análise pelo leitor.

## **ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Aspectos levados em consideração para levantamento de dados para a pesquisa (que foram solicitados aos entrevistados)

- Como a missão institucional se modificou (caso tenha se modificado) no decorrer dos anos, e quais as motivações para essas mudanças;
- Como a entidade define as temáticas de trabalho e quais foram sendo as mais importantes nos diferentes momentos e por que;
- Como avaliam que se desenvolve o processo de aprendizagem dentro da entidade e qual a importância disso para a definição dos projetos;
- Como se definem os parceiros e qual o papel deles para a entidade;
- Como se dá o fluxo de troca de informações entre a entidade e os parceiros e qual a importância disso para a definição dos projetos;
- Como os sistemas agroflorestais se tornaram uma temática importante para o trabalho da entidade;
- Como a temática se desenvolveu dentro da entidade, e quais os momentos que você colocaria como marcos referenciais para o estabelecimento do tema;
- Quais as perspectivas futuras.

Para a definição dos elementos sobre o trabalho com frutas nativas, foram ainda apontados os seguintes elementos para os entrevistados:

- Como definiu-se pela criação do “Encontro de Sabores” e qual o papel que se esperava que o empreendimento desempenhasse;
- Conte um pouco da história do empreendimento;
- Como o empreendimento se relaciona com a temática dos sistemas agroflorestais e frutas nativas dentro do CETAP?
- Quais as perspectivas desse trabalho?